

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO, MÍDIA E POLÍTICA
A EDUCAÇÃO EM GOIÁS SOB A PERSPECTIVA DO
JORNAL O *POPULAR* NO PERÍODO 1995-2002

Silvana Rodrigues Monteiro

Goiânia

2011

SILVANA RODRIGUES MONTEIRO

EDUCAÇÃO, MÍDIA E POLÍTICA
A EDUCAÇÃO EM GOIÁS SOB A PERSPECTIVA DO
JORNAL *O POPULAR* NO PERÍODO 1995-2002

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação

Área de Concentração: Educação

Linha de Pesquisa: Estado e Políticas Educacionais

Orientador: Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira

Órgão financiador: CNPq

Goiânia

2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)

GPT/BC/UFG

Monteiro, Silvana Rodrigues.

M775e Educação, mídia e política [manuscrito] : a educação em Goiás sob a perspectiva do jornal *O Popular* no período 1995-2002 / Silvana Rodrigues Monteiro. - 2011.

xv, 125 f. : figs, tabs.

Orientador: Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, 2011.

Bibliografia.

Inclui lista de figuras, abreviaturas, siglas e tabelas.

Anexo.

1. Educação em Goiás. 2. Mídia. 3. Política. I. Título

CDU: 37:316.77:32(817.3)

EDUCAÇÃO, MÍDIA E POLÍTICA: A EDUCAÇÃO EM GOIÁS SOB A PERSPECTIVA DO JORNAL *O POPULAR* NO PERÍODO 1995-2002

Dissertação defendida no Curso de Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do grau de Mestre.

Dr. João Ferreira de Oliveira (UFG) – Presidente

Dr. Jadir de Moraes Pessoa (UFG)

Dr. Antonio Cabral Neto (UFRN)

Goiânia

2011

A violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la.

Pierre Bourdieu

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

(ABERT) Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão

(Anped) Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

(ADTC) Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

(BID) Banco Interamericano de Desenvolvimento

(Cefet) Centro Federal de Educação Tecnológica

(CNTE) Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

(CNPq) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

(CNE) Conselho Nacional de Educação

(EAD) Educação à distância

(Provão) Exame Nacional de Cursos

(Enem) Exame Nacional do Ensino Médio

(Fenaj) Federação Nacional dos Jornalistas

(FHC) Fernando Henrique Cardoso

(Fundescola) Fundo de Fortalecimento da Escola

(Fundeb) Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

(Fundef) Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

(FMI) Fundo Monetário Internacional

(FNDE) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

(Unicef) Fundo das Nações Unidas para a Infância

(GED) Gratificação de estímulo à docência

(IBGE) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IES) Instituições de Ensino Superior

(Inep) Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

(Ipea) Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

(LDB) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

(Mare) Ministério da Administração e Reforma do Estado

(MEC) Ministério da Educação

(ONU) Organização das Nações Unidas

(Unesco) Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

(OCDE) Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

(PCN) Parâmetros Curriculares Nacionais

(PMDB) Partido do Movimento Democrático Brasileiro

(PSDB) Partido da Social Democracia Brasileira

(PT) Partido dos Trabalhadores

(PNE) Plano Nacional de Educação

(PDDE) Programa Dinheiro Direto na Escola

(Fies) Programa de Financiamento Estudantil

(Proformação) Programa de Formação de Professores em Exercício

(PNAE) Programa Nacional de Alimentação Escolar

(Proinfo) Programa Nacional de Informática na Educação

(PNLD) Programa Nacional do Livro Didático

(Prouni) Programa Universidade para Todos

(SME) Secretaria Municipal de Educação

(SEE) Secretaria Estadual de Educação

(STF) Supremo Tribunal Federal

(UEG) Universidade Estadual de Goiás

(UFG) Universidade Federal de Goiás

RESUMO

MONTEIRO, Silvana Rodrigues. **Educação, Mídia e Política: A educação em Goiás sob a perspectiva do jornal *O Popular* no período 1995-2002**. 2011. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, Goiânia, 2011.

Esta dissertação insere-se na linha de pesquisa Estado e Políticas Educacionais do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. A pesquisa analisa as relações e as tensões entre educação, mídia e política, tendo como objeto de estudo a educação em Goiás sob a perspectiva do jornal *O Popular* no período do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1995 a 2002. Examina-se, de modo mais objetivo, como a educação – nas esferas federal, estadual e municipal, pública ou privada – foi retratada pelo jornal *O Popular*. Nesta análise, são levados em consideração os diversos enfoques e tratamentos que o jornal dispensou ao tema, a partir da seguinte categorização por assuntos: políticas públicas, divulgação, comportamento, serviço e denúncia. Tal categorização demandou o levantamento e análise de 1.646 reportagens sobre o campo da educação publicadas no jornal *O Popular* no período de 1995 a 2002. O exame dessas reportagens teve por base uma ampla revisão de literatura que objetivou compreender os campos da educação, da mídia e da política em suas interfaces e tensões, o que foi realizado mediante conceitos fundamentais da obra de Bourdieu e de outros estudiosos das temáticas abordadas. A conformação da mídia goiana é discutida com base no modelo que rege a mídia nacional, ou seja, a de um modelo de jornalismo familiar e empresarial, inserida em um contexto político em que o Estado sentia-se pressionado a atender novas exigências, demandas e desafios em termos de educação. A pesquisa mostra que a mídia nacional, regional e goiana são altamente concentradas e oligopolizadas, pois os meios de comunicação de massa concentram-se nas mãos de grupos familiares com grande influência no campo político. A utilização massiva da mídia, que marcou a gestão do então ministro da educação, Paulo Renato Souza (1995-2002), no intuito de criar um canal de comunicação entre o governo e a sociedade, possibilitou a discussão das relações de poder estabelecidas entre os campos da política, da comunicação e da educação. Nesse contexto, a mídia goiana é retratada inicialmente com o auxílio da obra ficcional do autor goiano Carmo Bernardes, *Memórias do vento*, escrita em 1986, que traça um perfil da conjuntura do Estado de Goiás por meio da discussão do jornalismo local. Finalmente, a perspectiva do jornal *O Popular* acerca do campo da educação revela que as reportagens reproduzem, em geral, as notícias veiculadas pela grande mídia nacional, bem como denota falta de autonomia diante dos interesses do poder público e do anunciante. Além disso, as reportagens revelam dependência do veículo em relação aos órgãos governamentais na delimitação de pautas e de fontes, o que acaba por dar aos textos publicados um tom oficial, afastando o jornal de sua função promotora do debate público. As reportagens publicadas, em geral, trazem para o público leitor um panorama generalizado da educação, com informações pontuais, fragmentadas e descontextualizadas, que pouco contribui na qualificação do debate educacional e no avanço da educação de qualidade como direito social.

Palavras-Chave: Educação em Goiás. Mídia. Política.

ABSTRACT

MONTEIRO, Silvana Rodrigues. **Education, Media and Politics: Education in Goiás from the perspective of *O Popular* newspaper from 1995 to 2002.** 2011. 125 f. Dissertation (Master's degree in Education)–Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, Goiânia, 2011. (Federal University of Goiás, College of Education, Goiânia, 2011).

This dissertation is inserted in an ongoing investigation called State and Educational Policies in the Post-graduation Program in Education from the College of Education of the Federal University of Goiás. This research analyses the relationships and tensions among education, media and politics, having as study case education in Goiás from the perspective of a newspaper called *O Popular*, during Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002) administration. It is examined, in a more objective way, how education – in federal, state and municipal levels; public or private – was portrayed by *O Popular* newspaper. In this analysis it is taken into account how this newspaper focused on different aspects that referred to the theme, considering the following subjects: public policies, propagation, behavior, service and complaint. Such categorizations required the analysis of 1.646 articles on the education field published in the newspaper *O Popular* between 1995 and 2002. The examination of these articles was based on a wide revision of literature that aimed at understanding the fields of education, media and politics in their interfaces and tensions, what was conducted through fundamental concepts of Bourdieu's work, besides other experts in the themes already presented. The frame of the media in Goiás is discussed based on the model that rules national media, i.e. the pattern of familiar and business journalism, inserted in a political context where the State was persuaded to meet new needs, requests and challenges in terms of education. The research shows that not only the national and regional media, but also the media in Goiás are highly concentrated and oligopolistic, as mass communication media belongs to the same family group, which has huge influence on political fields. The massive application of media, which signalized the management of the minister of education at the time, Paulo Renato Souza (1995-2002), aimed at creating a communication channel between the government and society, what made it possible to discuss power relations established among political, communication and educational fields. In this context, media in Goiás is initially portrayed with the help of a fictional work *Memórias do Vento*, by Carmo Bernardes, an author from the state of Goiás. This book, written in 1986, draws a profile of the conjuncture of the State of Goiás based on the analysis of local media. Finally, the perspective of *O Popular* concerning the Educational Field reveals that the articles reproduce, basically, the news broadcasted by national media, as well as indicating lack of autonomy in face to the interests of both the government and advertiser. Besides that, the articles reveal that those means of communication depend on the government to bound subject sources, what makes the articles sound rather 'artificial', deviating *O Popular* from promoting public debate. The articles published under these circumstances, therefore, bring the readers a widespread perspective of education, with punctual and decontextualized information, mostly presented under a dialectical view.

Key words: Education in Goiás. Media. Politics.

SUMÁRIO

Introdução.....	13
Capítulo 1 – Mídia, Estado e educação: neoliberalismo e nova política de regulação da educação no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).....	25
1.1 As relações entre mídia, Estado e poder político.....	26
1.2 Oligopólio midiático.....	29
1.3 O contexto do neoliberalismo e as políticas de regulação da educação.....	33
1.4 Políticas públicas de educação e mídia.....	40
Capítulo 2 - O cenário midiático e da educação em Goiás.....	45
2.1 A conformação da mídia goiana	46
2.2 O campo jornalístico: Manelino ainda está nas redações.....	49
2.3 O romance <i>Memórias do vento</i> : Manelino e o contexto de sua narração.....	49
2.4 O campo jornalístico e Manelino: entre o campo político e o econômico.....	51
2.5 Jornalismo sem autonomia: Manelino e a violência simbólica.....	53
2.6 A visão de mundo social do jornalista e a busca de capital.....	56
2.7 A educação na mídia.....	60
Capítulo 3 - A educação no jornal <i>O Popular</i> no período de 1995 a 2002.....	64
3.1 Inter-relações entre o campo jornalístico e o campo da educação: a educação na mídia.....	65
3.2 A educação no jornal <i>O Popular</i> (1995-2002): desvelando os caminhos da pauta e da reportagem.....	72
3.2.1 As categorias e as classificações das reportagens no processo de investigação e de exposição.....	72

3.2.2 A educação na ótica do jornal <i>O Popular</i> no período de 1995 a 2002: contextos, políticas e embates.....	75
3.2.3 A informação jornalística e a influência governamental na pauta educacional.....	106
Considerações finais.....	112
Referências.....	120
Anexo.....	125

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1 – Categorias das reportagens sobre educação publicadas no jornal <i>O Popular</i> em 1995.....	76
Figura 2 – Redes de ensino contempladas nas reportagens sobre educação no jornal <i>O Popular</i> em 1995.....	78
Figura 3 – Reportagens sobre educação publicadas no jornal <i>O Popular</i> em 1995.....	78
Figura 4 – Categorias das reportagens sobre educação publicadas no jornal <i>O Popular</i> em 1996	79
Figura 5 – Redes de ensino contempladas nas reportagens sobre educação no jornal <i>O Popular</i> em 1996.....	82
Figura 6 – Reportagens sobre educação publicadas no jornal <i>O Popular</i> em 1996.....	83
Figura 7 – Categorias das reportagens sobre educação publicadas no jornal <i>O Popular</i> em 1997	84
Figura 8 – Redes de ensino contempladas nas reportagens sobre educação no jornal <i>O Popular</i> em 1997.....	86
Figura 9 – Reportagens sobre educação publicadas no jornal <i>O Popular</i> em 1997.....	86
Figura 10 – Categorias das reportagens sobre educação publicadas no jornal <i>O Popular</i> em 1998	87
Figura 11 – Redes de ensino contempladas nas reportagens sobre educação no jornal <i>O Popular</i> em 1998.....	90
Figura 12 – Reportagens sobre educação publicadas no jornal <i>O Popular</i> em 1998.....	91
Figura 13 – Categorias das reportagens sobre educação publicadas no jornal <i>O Popular</i> em 1999	92
Figura 14 – Redes de ensino contempladas nas reportagens sobre educação no jornal <i>O Popular</i> em 1999.....	94
Figura 15 – Reportagens sobre educação publicadas no jornal <i>O Popular</i> em 1999.....	95
Figura 16 – Categorias das reportagens sobre educação publicadas no jornal <i>O Popular</i> em 2000	96
Figura 17 – Redes de ensino contempladas nas reportagens sobre educação no jornal <i>O Popular</i> em 2000.....	97

Figura 18 – Reportagens sobre educação publicadas no jornal <i>O Popular</i> em 2000.....	98
Figura 19 – Categorias das reportagens sobre educação publicadas no jornal <i>O Popular</i> em 2001.....	99
Figura 20 – Redes de ensino contempladas nas reportagens sobre educação no jornal <i>O Popular</i> em 2001.....	101
Figura 21 – Reportagens sobre educação publicadas no jornal <i>O Popular</i> em 2001.....	102
Figura 22 – Categorias das reportagens sobre educação publicadas no jornal <i>O Popular</i> em 2002.....	103
Figura 23 – Redes de ensino contempladas nas reportagens sobre educação no jornal <i>O Popular</i> em 2002.....	105
Figura 24 – Reportagens sobre educação publicadas no jornal <i>O Popular</i> em 2002.....	105
Tabela 1 – Porcentuais das categorias das reportagens sobre educação publicadas no jornal <i>O Popular</i> (1992-2002).....	107
Figura 25 – Redes de ensino contempladas nas reportagens sobre educação publicadas no jornal <i>O Popular</i> durante governo FHC (1995-2002).....	107
Tabela 2 – Porcentuais das redes de ensino contempladas nas reportagens sobre educação publicadas no jornal <i>O Popular</i> (1995/2002).....	108
Figura 26 – Categorias das reportagens sobre educação publicadas no jornal <i>O Popular</i> (1995-2002).....	109
Figura 27 – Reportagens sobre educação publicadas no jornal <i>O Popular</i> (1995-2002).....	110

INTRODUÇÃO

A presente dissertação busca analisar a visão da imprensa goiana, destacadamente o jornal *O Popular*, acerca do campo da educação durante o período correspondente ao governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), eleito presidente da República pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) por duas vezes consecutivas, perfazendo um mandato de oito anos (1995-2002). O principal objetivo do trabalho é averiguar como a educação – nas esferas federal, estadual e municipal, pública ou privada – foi retratada pelo jornal *O Popular* nesse período. Nesta análise, serão levados em consideração os diversos enfoques e tratamentos que o jornal *O Popular* dispensou ao tema, a partir da seguinte categorização por assuntos: políticas públicas, divulgação, comportamento, serviço e denúncia¹.

O fato de o recorte temporal ter sido baseado na esfera de governo federal diz respeito à orientação política e ao modelo de gestão consolidado na era FHC, ao neoliberalismo e ao Estado gerencial², que afetou profundamente a percepção acerca da educação e, conseqüentemente, influenciou na definição de políticas públicas para o campo da educação nesse período. Tal recorte, no entanto, não exclui as esferas municipal e estadual, que serão igualmente contempladas neste estudo, levando em consideração, inclusive, as relações estabelecidas entre essas três esferas e seus diversos representantes, nos embates típicos do campo político.

Para efeito de amostra da mídia goiana, foi escolhido o jornal *O Popular*, um dos principais veículos de comunicação de massa da Organização Jaime Câmara – empresa de comunicação atuante nos Estados de Goiás e Tocantins, proprietária de tevês afiliadas à Rede Globo, de dois jornais de circulação diária (além do jornal *O Popular*) e de nove emissoras de rádio. Embora circulem outros jornais diários e inúmeros jornais semanais na capital e outros tantos no interior do Estado, além de outros veículos de comunicação como revistas, emissoras de rádio, de televisão e *internet* (veículos *on-line*), entende-se que o veículo escolhido seja bem representativo, uma vez que faz a cobertura geral do Estado e é o jornal impresso de maior circulação na capital e no interior, com tiragem diária de 40 mil exemplares. O *Diário da Manhã*, segundo jornal mais lido do Estado, tem tiragem diária de 19 mil exemplares.

¹ Esta categorização foi definida e utilizada para classificação a partir do exame de todas as reportagens educacionais publicadas no jornal *O Popular* no período de 1995 a 2002.

² O neoliberalismo e a reforma do Estado serão tratados no capítulo 1.

A escolha por um veículo impresso também diz respeito ao fato de o seu processo de produção não demandar a utilização de imagens e/ou de entrevistas ao vivo para a realização de reportagens. Esta característica facilita a operacionalização da pesquisa, na medida em que o jornal impresso possibilita o acesso ao acervo de edições anteriores – ao contrário do rádio e da televisão, cujos arquivos nem sempre estão disponíveis, uma vez que a programação de ambos os veículos se utiliza de reportagens produzidas em rede nacional, que não ficam em poder das retransmissoras. Além disso, o próprio caráter analítico dos veículos de comunicação impressos contribui para que as informações publicadas por jornais e revistas sejam, via de regra, mais completas e apresentem pontos de vista mais diversificados que os outros veículos.

A diversidade do enfoque jornalístico nos veículos impressos pode ser creditada à transformação que os meios de comunicação de massa vêm experimentando com a crescente consolidação dos veículos virtuais, que imprimiram velocidade e instantaneidade ao acesso e à apreensão da notícia, fazendo com que a assimilação da informação se dê de forma superficial. Vale lembrar que a linguagem rápida e fragmentada da *internet* tem raízes na estrutura de comunicação de veículos como o rádio e a televisão, os quais tradicionalmente – e até por uma questão de viabilidade –, baseiam a difusão de informações em notícias factuais³, que se encerram na divulgação do fato. Como o período de produção dos veículos impressos é mais lento, postergando o acesso do leitor à informação, alguns jornais e revistas têm se voltado para a publicação de material mais analítico, a partir dos quais pode-se discutir as causas e consequências do fato, de forma contextualizada.

Este modelo de informação mais consistente configura-se como uma tendência mundial e já está sendo posta em prática por jornais em todo o mundo⁴. Se no Brasil o jornalismo factual ainda prevalece sobre o jornalismo analítico, no estado de Goiás este quadro é ainda mais conservador, embora, a despeito da quase total indiferença ao recurso da análise, os jornais ainda consigam oferecer ao leitor um panorama mais completo acerca dos fatos. Factuais ou analíticos, a verdade é que os diversos meios de comunicação gozam de

³ As notícias factuais são aquelas que se referem ao fato em si, ao acontecimento. A informação factual geralmente se materializa em notícias curtas e não pressupõe análise ou desdobramento do fato. Neste tipo de notícia, a imagem ou a fala ao vivo têm grande importância e, muitas vezes, falam por si.

⁴ O Analytic Journalism Institute <www.analyticjournalism.com>, grupo formado por acadêmicos de instituições norte-americanas renomadas, como a Universidade de Columbia, vem difundindo o que chama de “jornalismo analítico”, ou seja, a obtenção de notícias através do exame minucioso e técnico de dados e informações, de forma a produzir reportagens mais profundas e significativas. O jornalista espanhol radicado no Brasil, Matías Molina, também fala sobre o assunto em entrevista ao site *Observatório da Imprensa* <observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=468IMQ004>. Já a *ombudsman* do jornal *Folha de S. Paulo*, Suzana Singer, em artigo intitulado *Menos opinião, mais informação*, publicado em 09/05/2010, além de discorrer sobre o tema, avalia o êxito da *Folha* ao aderir ao modelo de informação analítica.

reconhecida importância na sociedade. Além de fonte de informação, a imprensa é considerada e utilizada pela população como um canal de comunicação com os órgãos públicos, já que por meio dela conseguem ver amplificados seus anseios, suas reivindicações e queixas que, uma vez divulgados nesses veículos, ganham dimensão expressiva e passam a ser passíveis de discussões no âmbito da opinião pública.

É procedimento corrente as redações de jornais e as produções de rádio e televisão receberem representantes da sociedade e até mesmo indivíduos buscando soluções para problemas que nem sempre são coletivos ou de interesse público. A criação de departamentos e mecanismos de atendimento onde são filtradas as informações recebidas (*sites*, linhas telefônicas, seções exclusivas para o leitor/assinante), tão usuais nos veículos de comunicação, é fruto da grande demanda por parte da população.

O caminho inverso, em que o poder público recorre aos veículos de comunicação para se fazer ouvir pela sociedade, também ocorre de maneira sistemática. Basta que lembremos a existência das assessorias de comunicação, presentes na grande maioria dos órgãos públicos, nos gabinetes dos representantes do Estado e, cada vez mais, em entidades, instituições e empresas privadas. Diante desta realidade, marcada pela inter-relação dos campos da comunicação e o político, pretende-se contextualizar e apreender elementos significativos do campo da educação, tendo por base, sobretudo, as reportagens publicadas no jornal *O Popular* no período de 1995 a 2002.

A bibliografia consultada aponta o enfoque da dialética materialista histórica como o mais adequado para o desenvolvimento desta pesquisa, ao eleger como principais categorias a totalidade, a contradição, a mediação e a alienação – categorias presentes nas relações sociais construídas historicamente e com base em fatores políticos, econômicos e culturais. Segundo Frigotto (1997), a dialética, ao se apoiar no plano histórico, demanda uma reflexão acurada sobre a construção, o desenvolvimento e a transformação dos fatos; e traz como desafio o transporte do conhecimento, por parte do pesquisador, para a realidade, em um percurso que ele chama de “produção social da existência”. O autor afirma que a materialização do conhecimento (que ele denomina como *reflexo*), pelo sujeito, é traduzida pela subjetividade, em contraposição à neutralidade ou objetividade que se aplicam às concepções de fenômenos regidos por leis “do tipo natural”.

Fundamentam, ainda, os processos de investigação e de exposição desta dissertação os conceitos desenvolvidos por Bourdieu, que tratam da reprodução da cultura dominante e da reprodução da estrutura das relações de força (1975). O conceito de campo e as considerações sobre o uso de violência simbólica, muitas vezes exercida por meio da manipulação (1997),

também serão de grande valia para a discussão a que se propõe, além dos estudos do autor sobre os meios de comunicação de massa e as implicações do exercício do jornalismo em uma sociedade tendencialmente conservadora (1997, 1998).

O objeto deste estudo demandou uma investigação amparada, sobretudo, por pesquisa documental, já que se mostrou necessário fazer um levantamento e uma análise das reportagens sobre o campo da educação publicadas no jornal *O Popular* durante o período delimitado (1995-2002).

Frigotto, ainda em seu artigo sobre o enfoque da dialética materialista histórica, afirma que o método deve estar vinculado a uma concepção de realidade, na medida em que os resultados da pesquisa devem coincidir com a resposta sobre como se produz esta realidade. Para ele, deve-se tomar como ponto de partida os fatos empíricos que nos são dados pela realidade e, a partir daí, “superar as impressões primeiras, as representações fenomênicas destes fatos empíricos e ascender ao seu âmago, às suas leis fundamentais. O ponto de chegada será não mais as representações primeiras do empírico ponto de partida, mas o conceito pensado” (FRIGOTTO, 1997, p. 79). A ação tomada como categoria epistemológica fundamental à metodologia, defendida por Gamboa (1997), também vai ao encontro da proposta apresentada como projeto de pesquisa, uma vez que o processo de construção da realidade via produção de notícias e reportagens parte do pressuposto de uma ação contínua, marcada por interesses, metodologias e periodicidade específicos.

Toma-se, a seguir, a liberdade de transcrever um trecho do artigo de Gamboa, substituindo o termo educação por comunicação, para mais uma vez justificar a escolha pelo método dialético:

Nas pesquisas dialéticas, o homem é tido como ser social e histórico; embora determinado por contextos econômicos, políticos e culturais, é o criador da realidade social e o transformador desses contextos. A *comunicação* é vista como uma prática nas formações sociais e resulta de suas determinações econômicas, sociais e políticas; faz parte da superestrutura e, junto com outras instâncias culturais, atua na reprodução da ideologia dominante. Numa outra versão, a *comunicação* também é espaço da reprodução das contradições que dinamizam as mudanças e possibilitam a gestação de novas formações sociais. (GAMBOA, 1997, p. 103-104).

Essa gestação de novas formas sociais não se restringe à prática da comunicação – neste texto tomada como livre adaptação do texto de Gamboa –, mas é encontrada na bibliografia sobre a dialética materialista histórica como transformação por meio da práxis. Não se tem a pretensão de promover esta transformação com os resultados da pesquisa, pois se receia que a realidade a ser investigada esteja profundamente arraigada em seu contexto histórico, político, econômico, social e cultural. Em contrapartida, se os resultados da

investigação conseguirem trazer à tona novas sínteses no plano do conhecimento e da realidade histórica, como prevê a dialética materialista histórica enquanto metodologia de pesquisa, acredita-se que os objetivos propostos foram atingidos.

A realidade tem demonstrado, muitas vezes, que as alianças feitas entre a mídia e os governos concentram-se na preservação de capital de cada uma das instâncias, desconsiderando um terceiro campo que esteja em jogo. No caso específico da educação, os próprios agentes do campo são, em geral, desconsiderados nos processos de discussão, concepção e de tomada de decisão. De acordo com Brandão,

[...] quando pensada como uma ‘filosofia’ ou uma ‘política de educação’, a educação se apresenta juridicamente como um bem de todos, de que o Estado assume a responsabilidade de distribuição em nome de todos. Mas sequer as pessoas a quem a educação serve, em princípio, são de algum modo consultadas sobre como ela deveria ser. [...] A imensa massa dos próprios educadores da linha de frente do trabalho pedagógico (professores, diretores de escola, orientadores, supervisores educacionais) têm o poder do exercício da reprodução das ideias prontas sobre a educação e dos conteúdos impostos à educação. Mas não têm nem o direito nem o poder de participarem das decisões político-pedagógicas sobre a educação que praticam. Elas estão reservadas aos donos do poder político e às pequenas confrarias de intelectuais constituídos como seus porta-vozes pedagógicos. (2001, p. 95-96).

O poder de decisão existente no campo político se sobrepõe, em geral, ao poder dos agentes institucionais ou individuais do campo da educação. Observa-se, muitas vezes, um processo de ajustamento dos agentes institucionais da educação ao campo político, dado às relações de força entre esses campos, que culmina, quase sempre, com a predominância dos interesses dos agentes políticos, sobretudo daqueles que estão eventualmente à frente do Poder Executivo no âmbito dos governos federal, estadual e municipal. Exemplo disso, de acordo com Aguiar (2002), é que o próprio Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed) substituiu seu caráter de contestação, consolidado nos anos 1980, por uma postura conciliatória e de parceria com o Ministério da Educação (MEC), na década seguinte. Para a autora, a mudança de atitude foi norteadada pelo alinhamento com as políticas desenvolvidas pelo governo federal e com as orientações dos organismos multilaterais.

Esse novo padrão de ação do Estado apareceu com maior nitidez durante a primeira gestão do governo FHC (1995-1998), muito embora tenha começado a ser esboçado no final dos anos 1980, como explica Azevedo. Ela afirma que “o processo de abertura política permitiu, a partir dos anos 1980, a intensificação das demandas políticas sociais e por mudanças nos padrões de gestão” (AZEVEDO, 2002, p. 57). Entretanto, a autora ressalva que

[...] os processos de descentralização das políticas educativas, tal como impulsionados pelo poder central, aparentam desconhecer as diversidades que caracterizam a sociedade

brasileira. Esses processos, que têm na participação um dos seus pressupostos, tendem a se assentar numa representação da nossa sociedade que afirma a existência de estruturas e relações sociais democraticamente consolidadas como uma estratégia de transferir para o poder local encargos e decisões previamente tomadas para tão-somente serem executadas. (AZEVEDO, 2002, p. 66).

Com base na análise de reportagens sobre educação publicadas no jornal *O Popular* no período que vai de 1º de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 2002, pretende-se verificar a partir de quais critérios as reportagens sobre o assunto são pautadas, desenvolvidas e publicadas/divulgadas e se há temáticas privilegiadas. Em caso afirmativo, é necessário investigar se essas temáticas denotam interesses dos agentes políticos e educacionais, entre outros, ou seja, conferir se há algum tipo de participação ou influência de agentes externos ao campo da comunicação no processo de produção do material jornalístico. De acordo com os preceitos do jornalismo, a escolha de um fato como notícia perpassa, em uma primeira instância, pelo interesse público ou coletivo, fazendo valer a função social da comunicação de massa.

Só para se ter uma ideia dos assuntos que podem ser debatidos no âmbito da educação, basta verificar a variedade de matérias e reportagens que são publicadas sobre o tema, ocupando, inclusive, lugar de destaque em alguns veículos ou em editoriais específicas. Entre reportagens de denúncia, de simples divulgação de fatos e/ou de pesquisas, podem ser citados a segurança nas escolas (violência contra professores e entre alunos, porte de arma nas escolas, tráfico de drogas), a idoneidade das instituições (compra de provas, fraudes), estímulo ao ensino (evasão escolar, condições precárias do transporte escolar em áreas rurais, merenda escolar) e até assuntos que, à primeira vista, não parecem estar diretamente ligados à educação, mas que acabam por influenciar na qualidade da educação oferecida e na formulação de políticas públicas, como gravidez na adolescência e trabalho infantil, por exemplo.

A maioria dos fatos retratados nas reportagens não remete, necessariamente, a fatos novos ou “furos jornalísticos”, mas ganha consistência e repercussão por meio do debate gerado pela opinião pública. A autonomia dos veículos de comunicação, neste caso, representada ou negada pela linha editorial do jornal, e a maior ou menor influência do governo – que não raro assume o papel de anunciante de maneira relevante –, no entanto, não pode deixar de ser levada em consideração no contexto de produção da informação jornalística.

Diante deste quadro, é possível perceber relações entre os agentes financiadores do jornal e o teor e tratamento dos assuntos educacionais? Que visão política as matérias

procuram imprimir nos leitores? A linha editorial do jornal e as abordagens das matérias permitem identificar a perspectiva política do veículo de comunicação?

Ainda há que se considerar que, no momento em que a política neoliberal experimenta sua consolidação, o Estado sente-se pressionado por um contexto de novas exigências, demandas e desafios à educação, inserido em um momento de ajuste do capitalismo (DOURADO; OLIVEIRA, 1999, p. 10). Vale ressaltar que o governo, em todas as suas instâncias, se faz representar junto aos veículos de comunicação por meio das assessorias de comunicação das secretarias municipais e estaduais e dos ministérios.

É papel das assessorias enviar *press releases*⁵ com informações passíveis de serem transformadas em notícia, partindo do pressuposto de que são de interesse público, em um processo de “alimentação” contínua da mídia, com metodologia, frequência e abordagem específicas. Este percurso pode fazer com que as informações veiculadas nos jornais – neste caso específico, no jornal *O Popular* – não contemplem as reais necessidades de informação do público leitor, mas se configurem como um jogo de interesses caracterizado pelas disputas de poder entre diferentes campos.

A atuação expressiva do ministro da educação do governo FHC, Paulo Renato Souza, junto à mídia durante os oito anos do governo, foi um dos motivos que determinou o recorte do período estudado nesta dissertação. Ao lançar mão de artifícios como a participação intensiva e constante em programas de rádio e televisão, realização de eventos de divulgação com participação massiva da imprensa, além de um trabalho corpo a corpo com a equipe de comunicação do governo, com o objetivo de pautar as mídias nacional e regionalmente, Souza conseguiu visibilidade até então inédita para o campo da educação na esfera governamental⁶. Esta tática de governo acabou por tornar mais visível o entrecruzamento dos campos político, da educação e da comunicação, criando a possibilidade de análise por meio de levantamento das reportagens publicadas no jornal *O Popular* durante esse período.

A consolidação do neoliberalismo, nos anos 1990, no Brasil – período coincidente com o governo FHC –, e a adesão total e praticamente irrestrita de sua equipe de governo ao modelo – foram, sem dúvida, outros aspectos que motivaram a escolha do período coberto pela dissertação. Embora a política neoliberal já estivesse em processo de globalização desde os anos 1980, foi somente na década seguinte que o país assimilou seus preceitos

⁵ *Press releases*, ou simplesmente *releases*, como são chamados no jargão jornalístico, são documentos de divulgação produzidos por assessorias de comunicação de órgãos públicos, de organizações não governamentais, de empresas do setor privado ou de indivíduos para a imprensa, como sugestão de pautas.

⁶ Para saber mais sobre o assunto, ver SOUZA, Paulo Renato. *A revolução gerenciada: Educação no Brasil 1995-2002*. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

formalmente. No campo da educação, observou-se a mercantilização do ensino, a privatização do ensino superior, a implantação massiva de processos de avaliação docente, discente e institucional – na maioria das vezes, de forma verticalizada e descontextualizada, de modo a incentivar a competição e a busca de padrões de excelência inerentes ao mercado – a implantação de modelos de gestão e de financiamento descentralizados, e o que autores como Oliveira (2005) chamam de política social compensatória, geralmente focalizada nos mais pobres e, em alguns casos, traduzida pela massificação do ensino.

Além da importante e relevante apreensão desse cenário político para a compreensão do estudo, pesou, nesse processo de investigação, a minha inquietação pessoal como jornalista, ao observar que, nas redações de jornal, não se trabalha necessariamente em nome da informação voltada para o interesse público e coletivo, mas para atender, em primeiro lugar, aos interesses comerciais das empresas de comunicação, as quais, por sua vez, estão preocupadas em administrar a seu favor as tensões entre os campos econômico e político, instâncias determinantes no processo de produção da informação noticiosa.

Alheia ao processo de produção dos jornais, a sociedade para qual se destinam os veículos de comunicação de massa, ou seja, o público-alvo das empresas jornalísticas, pouco se dá conta de que a informação que lhe é entregue diariamente teve de passar pelos mais diversos filtros até chegar à sua forma final e, nem sempre, condiz com a realidade, já que vem carregada de parcialidade⁷. Muitas vezes, a apresentação do conteúdo ganha destaque em detrimento da informação, configurando uma estratégia para a adesão de novos leitores. Foi o que aconteceu no início da década que abriu o século XXI, quando as diretorias de redação dos jornais impressos brasileiros passaram a observar com olhos mais atentos as mudanças editoriais que se delineavam nos periódicos estrangeiros, dando-se mais ênfase aos veículos europeus e norte-americanos.

Seguindo a tendência mundial, o jornal *O Popular* anunciou ao público leitor, nos primeiros meses de 2002, que, com base em pesquisas realizadas acerca de experiências bem-sucedidas de jornais diários de outros países, iria reformular os projetos gráfico e editorial do veículo, decisão que pouco tempo depois também foi tomada por outros meios de comunicação impressos. Essa decisão acabou se desdobrando em novas modificações no projeto gráfico do jornal *O Popular* em março de 2008. De acordo com o corpo editorial do jornal, o objetivo básico da reestruturação seria, em primeira instância, tornar o veículo mais

⁷ O preceito de imparcialidade já não é imprescindível ao jornalismo. Os veículos de comunicação podem deixar transparecer seus pontos de vista de maneira explícita, mas tem de evidenciar esta opção, para que o leitor possa se situar em face de uma linha editorial claramente definida.

acessível ao leitor, simplificando a linguagem e esquematizando-a por meio de quadros e gráficos para facilitar e direcionar a leitura. As páginas de serviço ganharam destaque, e o formato leve, que sempre caracterizou veículos como as revistas semanais e mensais, migrou para os diários.

Reestruturação concluída, esperava-se que estivesse inaugurada uma nova era dos jornais diários impressos, que teriam reforçado seu caráter de veículo a serviço das massas⁸. Nesse contexto, o Estado também passaria a ser beneficiado com a mudança, uma vez que os meios de comunicação e a mídia, de maneira geral, sempre foram vistos pelo poder público como uma ponte de acesso à sociedade, seja pela divulgação de fatos e ações, prestação de esclarecimentos, seja pela utilização dos veículos como fonte de pesquisa para a criação e implantação de políticas públicas. Não há como negar que, por trás do indiscutível papel social inerente à reformulação editorial dos jornais, pesaram interesses comerciais, na medida em que as mudanças tinham, dentre seus objetivos, conquistar um maior número e uma maior diversidade de leitores.

Às mudanças no formato e no conteúdo editorial do jornal *O Popular*, em um período marcado pela valorização do mercado em detrimento do Estado, soma-se o fato de haver pouca bibliografia sobre o campo da comunicação – em especial, sobre as abordagens que unem mídia e educação em contextos diversos aos da educomunicação – como prerrogativas para a realização do presente estudo. O fato de as pesquisas no campo da comunicação ainda serem incipientes e haver pouca bibliografia dedicada ao tema torna plausível a realização desta dissertação.

De acordo com Rüdiger (2000), as comunicações ainda representam um campo novo no âmbito do conhecimento científico, humanístico e tecnológico. O autor afirma que a bibliografia especializada tem crescido muito nas últimas décadas, sobretudo no berço desse saber, os países anglo-saxões; mas ressalva que ainda é problemático o acervo de conhecimento disponível. Na opinião de Rüdiger, a situação desse campo, atualmente, é a de uma área em processo de legitimação acadêmica, a despeito do fato de já ter assegurado sua presença no interior da universidade. O número reduzido de trabalhos acadêmicos sobre o

⁸ De acordo com Martin-Barbero, no início do século XIX, começa a se delinear uma imprensa voltada para as massas. É nessa época, segundo o autor, que surge o folhetim, “primeiro tipo de texto escrito no formato popular de massa, que incluía os textos de ‘variedades’, as críticas literárias, as resenhas teatrais, junto com os anúncios e receitas literárias, e não raro com notícias que metiam a política em disfarce de literatura.[...] Fenômeno cultural muito mais que literário, o folhetim conforma um espaço privilegiado para estudar a emergência não só de um meio de comunicação dirigido às massas, mas também de um novo modo de comunicação entre as classes” (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 171).

campo pode ser reflexo da escassez de bibliografia e justifica o desenvolvimento de pesquisas sobre a área, que só começaram a ganhar consistência a partir da década de 1970, quando surgiram os primeiros cursos de pós-graduação no Brasil.

Os bancos de teses e os portais científicos consultados durante a realização deste estudo confirmam a ainda tímida produção acadêmica sobre o campo da comunicação. Embora em menor número, os estudos que mesclam campos distintos demonstram que a comunicação está presente em quase todos os campos, entre eles o da educação. Trabalhos baseados em análise de conteúdo, com o objetivo de desvendar realidades e panoramas sociais, já aparecem em quantidade significativa, mas nenhum texto sobre a visão da mídia goiana sobre a educação foi encontrado, fazendo desta dissertação um trabalho inédito. Não se pretende, com a finalização deste estudo, encerrar o tema, que ainda pode – e deve – ser desdobrado a partir das mais diferentes perspectivas. O que se espera é que este trabalho possa despertar o interesse para a questão da apreensão que a mídia faz das instâncias sociais e para a discussão acerca do papel que os meios de comunicação desempenham em nossa sociedade.

Para proceder à análise das reportagens sobre educação publicadas no jornal *O Popular* no período de tempo predeterminado (1995-2002), foi feita uma leitura preliminar de uma mostra de alguns textos por ano, de modo a tornar possível a eleição de categorias de análise. Esta primeira leitura indicou a possibilidade de categorização com base no tratamento que o jornal dá aos assuntos cobertos pela reportagem. As categorias definidas foram as seguintes: *divulgação*, *políticas públicas*, *denúncia*, *serviço* e *comportamento*. Algumas matérias⁹ tratam o fato do ponto de vista da divulgação, em um formato informativo. Estes textos entraram na categoria *divulgação*. Do mesmo modo, os textos que tratam da implementação de políticas públicas para o campo da educação entraram na categoria de *políticas públicas*. Nesta categoria, não foram computadas reportagens que tratavam das políticas públicas do ponto de vista da divulgação das propostas e leis, nem do seu desdobramento – nestes casos, esses textos foram classificados como sendo de *divulgação*.

As reportagens onde há denúncias sobre os diversos aspectos que envolvem o campo da educação (verbas e recursos governamentais, cumprimento de leis, relações humanas, infraestrutura, concursos públicos, entre outros) entraram na categoria de *denúncia*. Para os

⁹ O termo matéria faz parte do jargão jornalístico, embora já tenha sido incorporado ao vocabulário corrente, e é um sinônimo de reportagem. No texto, ele será usado em substituição ao termo correspondente, no intuito de tornar a leitura menos cansativa, evitando a repetição de palavras.

textos que divulgam calendários de matrícula, realização de concursos públicos, levantamento de preços de material escolar e inscrição em programas de governo, por exemplo, foi criada a categoria de *serviço*. Embora se tratem de reportagens de divulgação, esses textos ganharam uma categoria específica por se tratar de um tipo de divulgação também peculiar. Por fim, a categoria *comportamento* compreende um conjunto de reportagens que tratam de temas genéricos, usualmente abordados em revistas semanais ou em cadernos de variedades, como a escolha da melhor escola para o filho, o uso de tecnologia em sala de aula, entre outros.

Estas cinco categorias (*divulgação, políticas públicas, denúncia, serviço e comportamento*) foram cruzadas com as categorias referentes às redes de ensino contempladas nas reportagens. Foram consideradas as redes *municipal* (incluindo capital e cidades do interior), *estadual, federal, privada* e a categoria denominada *sem especificação*, aplicada a casos em que a reportagem não traz especificação de rede, seja porque se refere a mais de uma rede, como no caso das políticas públicas que contemplam mais de uma esfera governamental, seja porque se refere a casos como os das reportagens sobre *comportamento*, mais genéricas e nem sempre vinculadas ao sistema de ensino formal. O cruzamento das categorias possibilitou uma análise contextualizada politicamente, permitindo conferir a influência de cada uma das instâncias do governo junto ao jornal, principalmente no que diz respeito à eleição de um assunto como pauta jornalística.

Para facilitar essa compreensão, ainda foi traçado um quadro político do período analisado, elencando prefeitos, governadores, presidente da República, secretários de educação municipais e estaduais e ministro da Educação, todos devidamente relacionados a seus partidos políticos. Com as categorias estabelecidas, partiu-se para a leitura das reportagens em sua totalidade, perfazendo o total de 1.646 textos. A leitura, realizada no Centro de Documentação (Cedoc) do jornal *O Popular*, foi realizada ininterrupta e paralelamente à tabulação das reportagens por categorias, trabalho que gerou uma tabela e três figuras para cada ano pesquisado (figuras por categorias de reportagens, por redes de ensino contempladas e por número de publicações mensais de reportagens), perfazendo o total de oito tabelas e de 24 figuras que, posteriormente, se desdobraram em mais três figuras com as médias de cada categoria, de modo a possibilitar uma visão geral do período (1995-2002).

Para respaldar a pesquisa empírica, que está detalhada no capítulo 3, foi realizado um levantamento bibliográfico, que inclui obras de Pierre Bourdieu, com ênfase nos textos que tratam da comunicação de massa empreendida pela mídia. Por tratar do tema com

propriedade e forte viés crítico, o autor referencia toda a discussão contida na presente dissertação.

Assim, no capítulo 1, a relação entre mídia, Estado e educação é discutida a partir do contexto da política neoliberal posta em prática durante o governo FHC. Em um primeiro tópico, são discutidas as relações entre as três instâncias citadas, para, em seguida, discorrer-se sobre a formatação do campo midiático brasileiro, marcado por uma conformação baseada no oligopólio de grupos familiares, quase sempre ligados ao campo político. Em seguida, há uma discussão sobre as políticas de regulação da educação, no contexto do neoliberalismo, e, por fim, um tópico que trata da presença e repercussão das políticas públicas de educação na mídia.

O capítulo 2 trata do cenário midiático e da educação no âmbito do estado de Goiás e utiliza como recurso para discussão o livro ficcional *Memórias do vento*¹⁰, do autor goiano Carmo Bernardes, no qual é traçado um panorama da conformação política da capital a partir do cenário predominantemente agrário vigente em meados dos anos 1970. O delineamento da mídia goiana – mais especificamente da mídia goianiense – é pano de fundo do romance, que narra a vida do jornalista Manelino, personagem no qual se apoia a discussão acerca do papel dos meios de comunicação em nossa sociedade.

O capítulo 3, como já foi mencionado, traz a análise da apreensão do campo da educação pelo jornal *O Popular*, com base na leitura das reportagens publicadas sobre o tema pelo veículo durante os oito anos do governo FHC (1995-2002).

¹⁰ O romance *Memórias do vento* está esgotado na editora e não há estoques disponíveis nas livrarias. É possível encontrar exemplares usados nos sebos.

CAPÍTULO 1

MÍDIA, ESTADO E EDUCAÇÃO: NEOLIBERALISMO E NOVA POLÍTICA DE REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2002)

Este capítulo pretende discutir as inter-relações estabelecidas entre os campos político, da educação e da comunicação no contexto da política neoliberal consolidada no Brasil durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), no período de 1995 a 2002. Utilizando Bourdieu como referencial teórico, partiremos da discussão acerca dos contornos das relações construídas a partir do cenário socioeconômico brasileiro, que favorece o protagonismo da mídia, na medida em que se estabelecem parcerias quase que indissociáveis entre o campo da comunicação e os detentores do poder econômico. A questão da conformação da mídia, altamente concentrada e baseada em modelos empresariais familiares, também será abordada, levando-se em conta a vinculação destas famílias ao cenário político do país.

A consolidação da política neoliberal e o consequente desmonte do Estado perpassam toda a análise, em que se procura expor a posição do campo da educação ante o embate de forças entre os campos da comunicação e o político. Por meio da abordagem das políticas de regulação da educação, percebe-se o enfraquecimento do campo, submetido a uma regulamentação marcada por imposições verticais e descontextualizadas em relação à realidade educacional brasileira. Imposições estas oriundas de acordos entre o governo e as instituições financeiras internacionais – com destaque para o Banco Mundial, responsável pela condução de inúmeros programas educacionais durante o período – que culminaram em uma política de governo voltada prioritariamente para a lógica do mercado.

Uma breve discussão sobre a aprovação de leis e a implementação de políticas públicas educacionais no governo FHC traz a questão do posicionamento da mídia diante das manobras governamentais que, naquele momento, se opunham às reais necessidades da sociedade, na medida em que atendiam, em primeira instância, ao modelo neoliberal que se impunha nos países da América Latina. A partir da aprovação de uma legislação que acabou por transformar a educação em produto, seguindo a lógica do mercado, o governo procurou basear suas ações em uma comunicação direta com a sociedade, privilegiando sua própria perspectiva. Se, por um lado, existe um jogo de forças entre os veículos de comunicação e os

governos, por outro, há uma demanda concreta por parte da sociedade que, em última instância, é a instituição à qual deveriam se reportar os meios de comunicação de massa.

1.1 As relações entre mídia, Estado e poder político

As várias instâncias sociais que Bourdieu (1975) denomina como campos exercem entre si influências múltiplas e recíprocas, em um jogo de disputa de poder, segundo o qual a lógica da violência e da dominação simbólicas determinam posições hegemônicas ou de subordinação, de acordo com o grau de importância que cada um dos campos traz agregado. De maneira geral, todas as instâncias sociais interagem entre si, como ocorre com os campos político, da educação e da comunicação, o último englobando a mídia, de modo genérico, e os veículos de comunicação de massa, especificamente. O que se observa nestes campos, para além das disputas de poder, é um emaranhado de relações que oscilam da parceria ao antagonismo, engendradas, impreterivelmente, pela busca de capital dentro dos próprios campos e no campo de poder que rege o cenário geral.

Esses jogos de consenso e dissenso que, conforme Moraes, “atravessam e condicionam a produção simbólica nos meios de comunicação, interferindo na conformação do imaginário social e nas disputas de sentido e de poder na contemporaneidade” (MORAES, 2010, p. 54), perpassam tanto a educação, gerando demandas e ressignificações no campo, quanto o Estado, responsável pela criação e implementação de políticas públicas que afetam diretamente todas as outras instâncias. O imaginário social desvelado pela mídia, no entanto, parece distanciar-se da verdadeira concepção da sociedade acerca da realidade, na medida em que os meios de comunicação de massa atuam como “pequenos diretores de consciência que se fazem, sem ter de forçar muito, os porta-vozes de uma moral tipicamente pequeno-burguesa, no que dizem *o que se deve pensar* sobre o que chamam de *os problemas da sociedade*” (BOURDIEU, 1997, p. 65, grifos do autor).

Na medida em que define determinados valores, a mídia passa a atuar como “aparelho privado de hegemonia, sob influência de classes, instituições e elites hegemônicas” (MORAES, 2010, p. 63). Moraes cita Gramsci como um crítico do alinhamento ideológico dos grandes jornais ao poder, bem como das fórmulas verticalizadas de controle do noticiário e da opinião. Esta configuração, segundo Moraes, faz com que o discurso midiático interfira

[...] na cartografia do mundo coletivo, na medida em que propõe óticas argumentativas sobre a realidade, aceitas por amplos segmentos sociais, dentro de uma lógica de identificação e correspondência. [...] Do ponto de vista das corporações midiáticas, trata-se

de regular a opinião social através de critérios exclusivos de agendamento dos temas que merecem ênfase, incorporação, esvaziamento ou extinção. (MORAES, 2010, p. 67).

Ainda há que se levar em consideração o grau de autonomia de que desfrutam os veículos de comunicação que, segundo Bourdieu, “se mede, sem dúvida, pela parcela de suas receitas que provém da publicidade e da ajuda do Estado (sob a forma de publicidade ou de subvenção) e também pelo grau de concentração dos anunciantes” (BOURDIEU, 1997, p. 103). Para Gramsci (apud MORAES, 2010), a função dos jornais transcende a esfera ideológica e embute as determinações econômico-financeiras das empresas jornalísticas que as impelem a atrair o maior número possível de leitores para assegurar-lhes rentabilidade e influência, já que quanto maior é o número de leitores, maior será o interesse por parte do anunciante – que é a verdadeira fonte de renda dos jornais – pelo veículo.

Historicamente, os governos têm sido anunciantes em potencial nos diversos veículos de comunicação. Tétu (1997) afirma que o primeiro passo para o estabelecimento de uma “parceria” entre mídia e poder teria sido dado pelo Estado. O autor cita trechos de uma obra de Flichy (1991) onde ele mostra “... de maneira bastante estimulante como as primeiras formas de comunicação moderna (a rede de telégrafo, por exemplo) constituíram uma comunicação de Estado, ao mesmo tempo, algo que manifesta e torna efetivo o poder do Estado” (TÉTU, 1997, p. 431).

De instrumento do poder, a mídia teria passado, então, a coadjuvante, a partir da construção de uma relação que alimentasse interesses mútuos. O canal de comunicação entre as duas instituições passou a favorecer ambas, a tal ponto que os veículos de comunicação também transformassem o Estado em uma ferramenta de trabalho. No campo da comunicação social, Tétu (1997) cita como exemplo o surgimento das estações regionais de televisão na França, explicando que sua finalidade não era a de construir uma mídia regional, mas a de criação “numa perspectiva de ordenação do território, da vontade de fazer as regiões saírem de seu encravamento, de tornar visível, por todos e para todos, o território de cada qual no seio de uma única televisão nacional” (TÉTU, 1997, p. 432).

Como afirma França (1997), os meios de comunicação de massa deixaram de ser vistos como uma instância neutra a serviço da sociedade e passaram a ser tomados na sua natureza ideológica e de classe, instrumento de poder político e econômico, esfera de dominação. Para entender essa transição pela qual passou a imprensa, é preciso retomar a

questão da incorporação das massas populares à cultura hegemônica, impulsionada pela indústria de narrativas, citada por Martin-Barbero (1997). Ele diz que

[...] em meados do século XIX, a demanda popular e o desenvolvimento das tecnologias de impressão vão fazer das narrativas o espaço de decolagem da produção massiva. O movimento osmótico nasce na imprensa, uma imprensa que em 1830 iniciou o caminho que leva do jornalismo político à empresa comercial”. (MARTIN-BARBERO, 1997, p. 169-170)

Habermas¹¹ remonta ao século XVIII para situar um período crucial da esfera pública. Segundo o autor, nesse século, a imprensa se constitui na sua instituição por excelência, uma vez que tinha o papel de difundir, mas também de reconfigurar as discussões sociais. A imprensa

[...] teria como meta a transformação de interesses de indivíduos privados em um interesse público comum, e, desta forma, universal. No momento em que a imprensa se comercializa a relação se transforma, pois se cria um ‘portão de entrada de interesses privilegiados na esfera pública’. Sua estrutura se altera, em vez de opinião pública, aclamação, o próprio debate ganha a dimensão de espetáculo. (HABERMAS apud CORTES, 2002, p 16).

Transformados de instrumentos ideológicos em mercadorias, os veículos de comunicação passaram a valer-se de técnicas de *marketing* – que não se resumem a estratégias de venda, mas de apresentação de conteúdo –, exemplificando de forma bastante clara a mercantilização da informação. A notícia passa a ter agregado a seu caráter político um caráter comercial. A medida atinge toda a sua concepção, da pauta à publicação, passando pela execução em si e pela edição jornalística.

Ou seja, uma reportagem não é feita apenas por convicções sociais, mas antes por se caracterizar como produto vendável, tanto do ponto de vista do leitor quanto do anunciante (que não raro coincide com pessoas ou órgãos vinculados ao poder público), que querem ver seu nome e sua imagem ligados a conteúdos que traduzam sua ideologia e justifiquem seu investimento financeiro no jornal.

Segundo caracterização de Habermas, a esfera pública situa-se em uma zona de discurso, na qual ideias são conhecidas e debatidas e uma visão de bem comum pode ser expressa. Já para Hannah Arendt¹², o espaço público é construído pela ação e pelo discurso e é o lugar que preserva a ação do esquecimento. Todas as coisas não comunicadas e incomunicáveis deixam de existir, pois não há para elas um lugar permanente na realidade (ARENDT apud CORTES, 2002). Sobre o papel da mídia nas sociedades contemporâneas,

¹¹ Jürgen Habermas, filósofo e sociólogo alemão, é citado de acordo com Cortes (2002).

¹² Hannah Arendt, teórica política alemã, é citada de acordo com Cortes (2002).

Arendt parte de uma reflexão sobre a barbárie do nazismo para construir a noção de um “mundo comum”, que se constitui em uma “dimensão crucial do espaço público”.

Baseando-se no pensamento de Hannah Arendt, Cortes (2002) diz que a política não se define exclusivamente por referência ao Estado, mas antes como uma forma de sociabilidade, ou seja, um espaço que cria suas próprias regras e seus próprios critérios, pelos quais os acontecimentos e os constrangimentos da vida em sociedade podem se fazer visíveis e inteligíveis para os que dela participam. Ela alega que a mídia, ao omitir e/ou manipular as informações no processo de transformar os fatos em notícia, coloca em jogo não apenas uma visão de mundo, mas o próprio mundo que se constrói. Na opinião de Cortes (2002), atualmente é a mídia que monopoliza essa dimensão de permanência e durabilidade.

Por outro lado, o Estado, “representado por suas grandes autoridades, goza de excepcional poder simbólico pela capacidade de definir, por suas ações, suas decisões e suas intervenções no campo jornalístico a ordem do dia e a hierarquia dos acontecimentos que se impõem aos jornais” (BOURDIEU, 1997, p. 104).

1.2 Oligopólio midiático

O Sistema Central de Mídia brasileiro, estruturado a partir das redes nacionais de televisão, foi sendo construído, a partir da década de 1960, com duas características básicas: forte apoio dos recursos públicos e um modelo de negócios baseado na afiliação de grupos regionais privados a esses conglomerados nacionais. De acordo com o site *Donos da Mídia* (2011)¹³, até hoje, cerca de um terço das prefeituras municipais e outra parcela substancial de empresas públicas estaduais financiam a interiorização dos sinais das redes comerciais.

No caso de verbas publicitárias, é a mídia eletrônica – com destaque para a televisão – que concentra grande parte dos investimentos no Brasil, em detrimento da mídia impressa¹⁴. Segundo Weissheimer (2006), os jornais detêm cerca de 21,5% dos recursos publicitários

¹³ O projeto *Donos da Mídia* <www.donosdamidia.com.br>, concebido há três décadas pelo jornalista gaúcho Daniel Herz, autor do livro *A história secreta da Rede Globo*, reúne dados públicos e informações fornecidas pelos grupos de mídia para montar um panorama completo da mídia no Brasil. Herz foi diretor de relações internacionais da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) até 2006, quando faleceu.

¹⁴ O mercado de jornais teve o montante dos recursos publicitários reduzidos em 6,56% – de 2,113 bilhões de reais em 2000 para 1,975 bilhão de reais, em 2001. Apesar disso, como os demais segmentos tiveram quedas mais acentuadas, a participação do meio jornal na divisão do bolo publicitário aumentou de 19,5% em 2000 para 21,2%, em 2001. A circulação de jornais diários no Brasil, entretanto, caiu de 7,883 milhões de exemplares/dia em 2000 para 7,760 milhões/dia, em 2001 – uma queda de 2,7%. Com este resultado, foi interrompida uma evolução ascendente que vinha se verificando desde 1996, com crescimento contínuo. A queda na circulação, segundo revela o Instituto Verificador de Circulação (IVC), começou em maio de 2001, evidenciando sua relação direta com a retração da economia que se acentuou a partir deste período. Disponível em: <observatoriadaimprensa.com.br>. Acesso em: 26 fev. 2011.

destinados aos veículos de comunicação, enquanto a indústria televisiva fica com algo em torno de 56% da verba. Em seguida, vêm as revistas, com 10,5%, e as rádios, com 5%. O cenário brasileiro é representativo do que ocorre na América Latina, em contraposição aos maiores mercados, nos países do chamado “primeiro mundo”, nos quais os investimentos em jornais e revistas, quando somados, geralmente superam os dirigidos à televisão.

Fatores culturais (analfabetismo, hábitos arraigados gerados pelas facilidades de acesso à mídia eletrônica) e econômicos (a falta de poder aquisitivo decorrente da concentração da renda é o principal) resultam nesta hipertrofia da TV em detrimento da mídia impressa. A predominância dos empreendimentos de TV, por serem de capital intensivo, tem como consequência a constituição de mercados tendencialmente concentrados e oligopolizados. (HERZ, 2002)¹⁵.

O oligopólio midiático é explícito no Brasil, com a concentração dos meios de comunicação de massa nas mãos de poucas famílias – quase sempre ligadas ao campo político – que controlam as redes privadas nacionais de televisão aberta (Globo, Band, SBT, Record e Rede TV!) e seus 38 grupos regionais afiliados. Como exemplo, é possível citar a família Magalhães, que controla a mídia na Bahia; a família Sarney, no Maranhão; e a família Jereissati, presente no Ceará e em Alagoas. A Rede Brasil Sul de Comunicações, pertencente à família Sirotsky, detém o controle midiático no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, enquanto a família Daou tem grande influência nos Estados do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima.

No Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, o monopólio fica por conta da família Zahan, ao passo que, em Goiás, no Distrito Federal e em Tocantins, é a família Câmara – proprietária da Organização Jaime Câmara, da qual faz parte o jornal *O Popular* –, que controla o mercado midiático. De acordo com Weissheimer (2006), estes grupos empresariais concentram a propriedade de mais da metade da circulação diária de notícias impressas no país. Sozinhos, estes veículos respondem por cerca de 55,46% de toda a produção diária dos jornais impressos, contrariando a Constituição Federal, já que, de acordo com o § 5º do art. 220, os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio.

¹⁵ A entrevista a Daniel Herz – à época integrante da coordenação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e diretor do Instituto de Pesquisas em Comunicação (Epcom), especializado em comunicação – foi feita pelos jornalistas Luiz Egypto e Pedro Osório, na edição n. 169 do *Observatório da Imprensa*, edição de 24 abr. 2002.

O site *Donos da Mídia* (2011) ainda revela que, no Brasil, 271 políticos são sócios ou diretores de 324 veículos de comunicação (vale lembrar que estes números não computam a relação indireta, ou seja, familiares e sócios de políticos que estão no controle de veículos de comunicação). Em Goiás, os políticos que são sócios ou diretores de veículos de comunicação compreendem onze pessoas.

O controle dos principais veículos de comunicação por parte de grupos restritos ainda conta com um agravante: a inexistência de quaisquer restrições à propriedade cruzada (propriedade simultânea de mais de um tipo de veículo de comunicação), fazendo com que a concentração e a oligopolização ganhem força. Para completar o quadro, dos 191 países da Organização das Nações Unidas (ONU), apenas o Brasil não possui Lei de Imprensa. A informação, publicada em artigo assinado por José Paulo Cavalcanti Filho¹⁶ na coluna “Tendências e Debates” do jornal *Folha de S. Paulo* do dia 7 de junho de 2009, e reproduzido no site do *Observatório da Imprensa*¹⁷, trata da revogação da Lei de Imprensa brasileira. A lei, de 1967, foi declarada inválida pelo Supremo Tribunal Federal no dia 30 de abril de 2009, gerando controvérsias entre aqueles que julgam a revogação positiva, na medida em que sepulta resquícios da ditadura militar no campo jornalístico, e aqueles que alegam não ser possível a consolidação de uma mídia democrática baseada apenas no pragmatismo, sem o respaldo de uma legislação específica.

Para Cavalcanti (2009), os brasileiros sofreram por tempo demais com a pior Lei de Imprensa do planeta, “mas, pior mesmo, é não ter lei nenhuma”. A lacuna que se impõe no exercício da produção midiática pode ter repercussões danosas para o Brasil, onde a mídia “se coloca acima da Constituição, acima do Estado, acima das leis”, de acordo com o jornalista Altamiro Borges (2009). Ele alega que o poder da mídia se ampliou muito a partir da década de 1990, por causa de três fatores. Em primeiro lugar, em virtude das mudanças tecnológicas, muito profundas, seguida pela desregulamentação neoliberal. Na opinião do jornalista, o desmonte do Estado e o fim de leis deram à mídia este poder. Segundo ele, o capitalismo, que tende à concentração, também poderia ser citado como um fator endógeno que favorece a monopolização.

¹⁶ Advogado, pós-graduado pela Universidade de Havard, foi presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e da Empresa Brasileira de Notícias.

¹⁷ Entidade civil, não governamental, não corporativa e não partidária que pretende acompanhar, junto com outras organizações da sociedade civil, o desempenho da mídia brasileira, o *Observatório da Imprensa* é uma iniciativa do Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor) e projeto original do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). É um veículo jornalístico focado na crítica da mídia, com presença regular na *internet* desde abril de 1996. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br>. Acesso em: 26 abr. 2011.

O jornalista Emiliano José (2009)¹⁸ é um dos que criticam o exercício do jornalismo e, por consequência, a atuação da mídia, a despeito de normatização legal. Ele questiona o fato de uma mídia como a brasileira, concentrada nas mãos de umas poucas famílias, oligopolizada, portadora de um discurso profundamente conservador e nitidamente partidarizada existir sem qualquer regulação democrática. “Mais do que isso, um poder assim, com tão poderosa repercussão, com tal impacto público, pode caminhar desregulado? Um ator político dessa importância pode ficar à margem de uma lei específica?”¹⁹

Borges reitera que a mídia representa

[...] um poder econômico violentíssimo, que tem como objetivo o lucro, que faz de tudo um espetáculo, sensacionalismo para ser rentável, no mundo e no Brasil. No nosso caso, ainda há o agravante do tipo de formação dos complexos midiáticos, que é um negócio familiar, propriedade cruzada. A situação do Brasil é dramática, pois o processo de concentração foi pior do que em outros países, já que não existe regra nenhuma. Uma mesma família é dona de rádio, jornal, revista, TV, *internet*, o diabo! Então, é um grande poder com uma grande capacidade de manipulação. (BORGES, 2009).

Ainda de acordo com o artigo de Cavalcanti Filho, tanto a mídia inglesa quanto a mídia estadunidense atuam sem o respaldo de uma lei de imprensa. No entanto,

[...] a Inglaterra tem um Código de Ética jornalística desde 1938; e a House of Commons (seria o equivalente à Câmara dos Deputados) aprovou um código de procedimentos para a Press Complaints Commission (comissão de queixas da imprensa) que vem sendo consensualmente cumprido. Nos EUA, ao lado da Libel Law (o capítulo dos crimes contra a honra do Código Penal federal norte-americano), há vasto conjunto de regras espalhadas em diferentes normativas. Sem contar que, contra todas as tradições, o Congresso chegou a discutir, dez anos atrás, a adoção de algo como uma Lei de Imprensa, em um Libel Reform Act elaborado pelo Instituto Annenberg. (CAVALCANTI FILHO, 2009).

Para Emiliano José, uma mobilização por parte da sociedade e da categoria profissional dos jornalistas seria de extrema importância para estimular iniciativas da Câmara Federal para reverter, ou melhor, corrigir o quadro, sob o risco de a mídia brasileira se transformar em instrumento de manipulação por parte da oligarquia dominante. “Nós sabemos, sabemos bem, o quanto há, infelizmente, de irresponsabilidade na mídia brasileira. O quanto há de intervenção política dessa mídia, e uma intervenção política que beira à obscenidade por sua parcialidade, por falta de critérios propriamente jornalísticos” (2009). Ele lamenta que, à época, como deputado federal pelo PT da Bahia, observou que na Câmara Federal e no Senado havia um temor reverencial diante da mídia. “Era como mexer com um monstro sagrado” (JOSÉ, 2009).

¹⁸ Jornalista, escritor, doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia.

¹⁹ Ver edição n. 553 da revista *Carta Capital*, de 6 jul. 2009.

O que ocorre, na visão de Moraes (2010), é que a mídia deseja situar-se sempre fora do alcance da regulação pública e não quer submeter-se a freios de contenção, alegando que exerce uma função social específica, que seria a de informar a coletividade. Reduzindo o fluxo de ideias contestadoras e minimizando questionamentos, a mídia detém o “controle ideológico que dificulta a participação de outras vozes no debate sobre os problemas coletivos, pois se procuram neutralizar óticas alternativas, principalmente as que se opõem à supremacia do mercado como âmbito de regulação de demandas sociais” (MORAES, 2010, p. 68).

1.3 O contexto do neoliberalismo e as políticas de regulação da educação

Os meios de comunicação e a mídia, de maneira geral, sempre foram vistos pelo poder público como uma ponte de acesso à sociedade, seja pela divulgação de fatos, de ações e de prestação de esclarecimentos, seja pela utilização dos veículos como fonte de pesquisa para a criação e implementação de políticas públicas. O governo FHC, por meio do MEC, é um bom exemplo disso. Nas palavras do próprio ministro da pasta, Paulo Renato Souza²⁰, a presença da educação nos meios de comunicação teve expressivo aumento desde o final dos anos 1990 (SOUZA, 2005, p. 60), numa alusão ao período em que esteve à frente do ministério.

Parte da credibilidade de que a imprensa desfruta advém do fato de a mídia ter gozado, por determinado período, do *status* de quarto poder, aquele que medeia reivindicações e funciona como um contrapoder, se contrapondo à política vigente por meio de questionamentos. No entanto, para comunicadores como Ramonet (1999), a constituição de grandes conglomerados de comunicação vem colocar um fim a esse caráter de contestação, na medida em que se formam alianças entre mídia e poder.

No Brasil, segundo Borges (2009), em certo momento, em uma visão progressista, chegou-se a sugerir que a mídia fosse esse quarto poder, fiscalizador do executivo, legislativo e judiciário, tornando-se de fato a voz dos sem vozes. Mas, para ele, a mídia não é mais hoje um poder de fiscalização da sociedade, na medida em que é altamente concentrada. O jornalista José Arbex (apud Cortes, 2002) vai além e afirma, a partir de sua experiência como correspondente internacional no jornal *Folha de S. Paulo*, que a mídia nacional adotou uma linha colonizada e provinciana, limitada a refletir a percepção da mídia americana.

²⁰ Paulo Renato Souza foi ministro da Educação durante todo o governo FHC (1995-2002).

Esta reflexão da percepção alheia por parte da mídia, é importante ressaltar, é apenas uma das facetas da política neoliberal²¹ que permeou todo o governo FHC, influenciando de forma decisiva o modelo político vigente no período. Peroni (2009) afirma que uma das principais estratégias do governo FHC apresentadas foi a reforma do Estado, entendida no contexto da redefinição do papel do Estado, “que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento” (PERONI, 2000, p. 9). Vale lembrar que, à época, foi criado o Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare), responsável por apresentar o Plano Diretor da Reforma do Estado, em 1995²².

Marcadas por imposições verticais e descontextualizadas em relação à realidade do país, as políticas neoliberais praticadas no Brasil, segundo Barroso, “foram adotadas como referenciais para os programas de desenvolvimento conduzidos pelas grandes organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)”, entre outros (BARROSO, 2005, p. 741). Oliveira (2005) afirma que têm sido recorrentes estudos e pesquisas sobre a realidade educativa dos países latino-americanos que demonstram a influência dos organismos internacionais pertencentes à Organização das Nações Unidas (ONU), mais expressivamente o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), na condução de programas educacionais nesses países.

De acordo com Fonseca (2001), novos modelos de financiamento, que incluíram as chamadas ‘condicionalidades’ políticas como pré-condição para a assinatura de acordos financeiros entre o Banco Mundial e seus clientes, foram concebidos de modo a permitir ao

²¹ Conceitos como desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos e privatização dos bens públicos compõem o movimento ideológico do neoliberalismo, política de governo gestada no período pós-II Guerra Mundial, nas regiões da Europa e da América do Norte, onde imperava o capitalismo. A doutrina ganhou dimensão global a partir da década de 1980, mas só chegou aos países da América Latina nos anos 1990, preconizando o protagonismo do mercado em detrimento de um Estado voltado para o bem-estar social. Para saber mais, ver ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1995; PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle*. In: *Lua Nova – Revista de Cultura Política* n. 45, 1998. Trabalho apresentado à segunda reunião do Círculo de Montevideu. Barcelona, 25-26 abr. 1997.

²² O Plano Diretor da Reforma do Estado foi elaborado pelo Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (Mare) e aprovado pela Câmara da Reforma do Estado em 21 de setembro de 1995. O Plano Diretor visa definir objetivos e estabelecer diretrizes para a reforma da administração pública brasileira por meio de uma visão gerencial, baseada em conceitos atuais de administração e eficiência, voltada para o controle dos resultados e descentralizada, transformando o cidadão em cliente. Entre as metas do Plano Diretor estão o ajuste fiscal, reformas econômicas orientadas para o mercado, a reforma da previdência social, a inovação dos instrumentos de política social e a reforma do aparelho do Estado. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2011.

Banco estabelecer parâmetros para o desenvolvimento dos países credores durante os anos 1990 e também para a definição de políticas de diferentes setores econômicos e sociais, entre eles, a educação. “O Banco Mundial foi um dos principais financiadores de eventos educativos de abrangência internacional, como a Conferência Mundial de Educação para Todos, cujas conclusões constituíram referências para a definição de políticas educacionais no Brasil” (FONSECA, 2001, p. 14). O fato é que tanto o Banco Mundial quanto os demais organismos acabam por recomendar o mesmo modelo em distintas realidades nacionais.

Alguns estudos têm inclusive demonstrado que muitos desses acordos, que envolvem financiamento em forma de empréstimos, muitas vezes a juros altos, são efetuados a partir de demandas geradas pelos próprios funcionários dos referidos organismos e por funcionários ligados aos governos contratantes. (OLIVEIRA, 2005, p. 766).

Peroni (2000) ressalta que a proposta de reforma do Estado segue a lógica de mercado e remete a um projeto assumidamente excludente, na medida em que contempla apenas o que ela chama de “cidadão cliente”, ou consumidor. Longe de significar um lapso político, a exclusão social é inerente à doutrina neoliberal e, segundo Anderson (1995), os defensores do modelo de gestão mercantil por parte do Estado argumentavam que a desigualdade era um valor não apenas positivo, mas imprescindível em si. Em nome de uma estabilidade monetária, o neoliberalismo prega a busca de disciplina orçamentária, “com a contenção de gastos com o bem-estar e a restauração da taxa ‘natural’ de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos” (ANDERSON, 1995, p. 11).

No caso das políticas educativas, o que se sugere é que se retire cada vez mais do Estado seu papel executor e se transfira para a sociedade – muitas vezes traduzida de forma simplificada como o mercado – a responsabilidade pela gestão da educação, “alterando a relação com o público atendido” (OLIVEIRA, 2005, p. 763). O que ocorre, em muitos casos, é que grande parte das políticas públicas voltadas para a educação são concebidas para atender as normas dos organismos internacionais já citados, com ênfase para o Banco Mundial, que se impôs como importante órgão financiador da educação no Brasil. Como estas normas nem sempre se alinham à realidade brasileira, consolida-se uma “cultura transplantada”, para usar termo cunhado por Vieira (2007, p. 36).

Para Krawczyk (2005), o poder público brasileiro sempre foi omissivo diante do embate de diferentes projetos societários das elites locais, configurando as disputas de poder descritas por Bourdieu, em que, neste caso específico, o campo político parece curvar-se diante do campo econômico em virtude de menor acúmulo de capital. A autora afirma que o olhar para

a gestão da escola, sua autonomia e o aumento de participação da comunidade escolar tem sido tema relevante em países latino-americanos, como o Brasil, desde finais da década de 1970, mas diz que a discussão foi rapidamente ressignificada no discurso hegemônico nos anos seguintes, “mesmo antes de ter sido suficientemente amadurecida no debate político e acadêmico” (KRAWCZYK, 2005, p. 805).

Em se tratando de regulação de políticas públicas educacionais, a discussão permanece embrionária e, segundo Oliveira (2005), ela ainda se encontra restrita aos meios acadêmicos. No Brasil, os primeiros trabalhos que empregam a expressão “regulação das políticas educativas” só começaram a aparecer a partir dos anos 2000. Para a autora, o país ainda não se encontra

em face de um processo de retirada explícita do Estado da oferta educacional, ainda que tenhamos alguns indícios desse tipo de orientação política, como é o caso do Programa Universidade para Todos (Prouni), em que o Estado financia o atendimento público pela via privada, mantendo-se como elemento regulador do processo. (OLIVEIRA, 2005, p. 755-756).

Com práticas que avançam a despeito de uma discussão consolidada e contextualizada, abrem-se precedentes para iniciativas malogradas, como algumas políticas de parceria para a gestão de escolas públicas. Krawczyk cita o caso do programa Adote uma Escola, que visava estimular empresas privadas a apoiarem financeiramente escolas da rede pública para reformas ou manutenção de seus edifícios, para incrementar o quadro de funcionários e, eventualmente, para complementar também o salário dos docentes. A autora diz que um estudo qualitativo de um projeto de parceria escola pública-empresa, em São Paulo, evidenciou que a implementação desse projeto não significou maior participação da comunidade educativa na gestão da escola. “Pelo contrário, a empresa parceira que detém o poder econômico e simbólico foi quem acabou concentrando maior poder na gestão do projeto de parceria em questão” (KRAWCZYK, 2005, p. 814).

Para Barroso, a influência das ideias neoliberais não se fez sentir apenas por meio de múltiplas reformas estruturais destinadas a reduzir a intervenção do Estado na provisão e administração do serviço educativo, mas também por meio de retóricas discursivas (dos políticos, dos peritos, dos meios de informação) de crítica ao serviço público estatal e “de encorajamento do mercado” (BARROSO, 2005, p. 741). Fonseca afirma que, nos anos 1990, a capacidade de influência do Banco Mundial adquiriu proporções surpreendentes.

A construção de diagnósticos, inclusive com a própria participação dos países, faz com que o Banco seja uma referência constante nos meios de comunicação em geral, o que contribui

para sua legitimação como uma das mais importantes fontes de conhecimento e consulta”. (FONSECA, 2001, p. 20-21).

Barroso (2005) acredita que o protagonismo do mercado nas políticas públicas traduz-se, sobretudo, pela subordinação das políticas de educação a uma lógica estritamente econômica, pela importação de valores (competição, concorrência, excelência) e pelos modelos de gestão empresarial como referências para a modernização da educação. De fato, o ministro da Educação do governo FHC afirma, na introdução do livro que escreveu sobre os oito anos em que esteve à frente do MEC (1995-2002), que o êxito de sua política de governo pode ser atribuído “à utilização de métodos da moderna administração empresarial privada, não usual na gestão pública de países em desenvolvimento” (SOUZA, 2005, p. xxiv).

Provavelmente, já em resposta a críticas recebidas pela política educacional adotada, Souza (2005) defende-se dizendo que, muitas vezes, prefere-se indigitar o neoliberalismo dos Estados Unidos ou da União Europeia a tomar consciência de que se trata, sobretudo, de fazer frente a um mundo novo que se reorganiza completamente em suas bases. Em sua justificativa, que sugere subordinação acrítica por parte da sociedade, Souza afirma que o melhor a se fazer seria “tirar partido da situação e não gastar energia contrapondo-se a um processo de evolução econômica e social sem volta” (SOUZA, 2005, p. 5).

Ao fazer um balanço do neoliberalismo, Anderson (1995) revela que a adesão incondicional a esse projeto político-econômico viria a se repetir globalmente, a partir do momento em que “política e ideologicamente, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para seus princípios, que todos, confessando ou negando, têm de adaptar-se às suas normas” (ANDERSON, 1995, p. 23).

O documento resultante do seminário sobre qualidade, eficiência e equidade na educação básica, organizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 1991, que tinha como propósito apresentar ao MEC propostas para a reformulação de políticas, já sinalizava um veio pragmático muito próximo ao do Banco, especialmente no que diz respeito ao papel institucional do ministério. Fonseca explica que, tendo em vista a tramitação do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o documento enfatizava a “necessidade de novos critérios para o financiamento da educação, aumento do leque de parceiros, estabelecimento de padrão básico de serviços educacionais, descentralização dos sistemas de ensino e autonomia escolar” (FONSECA, 2001, p. 21).

Apesar do evidente direcionamento, Cury acredita que a LDB “repousa em uma vaguidão genérica, exigindo um competente apoio jurídico como intérprete da lei e a ousadia da autonomia” (CURY, 2001, p. 16). Na opinião do autor, a lei coloca nas mãos da União um poder tão grande que jamais governo algum o deteve. “O poder controlador do Estado se desloca para a avaliação de resultados e de fins, através de uma avaliação sistêmica, sistemática e externa: do rendimento escolar, das instituições de ensino superior e do desempenho do docente” (CURY, 2001, p. 17). Vieira (2007) afirma que a organização escolar brasileira nunca foi autônoma, tendo em vista que sua contextualização parece residir nos fatos políticos. Segundo a autora,

[...] nem sempre é explícita a relação entre as mudanças políticas e as mudanças educacionais, as primeiras parecem exercer forte influência sobre as segundas. O exemplo das constituições brasileiras, neste caso, é oportuno. Em geral, a cada carta correspondeu a busca de um novo pacto, que veio a expressar-se em alguma lei geral de educação. (VIEIRA, 2007, p. 19).

Barroso (2005) considera que a transformação a que vimos assistindo desde a década de 1990, acerca do modo como é entendida e posta em prática a regulação das políticas educativas, é profunda e se relaciona amplamente com a própria concepção, reforma e estruturação do Estado e da sua administração. Peroni afirma que, com as reformas, o governo federal se desobriga do financiamento das políticas educacionais, pois tem de racionalizar recursos, mas, por outro lado, “objetiva centralizar as diretrizes, principalmente mediante parâmetros curriculares nacionais e avaliação das instituições de ensino” (PERONI, 2005, p. 12), fazendo da prática de controle um aspecto estratégico para o êxito do modelo de gestão neoliberal.

O controle, exercido principalmente por meio da avaliação externa, apoia-se na proposta de que a qualidade do ensino seja garantida “pelo próprio esforço da escola e da competitividade que se estabelece entre elas para a obtenção de recursos materiais e financeiros” (FONSECA, 2001, p. 30). Oliveira cita o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como um exemplo desse tipo de iniciativa que geralmente vem associada ao “estímulo à administração por objetivos, ao incentivo à pedagogia de projetos, à cultura da eficiência e demonstração de resultados, culminando na performatividade escolar” (OLIVEIRA, 2005, p. 763). O então ministro da Educação obviamente apoiava os mecanismos de avaliação externa – sem questionar os parâmetros a partir dos quais essa avaliação era concebida e a que público era direcionada –, uma vez que tinha interesse no

financiamento que vinha atrelado à execução da proposta de ranqueamento das instituições de ensino, de docentes e discentes.

Na opinião de Souza, “os instrumentos de avaliação associados aos processos de acreditação das instituições assumem um papel importante para que os sistemas nacionais de ensino não sejam simplesmente eliminados pela concorrência internacional” (SOUZA, 2005, p. 18). Sobre o fato da política de avaliação e de busca de resultados ser uma imposição mercadológica concebida a partir de demandas externas àquelas verificadas no país, Souza considera que

[...] é preciso reconhecer que somos um tanto provincianos em matéria educacional e temos uma injustificável desconfiança em relação a tudo que vem de fora. É preciso olhar o mundo com isenção, observar e adaptar ao nosso país as boas experiências e evitar os erros que já foram cometidos em outras partes. (2005, p. 37).

Souza admite, no entanto, que o fato de ter uma regulamentação detalhada não significa que ela vá ser cumprida. Ele diz que muitas vezes, no Brasil, quanto maior o detalhamento do marco regulatório, maiores e mais sofisticados são os mecanismos utilizados em sua burla. Além da fragilidade de fiscalização dos projetos provenientes da reforma do Estado e da consequente regulação educacional, a redução do controle e da autonomia de professores, estudantes, pais, escolas e comunidades sobre o trabalho acadêmico acerca do campo da educação no Brasil será outra consequência previsível, de acordo com Siqueira (2001). A autora afirma que o trabalho acadêmico poderá perder as referências que permitem sua vinculação com as realidades locais, criando-se “uma grande influência externa controlando o cotidiano das salas de aula, o que deve ser ensinado, a que passo deve ser feito a fim de que possa ser medido a um tempo específico e por um instrumento padronizado” (SIQUEIRA, 2001, p. 6).

Outro ponto a se ressaltar em relação à regulação educacional, de acordo com Oliveira (2001), é que esta também seria uma regulação social, na medida em que exerce a gestão do trabalho e da pobreza. Ela pondera que, no caso latino-americano, a política educacional vem sendo orientada como política compensatória, focalizada nos mais pobres, e a democratização da educação vêm sendo confundida com a massificação do ensino.

Henriques (apud CAIXETA, 2002), do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)²³, vê com reservas os sucessos obtidos pela política educacional do governo FHC. Ele diz que a matrícula em massa não veio acompanhada de uma mudança profunda capaz de

²³ Ricardo Henriques, integrante da diretoria de estudos sociais do Ipea à época, é autor do livro *Desigualdade e pobreza no Brasil*, publicado pelo órgão.

garantir ensino de qualidade para todos os alunos. A seu ver, uma das maneiras de motivar o aluno a completar seus estudos depende da capacidade da escola de lhe oferecer tratamento feito sob medida para atender suas necessidades particulares, na contramão do que prega a política financiada por organismos internacionais e que traz modelos prontos de administração escolar e planejamento pedagógico.

1.4 Políticas públicas de educação e mídia

Ainda no período anterior à posse de FHC, a equipe de governo, como meta pretendia influenciar os parlamentares para impedir que o Senado aprovasse a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que tramitava em fase final no Congresso Nacional. Segundo Souza (2005), o projeto aprovado pela Câmara era um “desastre”, pois refletia apenas a visão e os interesses das corporações do segmento educacional. Diante de dois projetos – aquele aprovado pela Câmara e o de autoria do senador Darcy Ribeiro, do Partido Democrático Trabalhista (PDT) – o governo optou por apoiar o segundo. De acordo com Cunha (1997), o texto de Darcy Ribeiro, além de menos minucioso, tinha, por causa de seu autor, maior receptividade para modificar a versão original para adequar-se às políticas governamentais. Cunha afirma que, “enquanto o projeto da LDB do Senado prosseguia na tramitação parlamentar, pelas comissões e pelo plenário, ele foi sendo adaptado, com admirável plasticidade, às políticas que o Poder Executivo elaborava” (CUNHA, 1997, p. 35).

Embora Souza afirme que os esforços do governo culminaram com a aprovação da proposta pretendida, em dezembro de 1996, incorporando os princípios, a forma e o conteúdo do projeto do senador Darcy Ribeiro, Cunha avalia que, “em vez de traçar diretrizes para a educação nacional, assentada em bases sólidas, o projeto de Ribeiro foi sendo modificado para se adaptar a medidas parciais do MEC” (CUNHA, 1997, p. 21). Cunha afirma ainda que o governo não esperou por uma decisão legislativa a respeito da LDB para empreender uma intensa atividade reformadora no campo educacional.

Para tanto, o MEC foi particularmente ativo na elaboração de uma série de projetos de reforma da Constituição, de medidas provisórias, de projetos de lei e de decretos, cuja lógica não foi explicitada previamente, dando margem às mais diversas interpretações, com predominância para a atribuição do impulso do processo a entidades mais ou menos concretas, a exemplo do Banco Mundial ou do modelo neoliberal.” (CUNHA, 1997, p. 21).

A polêmica que perpassou todo o processo de aprovação da LDB não chegou a causar constrangimento ao governo, já que “uma lei nacional relativa à educação é sempre polêmica, sobretudo em um país federativo onde se supõe a divisão de atribuições e competências entre seus entes federativos” (CURY, 1997, p. 4). Para Cury (1997), em uma lei de educação nacional não se pode deixar de considerar a realidade brasileira, marcada enfaticamente pela excludência e por toda sorte de discriminação, mas o que ocorre nesta última versão da LDB é um enfoque privilegiado para a educação superior, em detrimento da educação básica, demanda mais premente do país. De acordo com Cury, o capítulo específico sobre a educação superior é o que contém maior número de artigos da LDB. “São 15 artigos (do 43 ao 57), representando 16,3% do conjunto dos 92 artigos. Os artigos 43-50 se ocupam da educação superior de modo geral e os restantes das que carregam consigo a prerrogativa universitária” (CURY, 1997, p. 12)

Para Cunha, no entanto, a característica mais marcante da educação como meta prioritária da proposta de governo feita por FHC é o destaque do papel econômico da educação, como base do “novo estilo de desenvolvimento”. O autor relata que, para atingir sua meta, “a proposta afirmava a necessidade de se estabelecer uma ‘verdadeira parceria’ entre setor privado e governo, entre universidade e indústria, tanto na gestão quanto no financiamento do sistema brasileiro de desenvolvimento científico e tecnológico” (CUNHA, 1997, p. 33).

De fato, a primeira campanha de comunicação lançada pelo governo, em janeiro de 1995, intitulada “Acorda Brasil, está na hora da escola”, protagonizada pelo próprio presidente da República – que tinha como objetivo oficial delimitar como prioridade do governo a educação – era, na prática, um documento de incentivo para parcerias da sociedade civil, da iniciativa privada e de organismos internacionais com o governo. Silva Júnior lembra que a reforma do Estado brasileiro “estruturou-se, institucionalmente, no mandato de FHC, por meio de várias emendas constitucionais e regulações normativas inéditas, que buscavam legalizar uma série de facilidades facultadas ao capital” (SILVA JÚNIOR, 2007, p. 30). O próprio ministro da educação, à época, afirma que, durante os oito anos de gestão do MEC, foi realizado um amplo uso do financiamento externo, especialmente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial. “Ao final dos dois primeiros anos do governo, fomos cumprimentados pelo presidente do Banco Mundial pelo fato de o Brasil ser um dos países de melhor desempenho na execução de projetos” (SOUZA, 1995, p. 62).

O raciocínio eficientista incorporado às reformas educacionais dos anos 1990, segundo Oliveira (2000), tem suas origens na crise de legitimidade que o Estado e, consequentemente, o setor educacional enfrentam desde meados da década de 1980, quando não conseguem responder nem quantitativa nem qualitativamente às pressões sociais em torno da educação pública. A autora afirma que o mecanismo da avaliação externa, amplamente utilizado pelo governo FHC a partir da perspectiva de organismos multilaterais, foi adotado como indicador de qualidade e eficiência. Cury afirma que, no caso da LDB, a nova lei incluía em sua letra e, de alguma maneira, no seu espírito, a educação como produto, insistindo na noção de qualidade e excelência, e enquadrando-se na concepção de Estado mínimo preconizado pelo neoliberalismo.

Oliveira (2000) argumenta que os sistemas de avaliação, como o Exame Nacional de Cursos (Provão), o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e as avaliações realizadas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) tinham, pelos seus resultados, a pretensão de mensurar essa qualidade e se consolidar como os principais balizadores da política de financiamento. Estas avaliações, de acordo com Libâneo (2009), foram pautadas pela aplicação de testes para a medição de rendimento dos alunos, pelo controle dos resultados por parte do Estado e pela classificação e comparação das escolas, desconsiderando o modelo avaliatório, aquele “que leva em conta as questões de poder e de conflito no currículo e questiona sobre o que e para que se avalia, colocando em evidência as implicações sociais e educacionais do rendimento escolar” (LIBÂNEO, 2009, p. 206).

Cury aponta para a questão da avaliação no contexto da LDB, dizendo que a lei revela um poder sobre a educação escolar em todos os níveis, por parte da União, com base em noções de coordenação e avaliação, “como jamais se viu em um regime democrático no Brasil” (CURY, 1997, p. 8). Em sua análise quantitativa da lei, o autor contabiliza a palavra *avaliar* ou *avaliação* em 13 artigos da LDB, “que tem 92 artigos, e aí é repetida 23 vezes, o que é muito eloquente por si só” (CURY, 1997, p. 8). Por sua vez, Oliveira argumenta que a legitimidade desses sistemas de avaliação foi buscada junto à opinião pública através de ampla divulgação empreendida pelo MEC nos meios de comunicação. Apesar de toda a parafernália comunicacional montada pelo MEC e do intenso e contínuo processo de alimentação da mídia²⁴, é possível considerar que os meios de comunicação conseguiram preservar certa autonomia ao publicar pontos de vista diversos aos do governo.

²⁴ A relação do ministro da Educação com a mídia, por meio da agência de notícias criada no MEC, será tratada de forma mais detalhada no capítulo 3.

Foi o que aconteceu, por exemplo, no caso do Provão, assunto que teve expressiva repercussão na mídia, ocupando lugar de destaque nos principais jornais do país com conotação negativa, já que vinha sendo alvo de críticas por parte da comunidade universitária. Mesmo neste caso, Souza, que sempre recorreu aos meios de comunicação na busca de solução para os problemas que ganharam repercussão pública através da mídia, não se deixou intimidar e usou as mesmas armas para se defender ao lançar mão da imprensa publicando um extenso artigo intitulado “Um exame necessário”, na coluna “Tendências e Debates” do jornal *Folha de S. Paulo*, reservada para textos opinativos, para defender o exame. Outra medida utilizada por Souza para gerar aceitação da sociedade em relação ao Provão envolveu também estratégias de comunicação – o Exame Nacional de Cursos passou a ser reconhecido em todo o material de divulgação como Provão, apelido até então pejorativo, de forma a eliminar quaisquer tentativas de diminuir a importância do processo avaliativo.

Outro caso em que a mídia conseguiu distanciar-se da influência governamental na cobertura das políticas públicas empreendidas pelo MEC diz respeito ao processo de descentralização de recursos e iniciativas para as instâncias estaduais, municipais e para as próprias escolas, considerado por Souza como uma mudança radical nas práticas do ministério. Um dos exemplos, segundo o então ministro, referia-se ao programa da merenda escolar, “de longa e desastrosa história de compras milionárias superfaturadas, de enormes gastos desnecessários, de falta de merenda e de distribuição de alimentos vencidos” (SOUZA, 1995, p. 67).

O que se observou, no entanto, é que essas mesmas práticas de desmandos, negligência e usurpação do dinheiro público continuaram em prática durante todo o governo FHC, como poderá ser conferido no capítulo 3, no qual a análise das reportagens publicadas no jornal *O Popular* revela que, entre as matérias de denúncia, grande parte refere-se a fraudes envolvendo merenda escolar. O mesmo pode ser verificado em relação a outros programas orientados pela descentralização, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), o Dinheiro Direto na Escola e o Programa Bolsa Escola Federal, todos alvos de denúncias que envolviam desvio de recursos.

As greves de professores e funcionários das três esferas governamentais também mereceram lugar de destaque no jornal *O Popular* durante o governo FHC. Foram tema de reportagens as duas longas greves que as universidades federais enfrentaram, com cerca de cem dias cada uma – a primeira, no primeiro semestre de 1998, e a segunda, no segundo

semestre de 2001 –, bem como as greves ocorridas no âmbito do estado de Goiás. Nas redes municipais de ensino, houve greves em cinco dos oito anos referentes ao governo FHC (em 1995, na gestão do prefeito Darci Acorsi; em 1997, 1999 e 2000, na gestão de Nion Albernaz; e em 2001, na gestão de Pedro Wilson). Na rede estadual, houve greve em 1995, durante a gestão do governador Maguito Vilela, e em 1999, 2000 (neste ano, a greve durou cerca de 60 dias) e em 2001, anos em que Marconi Perillo ocupava o governo.

CAPÍTULO 2

O CENÁRIO MIDIÁTICO, POLÍTICO E EDUCACIONAL EM GOIÁS

Neste capítulo, será dada continuidade à discussão iniciada no anterior que envolveu a análise das inter-relações estabelecidas entre os campos político, da educação e da comunicação no contexto da política neoliberal que pautou o governo FHC (1995-2002) e, conseqüentemente, acabou se refletindo, em âmbito regional, tanto no governo estadual – com ênfase para o governo Marconi Perillo, em Goiás, correspondente ao segundo mandato de FHC (1999-2002) – quanto nos governos municipais. A discussão terá como base o levantamento acerca da conformação da mídia em uma abordagem local, procurando estabelecer o modelo vigente no estado de Goiás.

Como suporte para discussão acerca da mídia goiana, representada pela imprensa goianiense e contextualizada a partir da consolidação política e econômica da capital, será utilizada a obra *Memórias do Vento*, escrita pelo autor goiano Carmo Bernardes, em 1986. No livro, a personagem Manelino vive as venturas e desventuras de ser jornalista em um cenário traçado pelo coronelismo, representando de forma muito verossímil a realidade da imprensa goiana que, por sua vez, é representativa da imprensa nacional. A obra de Bourdieu, utilizada como referencial teórico, permeia toda a discussão e contribui para a aproximação do romance com a realidade.

Na ausência de estudos e pesquisas sobre a apreensão do campo da educação pela mídia goiana, a discussão sobre o assunto se baseia em análises acerca da mídia nacional, tratada de forma genérica. Desta maneira, é possível transportar para o cenário local as considerações feitas em uma perspectiva mais abrangente. Se levarmos em consideração que a mídia utiliza parâmetros congruentes, entendemos que é possível tomar o genérico pelo particular, sem prejuízo de análise – principalmente, se considerarmos que a mídia regional é quase que um desdobramento da mídia nacional que, por sua vez, se espelha nas tendências ditadas pelo jornalismo americano e europeu.

2.1 A conformação da mídia goiana

A exemplo do que ocorre no país, o estado de Goiás conta com uma estrutura midiática altamente concentrada, oligopolizada e portadora de um discurso profundamente conservador. O modelo empresarial familiar prevalece, com o protagonismo da família Câmara, que controla o mercado midiático em Goiás, no Distrito Federal e no Tocantins. A Organização Jaime Câmara (OJC), pertencente à família Câmara, é afiliada à Rede Globo e à Central Brasileira de Notícias (CBN) e, de acordo com o *site Donos da Mídia* (2011), possui 14 veículos de comunicação de massa, entre os quais três jornais impressos²⁵, incluindo o jornal *O Popular*, objeto desta pesquisa. Se levarmos em conta que o estado de Goiás possui 263 veículos de comunicação, dentre os quais 25 são veículos impressos (20 jornais e cinco revistas), percebemos a dimensão do poder que a OJC exerce, na medida em que a empresa detém 10% dos jornais locais que circulam no Estado, além da concessão para retransmitir a programação da Rede Globo, sabidamente a emissora mais influente do país. O segundo grupo de comunicação mais forte em Goiás é o Grupo Serra Dourada, afiliado ao Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), com sete veículos de comunicação, ou seja, a metade dos veículos de propriedade da OJC.

O reflexo da concentração midiática em Goiás – que se aproxima mais do monopólio do que do oligopólio – é a baixa qualidade da imprensa goiana que, segundo Borges (2008), também pode ser creditada à adoção do modelo comercial de jornalismo, “pouco adepto do compromisso público que a atividade requer” (BORGES, 2008, p. 85). A autora afirma que a autocensura dos empresários do ramo, pressionados pelos financiamentos privado e governamental, acaba por afetar os jornalistas e também contribui para essa baixa qualidade. Manelino, protagonista de *Memórias do Vento*, é um bom exemplo de como a gestão prioritariamente comercial que se pratica nas empresas de comunicação em detrimento de uma visão jornalística do negócio pode trazer consequências diretas na concepção de comunicação de massa dos próprios agentes do campo, afetando a produção jornalística.

A obra, utilizada neste capítulo como recurso para discussão acerca do cenário midiático goiano²⁶, traça um panorama da conformação política da capital a partir do cenário predominantemente agrário vigente em meados dos anos 1970 e traz como personagem principal o jornalista Manelino, por meio do qual Bernardes discute o papel dos meios de

²⁵ A Organização Jaime Câmara é proprietária dos jornais *O Popular*, *Jornal Daqui* e *Jornal do Tocantins*.

²⁶ Embora o romance esteja contextualizado em Goiás – mais especificamente na capital, algumas décadas após sua fundação – vale lembrar o caráter universal e atemporal da obra literária.

comunicação em nossa sociedade. A história, que se desenrola em pleno regime militar, deixa transparecer a falta de ousadia da imprensa goiana no desafio à censura. Borges (2008) afirma que

[...] ao contrário do que aconteceu em diversos veículos de imprensa nacionais, que à época do regime militar substituíam as matérias censuradas por receitas culinárias, fotos estranhas ou simplesmente deixavam espaços em branco nas páginas dos jornais e revistas tentando informar ao leitor que ali havia acontecido algum tipo de censura, os jornais goianos geralmente substituíam as matérias censuradas por outras de conteúdo mais ameno ou aprovado pelos censores, praticando, ainda, a autocensura. (BORGES, 2008, p. 82).

Há que se reconhecer, no entanto, que nem tudo era conformismo na imprensa goiana. Ainda segundo Borges (2008), o jornal *Cinco de Março*, criado em 1959 por líderes estudantis da União Goiana dos Estudantes Secundaristas (UGES) – entre os quais estava Batista Custódio, fundador do jornal *Diário da Manhã* –, era impresso em uma tipografia doada pelo *Jornal de Notícias*, de Alfredo Nasser. Com foco nas denúncias e no jornalismo opinativo, o *Cinco de Março* foi alvo de empastelamento²⁷ e de depredação por parte da Polícia Militar do estado de Goiás. O jornal *O Popular*, ao contrário, nasceu no rastro da transferência da capital de Goiás para Goiânia, fato que trouxe uma profunda alteração no jornalismo goiano, com o “fechamento de espaço para o jornalismo político e opinativo e, simultaneamente, a abertura dos caminhos ao jornalismo empresarial” (BORGES, 2008, p. 78).

Em meio ao discurso desenvolvimentista que se difundia à época, surgiu, em abril de 1938, o jornal *O Popular*. Ratificando a informação de Borges (2008), acerca da ausência de estudos e pesquisas sobre a história da imprensa em Goiás²⁸, encontramos apenas um texto que trata da fundação e da história do jornal *O Popular*, produzido pela própria OJC. O texto, redigido em 2005, se restringe a uma abordagem técnica a respeito da produção do jornal, se detendo no maquinário usado para impressão e o consequente aumento na tiragem do veículo. Não há uma contextualização histórica ou política, nem há menção acerca da linha editorial do veículo – nem mesmo no item “Novidades Gráficas e Editoriais” que, apesar do título, se restringe às mudanças gráficas operadas no jornal. Em quatro páginas, o texto aborda de

²⁷ “O empastelamento dos jornais consistia na ação da polícia em misturar as caixas de tipos que compunham os linotipos para a impressão dos jornais. Geralmente, os policiais derrubavam milhares de tipos (letras metálicas de diversas fontes e tamanhos), misturando-os. Muitas ações da polícia contra os jornais contavam ainda com a depredação de seu patrimônio físico, mas só a mistura das caixas de tipos inviabilizava o funcionamento dos veículos por meses” (BORGES, 2008, p. 84).

²⁸ O texto de Rosana Maria Ribeiro Borges, escrito em parceria com Angelita Pereira de Lima, foi o único documento encontrado sobre a história da imprensa goiana.

forma sucinta a chegada da família Câmara ao estado de Goiás, na década de 1930²⁹, e a trajetória do jornal a partir de uma perspectiva técnica sobre os mecanismos de impressão do jornal.

Curiosamente, o modelo de imprensa alinhado ao discurso oficial e pouco afeito à análise crítica vigente no estado de Goiás nasceu de um fenômeno social de resistência política e cultural. De acordo com Borges (2008), a primeira tipografia instalada em Goiás chegou a contragosto da Coroa Real. A tipografia foi comprada no Rio de Janeiro pelo então comendador Joaquim Alves de Oliveira, com recursos próprios, em desagravo ao veto do imperador, um ano após o Império haver negado a instalação de uma tipografia em Vila Boa (atual cidade de Goiás), solicitada pelo então presidente da Província de Goiás, marechal Miguel Lino de Moraes, sob a alegação de que Goiás não precisava de uma tipografia. Batizado como *Matutina Meyapontense*, o primeiro jornal goiano teve sua edição inaugural em 5 de março de 1830³⁰, na Vila de Meia Ponte, atual cidade de Pirenópolis, quando produziu as primeiras publicações de oposição ao regime.

Segundo Borges (2008), a história do *Matutina Meyapontense*

[...] reflete a luta dos jornais brasileiros contra a dominação portuguesa, uma vez que o jornalismo nacional nasceu no ardor e clima dos movimentos políticos, diferentemente da Europa, que teve o desenvolvimento do jornalismo alicerçado principalmente nas necessidades mercadológicas do capitalismo comercial e industrial.” (BORGES, 2008, p. 70).

O modelo de imprensa oposicionista em Goiás manteve-se até o final do século XIX, com a circulação de inúmeros veículos por todo o Estado – só na cidade de Vila Boa circulavam mais de 30 jornais com esse perfil, que foi se modificando e acabou por sucumbir com a virada do século e com a transferência da capital para Goiânia. É a partir deste cenário que se desenrola a história de Manelino, jornalista criado por Carmo Bernardes nos anos 1980, mas com uma narrativa que remete a uma Goiânia situada em meados dos anos 1970, quando a cidade, com não mais que quatro décadas de existência, começava a extrapolar seu traçado oficial.

²⁹ Antes de vir para Goiânia, movido pela mudança da capital, Jaime Câmara mantinha uma tipografia e uma papelaria na cidade de Goiás, abertas em 1935, em sociedade com Henrique Pinto Vieira. Ao chegar à nova capital, Jaime Câmara abriu a empresa que daria origem à Organização Jaime Câmara, ao lado dos irmãos Joaquim Câmara Filho e Vicente Rebouças Câmara (Fonte: Dossiê 200 anos da imprensa no Brasil – *Revista UFG*, Goiânia, ano X. n. 5 dez. 2008).

³⁰ O jornal circulou por pouco mais de quatro anos, com sua última edição publicada em 24 de maio de 1834.

2.2 O campo jornalístico: Manelino ainda está nas redações

Para discutir a obra de Carmo Bernardes (*Memórias do vento*) sob a perspectiva do campo jornalístico, será utilizada como referencial teórico a obra de Bourdieu. Entre os textos do autor escolhidos para embasar a discussão a que aqui se propõe, destaca-se o livro *Sobre a Televisão* que, embora se concentre na discussão deste veículo de comunicação em particular, abrange o campo jornalístico de maneira geral, uma vez que os pressupostos que regem o funcionamento da televisão são, em geral, válidos para os outros veículos de comunicação de massa.

Há, ainda, outros textos de Bourdieu que, em um primeiro momento, parecem não ter correlação com o tema proposto, mas que, por tratarem de diversas instâncias sociais – como a escola, a religião, a economia, a ciência, a política e a arte, que ele sistematiza em organizações denominadas campos – e suas interações, com suas respectivas disputas de poder, acabam por desvelar mecanismos comuns aos diversos campos, além da inevitável influência de uns sobre os outros, em maior ou menor grau, incluindo o campo jornalístico. O autor argumenta que “certos atores sociais estão em situação privilegiada para impor o seu sistema de representação, porque controlam, ou pelo menos exercem uma influência especial em instâncias de socialização como a escola, as organizações religiosas ou políticas, a mídia” (BOURDIEU, 2003, p. 101).

2.3 O romance *Memórias do vento*: Manelino e o contexto de sua narração

A Goiânia descrita por Bernardes em *Memórias do Vento* é uma cidade promissora que vinha recebendo levas de migrantes em busca de oportunidades de trabalho e que, sem ter onde ficar, iam se acomodando em loteamentos clandestinos. Grande parte das invasões era formada por famílias oriundas de cidades adjacentes à Capital Federal, que preferiam alongar seu caminho até Goiânia, incentivados pelos rumores que davam conta de que a política de governo da cidade não dificultava a instalação dos forasteiros.

Manelino, além de personagem central, é o narrador do romance. É através de seus olhos críticos de jornalista e de sua indignação de homem do povo que o autor discute a sociedade, a política e a história de uma cidade até então com marcas latentes da cultura rural, já que o esvaziamento do campo estava diretamente relacionado ao ainda incipiente inchaço da capital. No livro, ao contrário de outras obras que desumanizam seus personagens ao

abordá-los sob um único aspecto, Manelino ganha vida e verossimilhança ao não desvincular o homem do jornalista, que cumpre seu dever profissional, mas não sem uma dose de contestação, muitas vezes abafada pela necessidade de sobrevivência que o emprego lhe garante.

Portanto, seus capitais social e cultural³¹ se entrelaçam e ganham matizes diferentes dependendo da perspectiva em que o personagem se enquadra, a partir do campo onde se encontra em determinado momento. Homem simples, ele próprio de origem rural, Manelino vive em um bairro pobre, cujos vizinhos são gente sem capital escolar³², que ganham a vida como operários da construção civil, motoristas de ônibus ou como empregadas domésticas. Embora viva com o dinheiro “contado” e tenha como meio de locomoção um carro velho caindo aos pedaços, sua situação é considerada confortável no meio em que vive, pois é ao jornalista que os amigos recorrem quando precisam de dinheiro emprestado ou de solução para algum problema que possa ganhar repercussão nas páginas do jornal onde ele trabalha.

Manelino toma cachaça com os companheiros no boteco da esquina, almoça no “come em pé” do Mercado e é amigo dos meninos de rua, o que o incluiria em uma categoria de baixo capital social, mas é considerado pelos conhecidos como um homem de alto capital cultural, pois é tido como um intelectual no meio da ignorância. Na verdade, o próprio jornalista reconhece seu baixo capital cultural – é preciso lembrar que na época em que se passa a história narrada no livro, ainda não havia a exigência de formação acadêmica para a prática jornalística (retrocesso a que estamos assistindo atualmente)³³, bastava que o candidato ao cargo tivesse disposição para a incerteza e gosto pela escrita.

³¹ Para saber mais sobre os conceitos de capital social e cultural, ver BOURDIEU, Pierre. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Editora Zouk, 2002; BOURDIEU, Pierre. *O novo capital. Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

³² Para saber mais sobre o conceito de capital escolar ver BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975; BOURDIEU, Pierre. *Escritos de educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

³³ A obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo foi revogada em 17/06/2009 pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que votou pela inconstitucionalidade da exigência de formação superior por oito votos a um, contrariando a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Segundo a Fenaj, foi a exigência do diploma para o exercício da profissão, prevista no Decreto-Lei nº 972 de 1969, que permitiu a profissionalização e a maior qualificação da atividade jornalística no Brasil.

Os ventos que conduzem as memórias do narrador ganham significados distintos. Ora referem-se aos ventos do mês de agosto, que varrem as casas e as roupas no varal com a poeira vermelha levantada do chão de terra, ora ganham conotação mais catastrófica, ao se referir à ação da polícia, que, com seu helicóptero, fazia voar pelos ares os barracões erguidos na invasão do Dom Abel. Barracões estes que iam agregando mais solidez a cada “ataque”, como que representando a força e a teimosia de um povo que não se deixa vencer ao primeiro sinal de adversidade.

É nesse cenário que Carmo Bernardes nos abre a possibilidade de discutir vários aspectos da existência social, ao abordar a construção de uma sociedade urbana a partir de uma matriz rural, em um contexto econômico, político e cultural bem definido historicamente.

2.4 O campo jornalístico e Manelino: entre o campo político e o econômico

Para Bourdieu, o campo é um “microcosmo com leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte de outros microcosmos” (BOURDIEU, 1997, p. 55). Segundo o autor, o campo jornalístico constituiu-se como tal no século XIX em torno da oposição entre jornais sensacionalistas e jornais de análise, com conteúdo marcado pela objetividade – em outras palavras, entre os jornais com caráter marcadamente mercadológico, orientados pelo campo econômico, e aqueles voltados para o campo social, com função de utilidade pública, como a informação e formação de opinião.

As inter-relações entre os campos, que Bourdieu chamou de atrações e repulsões, verificam-se no campo jornalístico por meio da estreita relação com os campos político e econômico. As intervenções do campo político sobre o jornalístico se impõem de forma subliminar, gerando conformismo e autocensura por parte dos jornalistas, mas grande parte dessa subserviência tem relação direta com o campo econômico, que condiciona a obtenção e manutenção do capital econômico dos indivíduos à obediência às regras impostas pelo campo (o medo de perder o emprego em um mercado saturado seria um bom exemplo).

Estas relações de poder entre os campos, vale ressaltar, se dão em todos os níveis e atingem também os donos das empresas de comunicação, o governo, os anunciantes, gerando “mecanismos anônimos, invisíveis, através dos quais se exercem as censuras de toda ordem

que fazem da televisão [e de todos os veículos de comunicação, de forma generalizada]³⁴ um formidável instrumento de manutenção da ordem simbólica.” (BOURDIEU, 1997, p.20)

Em *Memórias do Vento*, Manelino dá um exemplo palpável dessas relações de poder ao descrever o diálogo travado com seu editor quando leu sua matéria sobre a destruição da invasão do Dom Abel pelo helicóptero da polícia dilacerada e descontextualizada, em nome de interesses que não os do jornal – ou pelo menos os interesses *explícitos* do jornal:

Escrevi a notícia, dei tudo minuciado, levei pro jornal. No dia seguinte, quando a matéria saiu, e saindo espremida num canto de página, quando eu esperava uma manchete, dei um cavaco. Na minha ignorância fui tirar satisfação com o editor:

— A diagramação avacalhou minha matéria! Não foi daquele jeito não, o copidesque cortou tudo!

— O quê? Ele estranhou os meus propósitos, mas manteve a serenidade.

— Uai! — grunhi mal satisfeito — Saiu tudo errado! Saiu lá que o helicóptero só fez intimidar os favelados. E aonde é que a diagramação foi arranjar aquelas fotografias? Que intimidar que nada rapaz... Fizem lá o maior destroço! O helicóptero soprou e expandongou os barracos tudo, as famílias ficaram no relento! Não inventei nada. Antes pelo contrário: não tive força e talento que chegasse para dar a ideia e impressão justas do que realmente aconteceu. Ah... desse jeito não dá, tira o entusiasmo da gente!

O editor não levantava a cabeça. Eu falava e ele continuava com a atenção voltada para outros interesses. Ficou foi traçando figuras cabalísticas numa lauda branca, insensível à minha reação. Manjei logo a jogada. Eu tinha produzido uma arenga por demais destemperada, oito laudas e meia erçadas de adjetivos raivosos, em tom de polêmica. Induzia a opinião dos proletários a malquerer a autoridade constituída, jogava-os contra os proprietários com argumentos e veemência que de fato não podia ser. Mas apesar de eu haver produzido um texto meio violento e apaixonado, achei que o copidesque tinha sido muito rigoroso e drástico nos cortes: o danado introduziu na matéria conceitos que eu não tinha emitido, abrandou até à mansidão a brutalidade da polícia, enobreceu a ação da autoridade na defesa da propriedade alheia. Não; nunca vi tanta canalhice! Certo é que a minha reportagem saiu toda desfigurada e eu me danei, pôxa!

A atitude do editor, sua paciência e gentileza em me ouvir sem dizer uma palavra que me contrariasse, seu empenho, embora hipócrita, de demonstrar aborrecimento traçando linhas cruzadas na lauda branca, enquanto em sua frente eu protestava contra a poda que a copidescagem havia feito no que escrevi, me esclareceram que eu estava cometendo um erro tático. E eu, cabeçudo que só um jumento, queria sustentar os meus destampatórios, nesses casos canalhas, cego às evidências. Que conta na ordem das coisas o bagaço humano que foi jogado ao desabrigo? Fico parido por essa canalha por quê?

— É isso mesmo... É a nossa imprensa livre, que hei de fazer!” (BERNARDES, 1986, p. 27-28).

Neste trecho é possível perceber o condicionamento dos conteúdos jornalísticos aos interesses do campo econômico, no caso específico, representado pelo governo, notadamente, um grande anunciante do jornal em questão, portanto, com poderes “legítimos” para pautar a linha editorial e o tom das reportagens. O exemplo citado confirma que “o grau de autonomia de um órgão de difusão se mede sem dúvida pela parcela de suas receitas que provêm da publicidade e da ajuda do Estado (sob a forma de publicidade ou de subvenção) e também pelo grau de concentração dos anunciantes” (BOURDIEU, 1997, p. 103) e que “o Estado,

³⁴ O trecho entre colchetes é acréscimo meu.

representado por suas grandes autoridades, goza de excepcional poder simbólico pela capacidade de definir, por suas ações, suas decisões e suas intervenções no campo jornalístico a *ordem do dia* e a hierarquia dos acontecimentos que se impõem aos jornais” (BOURDIEU, 1997, p. 104).

2.5 Jornalismo sem autonomia: Manelino e a violência simbólica

Se o grau de autonomia dos órgãos de difusão é restrito, para os jornalistas que estão à frente do processo de produção esta autonomia é praticamente nula e não raro aparece mascarada sob regras jornalísticas que pregam isenção e imparcialidade em uma atividade na qual tais conceitos parecem impraticáveis, uma vez que a produção jornalística é atividade humana e humanizadora – ou, pelo menos, deveria ser. Assim, prevalece sobre a informação construída a partir da observação e da investigação aquela moldada com base em versões oficiais, ou oficiosas, como se costuma dizer no meio. Como diria Manelino: “É surpreendente a distorção do registro histórico, a versão oficial dos fatos, em comparação com o que a memória deles tem testemunhado no correr do tempo” (BERNARDES, 1986, p. 33), referindo-se à população que vivia na invasão do Dom Abel.

A consequência dessa “oficialização da notícia”, segundo Bourdieu, acabou por transformar os jornalistas em “pequenos diretores de consciência que se fazem, sem ter de forçar muito, os porta-vozes de uma moral tipicamente pequeno-burguesa, no que dizem ‘o que se deve pensar’ sobre o que chamam de ‘os problemas da sociedade’” (BOURDIEU, 1997, p. 65). A estratégia do campo é tão eficaz que nem os próprios jornalistas se dão conta da amplitude da violência simbólica a que estão sujeitos, incorporando um comportamento que vai muito mais ao encontro dos interesses do veículo de comunicação para o qual trabalham do que aos seus próprios interesses e pontos de vista. A construção desse *habitus* no campo jornalístico colabora para a garantia da manutenção de capital por parte daqueles que detêm o poder, conservando a estrutura social vigente.

Até mesmo Manelino que, ao longo do romance, se mostra um homem inconformado com a invisibilidade que o jornal onde trabalha impõe aos menos afortunados, adere às estratégias do campo, talvez menos por convicção ou doutrinação do que por comodidade – mas não a comodidade gerada pela preguiça, mas pelo cansaço de quem já lutou muito sem encontrar perspectivas de mudança. É possível perceber certa desilusão com seu trabalho, ao comentar uma reportagem que fazia juntamente com o repórter fotográfico por “encomenda” do editor:

Nós estávamos pegando matéria para fazer umas reportagens de faturamento. Numa dessas festas juninas que o governo costumava patrocinar, no tempo que em Goiás a cultura popular era mais ou menos amparada pelo Estado. Meu cálculo era de demorarmos ali o menor tempo possível. Só o suficiente para a tomada das notas necessárias, de encher página e meia do jornal, com fotografias e legendas. Não carecia dizer nada importante. A ordem da editoria era enfiar no texto, mesmo que saísse mal alinhavado, o nome da primeira dama e de algumas de suas assessoras, para justificar um faturamento gordo. (BERNARDES, 1986, p. 20).

O espaço do jornal, reconhecidamente caro³⁵, seria utilizado de maneira superficial, com informações levantadas com o menor esforço possível, já que a propaganda do governo, mascarada sob a forma de publicidade espontânea, “pagaria” os investimentos feitos no jornal e Manelino teria cumprido seu dever. Em outra situação, a personagem deixa transparecer a desilusão profissional, a aceitação do modelo imposto, ratificando a afirmação de Bourdieu de que “a violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la” (BOURDIEU, 1997, p. 22).

Ao tentar estacionar na Praça Cívica, Manelino se depara com tapumes interditando a passagem e impedindo que os motoristas parassem seus carros no local. Esta era a enésima vez que o jornalista vivenciava a situação e irritado, dava a meia volta para procurar outro local para estacionar quando foi interpelado por outro motorista:

— Vocês, jornalistas, precisam deitar a madeira nisso!
— Não é minha função, cidadão! Sou pago para escrever amenidades. Meter o pau nos outros não é comigo!
Segui para um lado, ele por outro, e eu pensando assim:
—Vigia como são as coisas... Tem gente que acha que os jornalistas são a palmatória do mundo. Se esse indivíduo soubesse as injunções que existem, as camisas de força que os donos do mundo metem na gente, não falava assim. (BERNARDES, 1986, p. 58).

³⁵ Segundo informações que obtivemos em conversa com pessoa da área, os jornais vendem espaço para anunciantes por centímetros quadrados. Para se ter uma ideia, um anúncio de meia página no jornal *O Popular* custava, em 2010, em média, R\$ 20 mil por dia.

No caso da personagem, há mais aceitação que inconsciência. Embora reconheça as camisas de força a que é submetido, ele não luta mais contra elas. Resignado, ele parece assimilar a posição imposta a ele pelo campo, em que a manipulação, em contraposição à liberdade de pensamento, constitui-se em opressão simbólica. A sociedade, que está no extremo oposto do processo de produção e divulgação da informação, no papel de receptor/consumidor, no entanto, nutre expectativas em relação à atuação do jornalista sem se dar conta destas imposições. Bourdieu afirma que o poder de violência simbólica que se manifesta sob a forma de um direito de imposição legítima reforça o poder arbitrário que a estabelece e que ela dissimula³⁶.

Ao reproduzir a cultura dominante, os meios de comunicação de massa contribuem para reproduzir a estrutura de relações de força, assegurando-se do monopólio da violência simbólica legítima. Ainda de acordo com Bourdieu,

[...] o reconhecimento da legitimidade de uma dominação constitui sempre uma força (historicamente variável) que vem reforçar a relação de força estabelecida, porque, impedindo a apreensão das relações de força como tais, ele tende a impedir aos grupos ou classes dominadas a compreensão de toda força que lhes daria a tomada de consciência de sua força. (BOURDIEU, 1975, p. 29).

Por isso, a violência simbólica imposta pelos veículos de comunicação atinge de forma mais contundente aqueles mais desprovidos de capital cultural, que não têm acesso aos jornais “sérios” e restringem-se basicamente à televisão como fonte de informação, comprometendo a possibilidade de compreensão da força descrita por Bourdieu para a tomada de consciência de sua própria força e, conseqüentemente, para o exercício da cidadania. De fato, a televisão é o veículo que tem maior alcance sobre as pessoas, de modo geral, sendo o veículo que mais se ocupa de amenidades. No entanto, não se pode atribuir apenas à televisão a utilização massiva da violência simbólica – “a mídia é, no conjunto, um fator de despolitização que age prioritariamente sobre as frações menos politizadas do público” (BOURDIEU, 1998, p. 109).

O drama vivido por Manelino, ao ver sua reportagem desfigurada pela edição, só lhe traz alívio justamente por causa dessa conjuntura:

³⁶ A afirmação de Bordieu encontra-se no livro *A reprodução* (1975, p. 27) e diz respeito à autoridade pedagógica, como poder arbitrário de imposição que, só pelo fato de ser desconhecido como tal, se encontra objetivamente reconhecido como autoridade legítima. Transposta para o campo jornalístico, a afirmação conserva sua veracidade, já que a comunicação social de massa também é uma instância social que encerra relações de poder e de dominação.

O jornal ter acanhalado a notícia, dando que o helicóptero da polícia havia apenas passado um ‘pequeno susto’ nos favelados do Dom Abel, colocou minha reputação abaixo do rabo dos cachorros perante a minha gente. Toda a minha valência foi que os meus companheiros nenhum lê jornal. (BERNARDES, 1986, p. 28)

2.6 A visão de mundo social do jornalista e a busca de capital

O público-alvo dos jornais, de fato, é um público com maior capital cultural, embora um movimento para a popularização do veículo já esteja se consolidando em todo o mundo, às custas da espetacularização da notícia, restringindo as reportagens basicamente a assuntos envolvendo sexo e sangue, além das inevitáveis amenidades. Mesmo o consumidor mais consciente, dotado de maior capital cultural, faz suas escolhas baseado em critérios que possibilitam a manutenção das relações de força. Segundo Bourdieu, “não se compra um jornal, mas um princípio gerador de tomadas de posição distintiva em um campo de princípios geradores institucionalizados de tomadas de posição” (BOURDIEU, 2002, p. 102).

Para o autor, o leitor

[...] irá sentir-se tanto mais completa e adequadamente identificado quanto mais perfeita for a homologia entre a posição de seu jornal no campo dos órgãos de imprensa e a posição que ele próprio ocupa no campo das classes (ou das frações de classe), fundamento do princípio gerador de suas opiniões. (BOURDIEU, 2002, p. 102).

Ainda seguindo essa linha de raciocínio, Bourdieu afirma que um crítico – e aqui podemos ampliar a denominação para jornalistas, articulistas e editorialistas – só exerce influência sobre seus leitores “na medida em que estes lhe atribuem tal poder porque estão estruturalmente afinados com ele em sua visão de mundo social, suas preferências e todo o seu *habitus*” (BOURDIEU, 2002, p. 57). É importante lembrar que, geralmente, a visão de mundo social do jornalista veiculada nos meios de comunicação não corresponde exatamente à sua visão particular de mundo. Quanto maior for a violência simbólica a que o profissional é submetido, mais distantes se encontram os pontos de vista cultivados ao longo da vida pessoal e acadêmica e aqueles que efetivamente são publicados sob sua assinatura profissional.

Bourdieu argumenta que “nesse microcosmo que é o mundo do jornalismo, são muito fortes as tensões entre os que desejariam defender os valores da autonomia, da liberdade com relação ao comércio, à encomenda, aos chefes etc., e os que se submetem à necessidade e são pagos em troca” (BOURDIEU, 1997, p. 52). Para o autor, o jornalismo é uma das profissões em que se encontram mais pessoas inquietas, insatisfeitas, revoltadas ou cinicamente

resignadas, mas pondera que ainda não há perspectivas de que essas amarguras e repúdios tomem forma de resistência, individual e sobretudo coletiva (BOURDIEU, 1997, p. 53-54).

É que todos nós viramos trabalhadores assalariados. Até o padre na igreja ganha é ordenado e o capital fez com os operários o que um tal Proucstro fazia com os mercadores a quem ele dava hospedagem. Esse sujeito era um salteador da Atica, na Grécia, e diz a lenda que ele não se satisfazia em apenas despojar os viajantes de todos os valores que eles conduziam. Ia ao requinte perverso de obrigá-los a se deitar numa cama de ferro e cortava-lhes as pernas se elas eram longas para o comprimento do leito. E esticava o corpo do miserável hóspede, por meio de roldanas e talhas se este não supria o comprimento da cama. O desgraçado que caía na unha desse bandido seria muito feliz se o seu corpo se ajustasse rigorosamente ao comprimento da cama. E assim é que nas redações fazem com os troços que os jornalistas escrevem. E o capital, com os trabalhadores, estabelece um ordenado padrão para cada categoria, sem levar em conta as diferenças de capacidade de trabalho de cada indivíduo. E ali é perder tempo em querer fazer um melhor que o outro. Na folha de pagamento, no fim do mês, os descontos estão contabilizados, mas o rendimento e a perfeição do trabalho individual não. Aprendi que é assim, levo tudo a toque de caixa, o capital que se dane.” (BERNARDES, 1986, p. 90-91).

O ajuste ao tamanho da cama a que se refere Manelino pode ser tomado como uma alegoria à manutenção da estrutura social a partir da imposição das estruturas de poder, onde todos devem seguir o modelo predeterminado no campo. Tal realidade remete a uma espécie de conceito de distinção às avessas, na medida em que o esforço individual de nada vale, se o indivíduo não carrega consigo o capital social e/ou econômico necessários para se destacar nos cargos ou obter melhores salários, a partir de indicações norteadas pelo *status* do indivíduo na sociedade. Em contrapartida, adotar a atitude de Manelino e “levar tudo a toque de caixa”, pode não ser uma boa estratégia, uma vez que a busca constante pelo aumento de capital no campo pode ser decisiva para a manutenção do capital econômico do profissional (entendida, neste caso, como a preservação do emprego ou a possibilidade de busca por outras colocações no mercado).

O paradoxo, neste caso, reside no fato de que, para investir em seu capital, o jornalista precisa ter disponibilidade financeira e de tempo para fazer cursos, comprar livros e viajar, quando, na realidade, o salário pago aos trabalhadores dos meios de comunicação mal cobre os gastos com a sobrevivência. No romance de Carmo Bernardes, esta crítica aparece sob as queixas de Manelino:

— É uma desgraça esse meio de vida que levo... Profissão infeliz essa em que me ocupo, e além de tudo, aleatória. Não sei quanto vou ter no fim do mês, nem certeza se vou receber. Uma vida assim é um flagelo. (BERNARDES, 1986, p. 120).

E, além disso, os próprios veículos desestimulam a busca deste capital por parte dos jornalistas, na medida em que há uma tendência universal

[...] a sacrificar cada vez mais o editorialista e o repórter-investigador em favor do animador-comunicador, a informação, análise, entrevista aprofundada, discussão de conhecedores ou reportagens em favor do puro divertimento e, em particular, das tagarelices insignificantes dos *talk shows*. (BOURDIEU, 1997, p. 133).

A lógica perversa do funcionamento do campo faz com que, ao contrário do que ocorre em outros, no campo jornalístico, aqueles que detêm maior capital não são aqueles que acumulam um maior conhecimento na área, mas aqueles que dominam o modelo das ideias prontas, pré-digeridas, dotadas de uma decodificação que permite ao receptor assimilá-las instantaneamente, sem a necessidade de pensar, portanto, de questionar. São os *fast thinkers*, como denomina Bourdieu, fazendo uma analogia com a *fast food*. De modo geral, é a lógica do comercial que se impõe às produções culturais.

Talvez seja esta a explicação para a construção de uma visão maniqueísta, atribuída aos jornalistas por Bourdieu. Ele diz que

Na falta de tempo e sobretudo de interesse e de informação prévia (limitando-se seu trabalho de documentação, no mais das vezes, à leitura dos artigos de imprensa consagrados ao mesmo assunto), eles quase sempre não são capazes de situar os acontecimentos (por exemplo, um ato de violência em uma escola) no sistema de relações em que estão inseridos (como o estado da estrutura familiar, ela própria ligada ao mercado de trabalho, por sua vez, ligado à política tributária, etc.) e contribuir assim para arrancá-los de uma aparente condição absurda.” (BOURDIEU, 1998, p. 101).

O que ocorre no campo jornalístico é o mesmo que se observa em matéria de produção de bens culturais: o ajuste entre oferta e demanda obedece à lógica dos campos de produção e de consumo. “O que é percebido como importante e interessante é o que tem chances de ser reconhecido como importante e interessante pelos outros; portanto, aquilo que tem a possibilidade de fazer aparecer aquele que o produz como importante e interessante aos olhos dos outros” ³⁷ (BOURDIEU, 1983, p. 125). Tomando “os outros” como o público receptor da notícia – o consumidor –, a necessidade de reconhecimento do jornalista volta-se para os leitores, espectadores, ouvintes e internautas.

No campo jornalístico, esse reconhecimento também está intrinsecamente ligado ao veículo de comunicação para o qual trabalha. A exemplo do que ocorre entre o artista e o *marchand*, o jornalista também se vale do nome do veículo que divulga e vende sua produção – guardadas as devidas diferenças. Seu capital pode ser maior ou menor, de acordo com o veículo a que seu nome está associado (televisão, jornal, revista, rádio, *internet* etc.) ou

³⁷ Aqui se faz novamente uma transposição de ideias do autor, já que a afirmativa foi retirada de uma discussão de Bourdieu sobre o campo científico, mas que se adequa perfeitamente à discussão sobre o campo jornalístico.

mesmo entre veículos da mesma natureza (jornal X, Y ou Z; emissora A ou B etc.). No caso da televisão, a visibilidade é maior, em decorrência da exposição da imagem.

A concorrência acirrada no campo apresenta algumas particularidades, já que, segundo Bourdieu, não se pode conceber o meio jornalístico como homogêneo.

Há os pequenos, os jovens, os subversivos, os importunos que lutam desesperadamente para introduzir pequenas diferenças nesse enorme mingau homogêneo imposto pelo círculo (vicioso) da informação circulando de maneira circular entre pessoas que tem em comum – não se deve esquecê-lo – estar sujeitas às pressões do índice de audiência.” (BOURDIEU, 1997, p. 36).

Exceções à parte – já que os “transgressores” formam uma pequena minoria – a concorrência entre os jornalistas deriva da concorrência econômica entre as emissoras ou jornais pelos leitores e pelos ouvintes ou, como se diz, pelas fatias de mercado. Bourdieu lembra que, no campo jornalístico, os desafios impostos aos agentes extrapolam a luta econômica por ganhos financeiros. “A concorrência tem seus desafios próprios, específicos, o *furo*, a informação exclusiva, a reputação na profissão, etc. [...], enquanto permanece sujeita às restrições ligadas à posição do órgão de imprensa considerado nas relações de força econômicas e simbólicas” (BOURDIEU, 1997, p. 58).

O que em outros campos poderia ocorrer, em virtude de uma concorrência acirrada entre os agentes, não se efetiva no campo jornalístico. “A concorrência, longe de ser automaticamente geradora de originalidade, de diversidade, tende muitas vezes a favorecer a uniformidade da oferta” (BOURDIEU, 1997, p. 108). Preocupados com os índices de audiência, os veículos procuram explorar os assuntos que têm potencial para atrair o maior número de interessados possível, independente de sua relevância social. Acabam investindo nos mesmos temas – basta observar as manchetes dos telejornais, das capas das revistas semanais e das primeiras páginas dos jornais diários. Se considerarmos as diferenças entre os jornalistas, a uniformização e a banalização da notícia tornam-se ainda mais evidentes, em um processo de busca de exclusividade às avessas, em que os resultados esperados seriam a originalidade e a singularidade.

Apesar de exercer influência sobre outros campos e já ter sido considerado como um quarto poder³⁸ na sociedade, o campo jornalístico é muito mais suscetível a interferências de outros campos do que deixa transparecer. Os campos econômico e político, com suas

³⁸ O quarto poder é aquele que medeia reivindicações e funciona como um contrapoder, se contrapondo à política vigente por meio de questionamentos. No entanto, para comunicadores como Ignácio Ramonet (1999), a constituição de grandes conglomerados de comunicação vem colocar um fim a esse caráter de contestação, na medida em que se formam alianças entre mídia e poder.

estratégias para preservação e aumento de poder, se impõem como norteadores da constituição do campo jornalístico, em um jogo onde é difícil delimitar onde termina a influência de um e começa a de outro. O mercado, ao assumir a posição de instância legitimadora dos produtos culturais, aponta para a massificação e banalização dos conteúdos jornalísticos, fazendo da superficialidade, da instantaneidade e da espetacularidade as características de um produto que nasceu com vocação para estimular o pensamento crítico.

Toda essa conjuntura acaba por comprometer a autonomia do jornalista, que se vê obrigado a favorecer a manutenção da estrutura social vigente, ao estabelecer uma relação de imposição e recepção de violência simbólica, sem que, na maioria das vezes, esse círculo vicioso seja percebido de forma consciente.

2.7 A educação na mídia

Diante do quadro descrito, torna-se quase óbvia a constatação de que a cobertura jornalística da educação em Goiás obedece aos mesmos critérios que estabelecem um discurso conservador na imprensa, alinhado aos interesses mercadológicos das empresas de comunicação e que inviabilizam a prática de um jornalismo voltado para a formação de opinião pública. Na ausência de estudos sobre o jornalismo praticado em Goiás, recorreremos novamente a autores que tratam do tema com abrangência nacional – ou, como se observa na maior parte das vezes, com base na mídia dos grandes centros, com ênfase para o estado de São Paulo. Como no caso dos meios de comunicação de massa, o específico pode ser tomado como generalização, visto que a mídia se baseia em um modelo comum de funcionamento, entendemos que não há prejuízo na escolha desses autores.

Para Bardanachvili³⁹ (2010), a abordagem da educação pela mídia ainda é rasa, aligeirada e pautada por clichês, pois há poucos jornalistas especializados que acompanham os meandros da área, que compreendem suas sutilezas, que leem as entrelinhas, que não façam análises pontuais, mas conjunturais. A autora acredita que “para um leitor ou espectador, conhecer a educação via mídia é ter um retrato bastante parcial – e, por que não dizer, distorcido – dela” (BARDANACHVILI, 2010). Paradoxalmente, este retrato de que

³⁹ Eliane Bardanachvili é jornalista, mestre em Educação pela UFRJ e editora do antigo caderno Educação & Trabalho, do *Jornal do Brasil*; do portal da Empresa Municipal de Multimeios da Prefeitura do Rio de Janeiro (MultiRio); e do programa de TV *Educação & Trabalho*. Professora da UniverCidade e editora da revista *Radis* da Fundação Oswaldo Cruz, Eliane também já trabalhou como assessora de comunicação das secretarias municipal e estadual de Educação do Rio.

fala a autora parte, em uma parcela significativa dos casos, de um debate público pautado pelos governos das três esferas – federal, estadual e municipal.

De acordo com Graciano (2007)⁴⁰, o mesmo acontece nos espaços reservados à opinião, com o agravante de que a palavra é dada prioritariamente a secretários de educação ou gestores públicos ligados ao campo. A autora afirma que é raro encontrar artigos de opinião de professores, diretores ou mesmo falas desses e de alunos refletidas nas matérias. “A comunidade escolar parece renegada a uma participação ainda mais pontual. O Estado prevalece como fonte principal nas matérias sobre educação” (GRACIANO, 2007). Em um estudo do Observatório da Educação, que sistematizou dois anos de trabalho, incluindo reflexões sobre a cobertura da educação na mídia impressa, com a participação de jornalistas, professores e estudantes, observou-se que uma notícia sobre um programa do governo federal publicada em um jornal local era claramente uma reprodução de um texto oficial.

A constatação desse estudo foi a de que é comum que muitos jornais e *sites* reproduzam integralmente textos de divulgação enviados por assessorias de imprensa do poder público. José Luiz Feijó, um dos professores que participou do estudo, ressalta que se um *release* produzido pela assessoria de imprensa do governo é colocado no seu *site* institucional, todos reconhecerão o governo falando de suas próprias ações, mas quando esse texto é reproduzido na íntegra por um jornal, dá uma enorme credibilidade ao governo, pois ganha *status* de mídia espontânea⁴¹. Mesmo nos casos em que os *releases* não são transcritos, é muito comum que as informações fornecidas pelas assessorias de comunicação dos órgãos públicos sejam utilizadas sem questionamentos pelos jornais.

Este procedimento decorre do fato de o governo, em suas três esferas, ser um anunciante em potencial dos veículos de comunicação de massa. O governo Marconi Perillo (1999-2002), em Goiás, é um exemplo da presença maciça do Estado nas páginas dos jornais. Durante a sua gestão, era comum que as propagandas do governo estadual ocupassem páginas inteiras em uma única edição, chegando ao requinte de ocupar páginas duplas centrais, notadamente uma das mais caras dos jornais. Esta era a senha para que os veículos tomassem a devida “precaução” em não publicar reportagens desfavoráveis à gestão em questão, sob o

⁴⁰ O texto de Mariângela Graciano, escrito em parceria com Marina Gonzalez e Giovanna Modé foi produzido para o Observatório da Educação, um programa da ONG Ação Educativa, criado em 2002, com o objetivo de intensificar e pluralizar o debate público sobre educação. De forma mais específica, o Observatório da Educação busca elaborar e disseminar informações e análises sobre políticas educacionais, produzidas com base na relação cooperativa com redes de pesquisadores e outros agentes que detêm, ou podem produzir, informações estratégicas.

⁴¹ Quando uma reportagem é publicada pelo jornal, pressupõe-se que o assunto abordado seja de interesse público e é chamada de mídia espontânea, ao contrário da matéria paga ou do informe publicitário, que carrega consigo a conotação de propaganda e gera menos credibilidade.

risco de, ao final do mês, a empresa não contar mais com a considerável receita proveniente de publicidade governamental.

Uma outra circunstância que atrai um grande número de anunciantes – e neste caso, não apenas aqueles ligados ao governo – é a publicação de cadernos especiais dedicados à educação, geralmente com periodicidade anual, a exemplo do que fez o jornal *O Popular* na ocasião da primeira edição do Pensar XXI, evento voltado para a educação realizado pela OJC⁴². A autora afirma que estes cadernos distorcem o conceito de educação, reduzindo-a a questões sobre a escolha da melhor escola para os filhos, os truques para passar no vestibular,

ou ainda, aquelas reportagens que, com um certo prazer, apontam a pior e a melhor escola da cidade, do estado, do país, em *rankings* que distorcem a realidade e penalizam unidades escolares que, muitas vezes, desempenham um bom trabalho, embora este não transpareça nos índices publicados no alto das listas dos jornais. (BARDANACHVILI, 2010).

O Enem tem sido tomado como exemplo por diversos autores para discutir a questão da utilização de números e de estatísticas pela mídia – e pelas próprias escolas – para promover o ranqueamento de instituições de ensino, dada a facilidade de manipulação dos dados. Graciano (2007) diz que “dentre os resultados de uma pesquisa ou avaliação, tanto o agente promotor quanto o divulgador podem dar destaque para os dados que desejarem que, fora do contexto, podem levar a interpretações distorcidas da realidade” (GRACIANO, 2007). Para Bardanachvili (2009), a forma como a imprensa se comporta na cobertura do Enem é reveladora de como os meios de comunicação pautam a cobertura da educação, tendendo para a espetacularização da notícia.

Ao divulgar as notas do exame, a imprensa farta-se de apontar “as piores e melhores escolas” – do estado, da cidade, do bairro, do país... –, a partir de um *ranking* indevido, fabricado nas redações com as informações enviadas pelo MEC – que não divulga *ranking*, apenas as notas obtidas pelos alunos e o local onde estudam. A avaliação aparece como algo que julga e condena (as piores escolas...), quando poderia ser mostrada como propiciadora de diagnóstico e de correção de rumos. (BARDANACHVILI, 2009).

A autora afirma ainda que, ao divulgar fatos sob esta perspectiva, reforçam-se estigmas, limitam-se olhares e emperra-se o compartilhamento de propostas de mudanças. “A mídia produzida de forma aligeirada, pouco convidativa à reflexão, tratando de temas profundos e complexos de forma superficial – e, por vezes, leviana – desperdiça possibilidades” (BARDANACHVILI, 2009). Há que se considerar, no entanto, que este não é

⁴² O evento e abordagem que o caderno utilizou serão tratados no capítulo 3.

um movimento isolado da mídia. As próprias escolas se utilizam dos *rankings* criados pela imprensa para fazer propaganda, alardeando sua “boa colocação” nos processos avaliativos governamentais, sem que haja qualquer manifestação ou intervenção por parte do MEC.

A armadilha que se esconde na manipulação dos números – e por que não dizer, dos fatos – se traduz na criação de uma realidade que passa a ser aceita pela sociedade como verdadeira. Estudiosos do jornalismo apontam que a notícia, ao mesmo tempo em que define, também dá forma a um acontecimento, ajudando a constituir a realidade como um fenômeno social compartilhado. “Assim, não só o acontecimento cria a notícia, como a notícia cria o acontecimento” (TRAQUINA, 1993, apud BARDANACHVILI, 2009).

O cenário da educação na mídia goianiense só pode ser compreendido nesse contexto mais amplo de entendimento das inter-relações estabelecidas entre os campos jornalístico, político e econômico, bem como da análise das diferentes conjunturas local, nacional e internacional que interferem decisivamente na estruturação dos poderes governamentais e no desenvolvimento econômico e social, como procuramos mostrar nesse capítulo

A EDUCAÇÃO NO JORNAL O POPULAR NO PERÍODO DE 1995 A 2002

Neste capítulo será feita a análise da cobertura do campo da educação pelo jornal *O Popular* durante os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), eleito presidente da República pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) nas eleições realizadas em 1994 e reeleito em 1998. Embora o recorte temporal tenha sido estabelecido a partir de datas referentes ao governo federal, as outras esferas governamentais – estadual e municipal – também serão contempladas na análise do material coletado. Não há como negar, no entanto, que para a escolha desse recorte tenha sido levado em consideração o modelo de governo que se consolidou com a era FHC, o neoliberalismo.

A possibilidade de analisar um modelo governamental marcado pela aproximação entre o público e o privado, em um movimento orientado pela economia mundial em uma busca incansável pela eficiência e pelo atendimento das demandas do mercado de trabalho, certamente influenciaram na escolha deste período. Mas a análise aqui proposta extrapola as determinações políticas que se impõem sobre o campo da educação, influenciando os modelos de gestão e, conseqüentemente, a definição de políticas públicas. A análise também tem como objetivo verificar o grau de importância que a imprensa local, representada neste caso pelo veículo impresso de maior circulação no Estado de Goiás, dá ao campo da educação, com base em critérios como número de reportagens dedicadas ao tema e abordagem utilizada pelo jornal.

O fato de um veículo de comunicação ter em sua pauta o tema educação não significa, necessariamente, que o assunto tenha relevância em sua linha editorial. Uma abordagem mais focada no local, contextualizada com a realidade do público leitor, por exemplo, é muito mais relevante do que uma abordagem genérica, que distancia os fatos da realidade. O enfoque escolhido pelo jornal também pode determinar o grau de comprometimento do veículo em relação ao campo abordado – da mera reprodução de informação ao texto analítico, que estimula a formação de opinião, há incontáveis modelos de reportagem que podem ser utilizados por um jornal, de acordo com os interesses que pesam sobre ele. É esse panorama que se descortina pelas páginas do jornal *O Popular*, que será analisado a seguir.

3.1 Inter-relações entre o campo jornalístico e o campo da educação: a educação na mídia

Para uma melhor compreensão desta análise, é importante ressaltar que o conceito de campo utilizado será aquele desenvolvido por Bourdieu, envolvendo as relações de força econômicas e simbólicas que permeiam todo “microcosmo com leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte de outros microcosmos” (BOURDIEU, 1997, p. 55). Embora os dois campos mais presentes nesta análise sejam os campos da educação e o jornalístico – que neste trabalho também receberá a denominação de campo da comunicação –, as relações de força que permeiam a coexistência de ambos envolvem outros campos como o da política, do poder e o campo da cultura.

O campo da comunicação, por exemplo, apresenta estreita relação com o campo político, cujas intervenções sobre o primeiro se impõem de forma subliminar, gerando conformismo e autocensura por parte dos jornalistas. Grande parte dessa subserviência, por sua vez, tem relação direta com o campo econômico, que condiciona a obtenção e manutenção do capital econômico dos indivíduos à obediência às regras impostas pelo campo. Para que a análise a seguir seja melhor compreendida, também seria interessante discorrer rapidamente sobre os campos da educação e o jornalístico.

Sobre o campo jornalístico, Bourdieu pondera ser este dotado de uma particularidade em relação aos outros, na medida em que é muito mais dependente das forças externas que todos os outros campos de produção cultural. “Ele depende muito diretamente da demanda, está sujeito à sanção do mercado, do plebiscito, talvez mais ainda que o campo político” (BOURDIEU, 1997, p. 76). Por outro lado, o autor argumenta que o campo jornalístico exerce grande influência sobre os outros campos, já que, “cada vez mais dominado pela lógica comercial, impõe cada vez mais suas limitações aos outros universos” (p. 81).

O campo da educação, por todas as implicações sociais e relações de poder e de dominação que encerra, se apresenta de forma muito semelhante ao campo jornalístico. Em *A reprodução*, texto escrito por Bourdieu em parceria com Jean-Claude Passeron, no qual os autores abordam a questão do sistema de ensino e da ação pedagógica no processo de reprodução social, enfatizando a autoridade presente no campo escolar, essas semelhanças se tornam bastante evidentes – é impossível fazer a leitura do texto sem que se remeta aos meandros da comunicação de massa.

Os autores afirmam que “a ação pedagógica escolar reproduz a cultura dominante, contribuindo desse modo para reproduzir a estrutura das relações de força, numa formação

social onde o ensino dominante tende a assegurar-se do monopólio da violência simbólica legítima” (BOURDIEU, 1975, p. 21). Essa violência simbólica também ganha legitimidade no monopólio da informação, publicada em uníssono pelos mais diversos veículos de comunicação, reprodutores da cultura dominante, que mantêm inalteradas as relações de força. Ambos os campos detêm poder arbitrário de imposição que “só pelo fato de ser desconhecido como tal, se encontra objetivamente reconhecido como autoridade legítima” (p. 27). De um lado, a autoridade pedagógica legitima o uso de violência simbólica no ambiente escolar e conta com o aval da sociedade, sem que os atores envolvidos se deem conta do fato e, de outro, a informação, imposta arbitrariamente e, não raro, com o intuito de reforçar o poder arbitrário que a estabelece e que ela dissimula.

Por maiores que sejam as semelhanças entre os campos, principalmente no que diz respeito ao poder arbitrário que detêm – vale reforçar, com total legitimidade concedida pela própria sociedade que interage com eles –, o campo da educação e o campo jornalístico podem assumir diferentes tipos de interlocução entre si, marcados por interesses próprios e disputas de poder, no jogo de atração e repulsão descrito por Bourdieu.

No caso específico deste trabalho, será analisada a abordagem e o tratamento que o jornal *O Popular* dá ao tema da educação, por meio da divulgação do campo nas reportagens publicadas pelo veículo. É preciso ficar atento ao fato de que, neste caso, o campo jornalístico exerce seu poder arbitrário plenamente, uma vez que, teoricamente, tem autonomia para definição de pautas e tratamento da informação (que inclui levantamento de dados, escolha de fontes, produção e edição do texto e de imagens). O campo da educação pode assumir posição ativa ou passiva neste processo, dependendo, sobretudo, do capital político e/ou econômico que os membros que o compõem possuem.

Sobre este ponto, é preciso levar em consideração dois aspectos: primeiro, o mecanismo de funcionamento dos veículos de comunicação e, segundo, o poder de mobilização junto à imprensa do representante do órgão do governo responsável, à época, pela educação, o ministro da Educação Paulo Renato Souza. Embora o objeto de estudo deste trabalho seja o modo como o jornal *O Popular* aborda a educação, vale a pena discorrer sobre o procedimento adotado pela mídia, de maneira geral, com ênfase para o jornalismo impresso, já que, guardadas as diferenças, os veículos de comunicação de massa funcionam de maneira bastante similar, não apenas no Brasil, mas de forma global. No caso específico

da cobertura da educação pelos jornais, Campos (2000)⁴³ afirma que a educação era um assunto quase invisível na mídia até cerca de dez anos atrás e pondera que as mudanças observadas na última década trazem avanços, mas também trazem um sentimento de “perplexidade e mágoa”.

Ela explica o sentimento dizendo que durante muito tempo, as únicas pessoas que se interessaram pelas escolas, que fizeram pesquisa, que denunciaram os problemas e sua gravidade, foram aquelas pertencentes ao campo da educação. “Subitamente, a gente vê pessoas que descobriram a América há cinco minutos, que começam a falar um monte de bobagens, e isto se transforma em grandes manchetes, porque sua capacidade de ter acesso aos meios de comunicação e chegar ao público é muito grande” (CAMPOS, 2000, p. 18). Entre os problemas que ainda persistem no processo de aproximação da mídia com a realidade educacional está o fato de que a educação lida com processos de média e longa duração, segundo Campos, mas tanto o campo político como o campo jornalístico têm dificuldades em reconhecer esse fato, porque para os dois o horizonte é muito mais imediato.

A análise que a educadora faz é a de que as notícias tratam dos fatos isoladamente. Ela argumenta que, às vezes, fatos conectados aparecem em editorias diferentes dos jornais, caminham paralelamente. “Por exemplo, as rebeliões da Febem⁴⁴ são noticiadas sem ligação com a situação dos jovens nos grandes centros, sua escolaridade precária, o desemprego, a falta de alternativas de lazer nas periferias pobres, e assim por diante” (CAMPOS, 2000, p. 17). Para Bourdieu, a visão jornalística é maniqueísta – o autor credita tal característica à falta de tempo e sobretudo de interesse e de informação prévia por parte dos jornalistas que, a seu ver, não são capazes de situar os acontecimentos no sistema de relações em que estão inseridos (BOURDIEU, 1998, p. 101). A falta de articulação entre os agentes dos campos

⁴³ O texto de Maria Malta Campos faz parte de um documento que é o resultado de debates realizados durante o Fórum *Mídia & Educação: Perspectivas para a qualidade da informação*, realizado em novembro de 1999, em São Paulo, e promovido pela *Revista Imprensa*. Os debates foram baseados em pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos de Mídia e Política (NEMP), da Universidade de Brasília (UnB), sobre os aspectos da cobertura de educação realizada por 62 jornais a partir de “clippagem” (o *clipping* é uma atividade jornalística, desenvolvida principalmente pelas assessorias de comunicação e consiste em fazer o levantamento de notícias publicadas nos meios de comunicação para arquivo documental), compreendendo 1.763 reportagens, artigos, colunas e editoriais publicados nos anos de 1997 e 1998, período correspondente aos dois últimos anos do primeiro mandato do presidente FHC. A autora, à época, era presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), professora do curso de pós-graduação da PUC/SP e pesquisadora da Fundação Carlos Chagas.

⁴⁴ A antiga Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (Febem) já não existe desde 2006, quando foi substituída pela Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA). A fundação é uma autarquia do governo do estado de São Paulo vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, cuja função é executar as medidas socioeducativas aplicadas pelo Poder Judiciário aos adolescentes autores de atos infracionais com idade de 12 a 21 anos incompletos, conforme determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

parece mesmo ser um dos maiores obstáculos para a consolidação de uma mídia comprometida de fato com as questões educacionais.

No documento que resultou do Fórum Mídia & Educação: Perspectivas para a Qualidade da Informação⁴⁵, Fernando Rossetti⁴⁶, do Instituto Ayrton Senna, uma das entidades realizadoras do evento, afirma que

A qualificação do jornalismo de educação impõe aos meios de comunicação, à sociedade em geral, à Universidade e ao Estado, uma reflexão sobre o conjunto de informações que deve ser veiculado para os leitores de jornais e revistas e para a audiência de rádio e TV. Se se quer uma participação mais ativa da comunidade – fator comprovadamente relevante para a melhoria do ensino –, o modelo predominante de cobertura da educação deve ser repensado. (ROSSETTI, 2000, p. 37).

Historicamente, uma década representa muito pouco tempo e, de fato, não apenas os veículos de comunicação, mas todas as outras instituições e agentes envolvidos no processo de (re) construção da educação e de sua apreensão pela sociedade, visando uma compreensão transformadora da estrutura vigente, estão construindo uma nova percepção acerca da importância que o tema educação alçou nos últimos anos. A própria escola, uma das principais instâncias no campo da educação, ainda não se posicionou em sua relação com a mídia, assumindo papel de omissão diante das atitudes mais agressivas de imposição, como a protagonizada pelos agentes do campo político.

De acordo com o documento final do Fórum Mídia & Educação, o crescimento do jornalismo de educação deve ser analisado em um contexto de grandes transformações econômicas, sociais e políticas, que colocaram essa área no centro de qualquer projeto de desenvolvimento, individual ou coletivo. A educação hoje assume, em praticamente todo o mundo, uma importância inédita na história. Progressos à parte, há que se admitir que a cobertura da educação pelo jornalismo brasileiro ainda é incipiente no país, como constata a pesquisa que deu origem ao documento citado. De acordo com a pesquisa Mídia & Educação, a média geral dos 62 jornais avaliados é de uma reportagem sobre educação publicada a cada dois dias.

A pesquisa aponta que em 1997 e 1998, os quatro jornais de circulação nacional (*Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*), mais o *Correio*

⁴⁵ Para maiores informações, ver ANDI. *Mídia e educação: perspectivas para a qualidade da informação*. Brasília, 2000.

⁴⁶ Fernando Rossetti foi repórter de educação do jornal *Folha de São Paulo* de 1990 a 1999. Especialista em Direitos Humanos pela Universidade de Columbia (EUA), fundou com Gilberto Dimenstein a organização não-governamental Cidade Escola Aprendiz, que dirigiu de 1999 a 2002. É comentarista do Canal Futura desde 1997.

Braziliense (incluído nesta categoria pela quantidade de matérias e por sua repercussão política), são responsáveis por 42% do total publicado. Ou seja, a média dos outros 57 jornais é ainda menor. Os dados colocam o jornal *O Popular*, objeto desta pesquisa, na média dos “grandes jornais”, já que o número de reportagens sobre educação publicadas por mês gira em torno de 15, o que corresponde à média de uma reportagem publicada a cada dois dias, contrariando a afirmação de que as publicações locais se mostram pouco interessadas pelo tema. No entanto, a principal constatação da pesquisa *Mídia & Educação* não se refere ao número de publicações, mas ao conteúdo dos textos publicados, que seriam pautados pelos órgãos oficiais, uma vez que “a maioria dos jornais não tem uma pauta própria de educação, mas simplesmente corre atrás das ações governamentais” (ANDI, 2000, p. 35-36).

Esta característica talvez se explique pelo fato de que uma das principais atividades da assessoria de comunicação social do MEC, diretamente vinculada ao gabinete do ministro, era a distribuição de notícias para jornais locais e regionais. Além disso, o MEC dispõe normalmente de uma verba anual de cerca de R\$ 20 milhões para as ações de propaganda institucional e publicidade e, em razão de acordo mantido com a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), consegue inserções gratuitas nas emissoras de rádio e televisão para mensagens institucionais⁴⁷ (ANDI, 2000, nota p. 58). De acordo com Camargo (2002), Souza, teria sido o primeiro ministro da Educação a “demonstrar uma evidente preocupação com a utilização sistemática da mídia na divulgação de suas ações, granjeando, durante boa parte de sua administração, índices bastante positivos de aceitação junto à opinião pública”. A autora ainda afirma, em editorial de um número especial da revista científica *Educação & Sociedade*, que a prática foi marcada por “muita pirotecnia jornalística e propagandística” (CAMARGO, 2002, p. 9).

No livro *A revolução gerenciada: educação no Brasil 1995-2002*, no qual Souza faz um balanço dos oito anos em que esteve à frente do MEC, ele próprio admite que a eficácia das políticas públicas esteve vinculada às ações na área da comunicação social. Ele conta que organizou a assessoria de comunicação do ministério para que o departamento se transformasse em “uma autêntica agência de notícias de educação, que oferecia pauta a todos os veículos” (SOUZA, 2005, p. 59). Além de sua agência de notícias particular, o ministro ainda contava com a assessoria constante do publicitário Geraldo Walter, companheiro de

⁴⁷ No dia 23 de dezembro de 2010, a Abert e o MEC renovaram por mais dois anos o convênio firmado pela primeira vez em 1990, que prevê divulgação gratuita nas emissoras de rádio e televisão de mensagens institucionais ligadas à educação.

Nizan Guanaes⁴⁸, responsável pela campanha presidencial de FHC e que, segundo Souza, atuava nos bastidores da orientação de comunicação do governo como um todo.

O programa “O Brasil quer toda criança na escola”, por exemplo, foi uma das iniciativas do governo FHC no campo da educação, fruto da intervenção de Walter, a partir da encomenda de uma pesquisa de opinião pública que o MEC fez com o objetivo de avaliar a imagem da ação governamental até aquele momento (início de 1997), “para ter uma ideia mais clara sobre as expectativas da população a respeito do que se acreditava ser a ideia central a ser adotada na comunicação” (SOUZA, 2005, p. 91). No livro, Souza diz que a pesquisa assinalou muito nitidamente que a população tinha a expectativa de que o governo federal tomasse como bandeira principal colocar todas as crianças na escola e, então, deu-se início a uma campanha que incluía a gravação de um clipe com Pelé cantando com um coral de crianças, divulgado nas emissoras de rádio e televisão; organização de seminários estaduais, para os quais a imprensa era sempre convidada; além de ampla utilização dos meios de comunicação, que ia desde o pronunciamento de Souza em cadeia nacional de rádio e televisão até a inserção de textos sobre o tema nas telenovelas.

Ao que parece, a imprensa respondeu positivamente à estratégia de comunicação do MEC. A pesquisa Mídia & Educação aponta que

[...] as matérias jornalísticas que tem a relação educação/Estado como foco principal representam 83% do total de reportagens enquanto os 17% restantes tratam as questões educacionais tendo como foco de referência o processo educativo como tal, sem a intermediação do poder público. (ANDI, 2000, p. 53-54).

Para o então presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Carlos Augusto Abicalil, essa proporção “revela uma competente equipe de comunicação, por um lado, mas denuncia uma cegueira de análise crítica, por outro. Os outros ambientes de debates educacionais parecem inexistir ou são absolutamente desconhecidos da mídia. Se os eventos não são oficiais, não aparecem” (ANDI, 2000, p. 24). Ele argumenta que, à época⁴⁹, muitas reformas vinham sendo implantadas, com uma velocidade incomum, adicionando complexidade à compreensão das medidas e de seus impactos. Contudo, ele avalia que o recurso às entrevistas como fonte das matérias foi

⁴⁸ Nizan Guanaes é *chairman* do Grupo ABC – *holding* que reúne empresas nas áreas de publicidade, serviços especializados de *marketing*, conteúdo e entretenimento. O grupo é considerado o 20º maior grupo de comunicação e de *marketing* do mundo.

⁴⁹ O texto de Carlos Augusto Abicalil faz parte do documento que resultou dos debates realizados durante o Fórum Mídia & Educação: Perspectivas para a Qualidade da Informação e foi escrito em 2000.

reduzidíssimo: 2% apenas. “Há uma verticalização absoluta, um centralismo exacerbado na fonte: o MEC”, analisa.

Na opinião dos cientistas políticos Bolívar Lamounier e Rubens Figueiredo, organizadores do livro *A era FHC: um balanço* (2002), a questão da opinião pública é bastante complexa. Os autores afirmam que, entre a percepção popular e o que faz efetivamente um governo abre-se, não raro, um fosso enorme.

A mídia pode eventualmente contribuir para isso, mas esse fosso sempre existirá, pois decorre da própria complexidade das questões e do imenso volume de informações que o cidadão precisaria assimilar para chegar, ele mesmo, a uma avaliação adequada. Para o bem ou para o mal, fato é, portanto, que a percepção da realidade governamental pela opinião pública é mediada, em qualquer sociedade moderna, pelos meios de comunicação. A formação da percepção popular é também influenciada por acontecimentos específicos, considerados importantes e amplamente divulgados, que acabam por se fixar como ‘resumos’ simbólicos do que se passa em determinada área. Resumos que podem ser adequados em alguns casos, mas distorcidos ou completamente falsos em outros – na medida em que isolem ou indevidamente superestimem a importância de determinado aspecto da realidade. (LAMOUNIER, 2002, p. 18).

De fato, a mídia pode aproximar ou afastar os fatos da realidade, dando-lhes contornos que atendam seus interesses econômicos e políticos, a partir da abordagem que faz dos assuntos, das fontes que elege e das informações que privilegia ou omite. No caso do jornalismo impresso, representado principalmente pelos jornais diários e revistas semanais, há que se levar em consideração o público-alvo que atinge. Na última pesquisa realizada sobre o tema pelo Datafolha⁵⁰, em novembro de 2007, constatou-se que o público leitor de jornal impresso no Brasil tem idade média de 40 anos e alto padrão de renda e de escolaridade. A pesquisa ainda revela que 90% destas pessoas assistem a telejornais, 69% leem revistas semanais e 57% buscam notícias na *internet*, confirmando a tese de Campos (2000) de que o acesso aos meios de comunicação reflete uma situação de poder na sociedade, divergindo da ideia de que há um “livre mercado” para o acesso à imprensa. Para a autora, o Brasil apresenta um atraso de décadas em relação às desigualdades sociais e isso reflete-se tanto na realidade educacional como no acesso aos meios de comunicação (ANDI, 2000, p. 18).

Estas desigualdades reafirmam-se a partir da postura que os jornais e seu público leitor assumem mutuamente, na tentativa de perpetuar uma posição dominante em seus respectivos campos. Existe uma probabilidade de que o jornal impresso continue

⁵⁰ O Datafolha, instituto de pesquisa pertencente ao grupo Folha, realiza uma pesquisa intitulada “O perfil do leitor”, a cada três anos, com abrangência nacional, para verificar quem é o leitor da *Folha de S. Paulo* em todo o país. Esta pesquisa foi escolhida por ser a mais recente encontrada e por acreditar-se ser ela representativa do público leitor de outros veículos impressos.

segmentando progressivamente seu público-alvo, já que há uma tendência nas imprensas européia e norte-americana – tomadas como parâmetro pela mídia brasileira – para que este tipo de veículo torne-se cada vez mais analítico e menos informativo. A informação, caracterizada pelo factual, ou seja, pelo acontecimento, ficará a cargo dos veículos que têm a instantaneidade de transmissão da notícia como característica de divulgação: a televisão, o rádio e a *internet*, recentemente transformada em veículo de comunicação portátil, com a chegada da tecnologia que permite seu acesso por *notebooks*, telefones celulares, *ipads* etc.

A análise, então, caberá aos veículos impressos, responsáveis pela repercussão e desdobramentos das notícias, dados seus mecanismos de produção mais lentos. A transformação, embora anunciada, está apenas se iniciando e alguns veículos impressos, como o próprio jornal *O Popular*, ainda privilegiam a informação, o factual, em detrimento da análise. A pesquisa Mídia & Educação aponta para a migração das reportagens sobre educação para as primeiras páginas dos jornais e para cadernos especializados, o que não ocorre na imprensa local.

3.2 A educação no jornal *O Popular* (1995 – 2002): desvelando os caminhos da pauta e da reportagem

O jornal *O Popular*, cujos únicos cadernos especializados são o *Suplemento do Campo*, voltado para o meio rural, e o *Almanaque*, caderno infantil – ambos de circulação semanal –, publica as reportagens sobre educação preferencialmente na editoria de cidades, que trata de temas locais, com ênfase para a região metropolitana de Goiânia, relegando o interior a segundo plano. Dependendo do enfoque dado à reportagem, matérias sobre educação também podem ser encontradas nas editorias de política ou no *Magazine*, que seria o correspondente ao caderno de variedades do jornal.

3.2.1 As categorias e as classificações das reportagens no processo de investigação e de exposição

Para que se pudesse dar início ao levantamento das reportagens publicadas no jornal *O Popular* de 1995 a 2002, período correspondente ao governo FHC, foram criadas categorias de análise para classificação de dados. As reportagens de educação foram classificadas então como reportagens de *divulgação*, *políticas públicas*, *denúncia*, *comportamento* e *serviço*. As reportagens de *divulgação* referem-se àquelas que trazem textos informativos sobre temas

ligados à educação, como projetos governamentais ou ligados a entidades do setor privado; medidas administrativas; resultados de pesquisas; recebimentos de prêmios e divulgação de cursos, seminários e palestras – ou seja, assuntos factuais, que estão acontecendo no momento, como o caso de fazendeiros do município de Rio Verde que, em 1997, doaram terras para a implantação de uma escola agrícola na cidade, por exemplo. As reportagens de *políticas públicas*, por sua vez, são aquelas que tratam da implementação das políticas governamentais voltadas para a educação. Neste caso, a abrangência das reportagens é mais restrita, uma vez que as matérias que tratam da discussão prévia de determinada política ou de sua repercussão não se enquadram nesta categoria, mas na categoria de divulgação – as reportagens de *políticas públicas*, neste estudo, referem-se exclusivamente à cobertura de sua implantação.

Já as reportagens de *denúncia*, como o próprio nome sugere, dizem respeito a reportagens que levam ao conhecimento público as irregularidades cometidas no campo da educação, seja pela divulgação de desvio de verbas, fraudes envolvendo merenda escolar, descaso com a infraestrutura escolar e com os sujeitos envolvidos na educação, além de casos de violência nas escolas. As reportagens de *comportamento*, por sua vez, são aquelas que tratam de temas genéricos, como a escolha da melhor escola para o filho, o uso de tecnologia em sala de aula, a procura da classe média pela escola pública e outros assuntos usualmente abordados por revistas semanais ou cadernos de variedades, sem maior profundidade ou contextualização e, em muitos casos, com caráter prognóstico. Por fim, as reportagens de *serviço* são aquelas consideradas de utilidade pública e trazem calendários de matrícula, informações sobre cursos, e matérias relacionadas ao consumo, como preço de material escolar e valor de mensalidades.

Além das categorias citadas, as reportagens foram divididas por redes de ensino contempladas. Algumas reportagens dizem respeito a uma única rede, mas há casos em que mais de uma rede é contemplada pela cobertura jornalística, assim como há casos em que não é possível identificar a que rede de ensino o texto se refere, seja porque tem uma abrangência mais ampla, como nos casos das reportagens que tratam de políticas públicas aplicáveis a todo o sistema de ensino, ou porque realmente não se referem a nenhuma rede específica, como no caso das reportagens de comportamento. Sendo assim, as redes presentes neste estudo são a rede *municipal*, a rede *estadual*, a rede *federal* e a rede *privada* de ensino. Para os casos em que não for possível fazer essa classificação, as reportagens entraram na categoria *sem especificação*, para efeito de tabulação dos dados. A outra classificação presente no levantamento das reportagens sobre educação publicadas no jornal *O Popular*

realizada no processo de investigação diz respeito ao número de matérias publicadas por mês, a cada ano.

Tais categorias foram utilizadas de maneira a permitir que, através do cruzamento dos dados, fosse feita uma análise da cobertura do campo da educação pelo jornal, buscando um padrão utilizado pelo veículo a partir de referenciais como quadro político (ver Anexo). É importante ressaltar que o cenário político deve permear toda a análise, na medida em que as relações de forças políticas, econômicas e simbólicas definem o campo da produção.

A partir de pesquisa que realizamos no Centro de Documentação (Cedoc) do jornal *O Popular*, foi feito o levantamento de todas as reportagens sobre educação publicadas no período de primeiro de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 2002. Foi realizado um processo de coleta de dados no período de 13 de julho de 2010 a 20 de setembro de 2010. Para tanto, obtivemos autorização da Organização Jaime Câmara, empresa de comunicação da qual faz parte o jornal *O Popular*, que disponibiliza ao público externo o serviço de consulta de reportagens já publicadas. Durante os oito anos do governo FHC, foram publicadas 1.646 reportagens sobre o campo da educação, das quais 699 durante o primeiro mandato e 947 nos últimos quatro anos.

A partir da leitura dos textos, foi sendo feita a tabulação das reportagens, de acordo com as categorias acima descritas, além da tabulação com base no número de publicações mensais – toda a análise quantitativa gerou tabelas e figuras, que podem ser conferidas ao longo da dissertação. Com as tabelas, as figuras e o quadro político em mãos, iniciou-se, então, a análise qualitativa das reportagens, sempre levando-se em consideração os mecanismos de produção da notícia. A análise foi feita ano a ano, de forma a facilitar a contextualização política que, inevitavelmente, interfere na pauta não apenas do jornal *O Popular*, mas da imprensa de uma maneira geral – ainda há que se levar em consideração o fato de que os mandatos dos governantes nas esferas federal (presidente) e estadual (governador) não são coincidentes com os mandatos municipais (prefeitos) e de que, ao longo da gestão de cada um desses representantes políticos, é comum que haja troca dos assessores diretos, como os secretários de educação municipal e estadual e do ministro da educação, que neste caso específico manteve-se no cargo durante as duas gestões do governo FHC.

3.2.2 A educação na ótica do jornal *O Popular* no período de 1995 a 2002: contextos, políticas e embates

A análise das reportagens sobre educação publicadas no jornal *O Popular* no período de 1995 a 2002 será apresentada a seguir, ano a ano, contemplando, sobretudo, os aspectos do contexto, das políticas e dos embates nas esferas federal, estadual e municipal.

a) **1995** – No primeiro ano de mandato do presidente FHC, do PSDB, a cobertura do jornal *O Popular* é focada principalmente em reportagens de *divulgação* (55%), ou seja, aquelas de cunho informativo (Figura 1). Entre reportagens que tratam da divulgação de projetos das secretarias municipal e estadual de educação, greve de servidores, divulgação de pesquisas⁵¹ e de calendários acadêmicos, entre outros assuntos, destacam-se reportagens que remetem às políticas públicas propostas pelo governo FHC. Provavelmente anunciadas pela imprensa no ano anterior, durante a corrida eleitoral, algumas políticas públicas agora aparecem como alvo de críticas – neste ano, especificamente, negativas. A avaliação do ensino médio⁵² não teve boa repercussão, assim como o Provão, cujo anúncio provocou a divulgação de uma campanha nacional de repúdio.

A Universidade Federal de Goiás (UFG) aparece como crítica contumaz e além de, pelas páginas do jornal, criticar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef)⁵³, divulga sua decisão de não integrar o concurso vestibular nacional proposto pelo MEC na ocasião. Percebemos que o tom oficial do jornal prevalece a despeito das críticas às políticas públicas do governo federal, uma vez que as manifestações negativas só tiveram repercussão por serem oriundas de uma instituição com caráter também oficial, neste caso, a universidade. Embora tenha havido concessão de espaço para uma voz dissonante, deve-se atentar para o fato de ter sido dado destaque significativo para o que se poderia classificar como resposta às críticas, quando é

⁵¹ A maioria das pesquisas publicadas refere-se a estudos desenvolvidos por entidades como Unicef, IBGE, Inep, OCDE. As pesquisas acadêmicas têm espaço restrito no jornal.

⁵² A nova nomenclatura da educação brasileira que distingue os componentes da educação básica entre educação infantil, ensino fundamental e ensino médio foi consagrada definitivamente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1996.

⁵³ O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) foi instituído pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e implantado em 1º de janeiro de 1998, ou seja, as críticas feitas pela UFG por meio do jornal referiam-se à proposta que estava em discussão. Composto por 15% dos recursos da parcela do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e de prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e dos Municípios (FPM), e da parcela do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Fundef destina-se ao ensino fundamental público e à valorização de seu magistério.

dada voz ao presidente FHC que defende, em entrevista, a autonomia das universidades, numa perspectiva de “contratos de gestão”, no contexto da reforma do Estado.

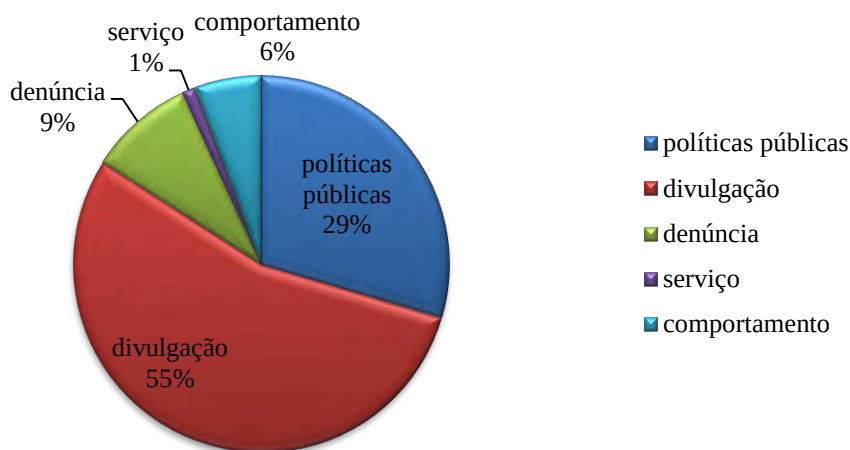


FIGURA 1 – Categorias das reportagens sobre educação publicadas no jornal *O Popular* em 1995

O governo estadual – que em Goiás tinha Maguito Vilela (PMDB) também em seu primeiro ano de mandato, com a professora Terezinha Santos Vieira à frente da Secretaria de Educação – aparece de forma incipiente em reportagens de *divulgação*, assim como o governo municipal, que tem o prefeito Darci Accorsi (PT) em seu terceiro ano de mandato, e Athos Magno na Secretaria Municipal de Educação (SME). A rede *privada* de ensino anuncia a criação do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino Superior⁵⁴, mas o tema inadimplência é o mais explorado em relação à rede. A cobertura local incipiente remete a uma cobertura genérica, baseada em *releases* e sem contextualização, o que poderia caracterizar o monopólio da informação por parte do poder público.

As reportagens sobre *políticas públicas* representam quase um terço das matérias que tratam da educação (29%). O MEC aparece como fonte recorrente das reportagens anunciando medidas como a reforma do sistema educacional, que contempla a municipalização do ensino fundamental, a criação do ensino especial, a implantação da TV

⁵⁴ Criado na Faculdade Anhanguera de Ciências Humanas e Letras (Fach), o Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino Superior representa especificamente as faculdades e universidades privadas de Goiânia. O órgão que representava estas entidades antes da criação do novo órgão era o Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do Estado de Goiás (Sinepe).

Escola⁵⁵, a escolarização da merenda e a descentralização de recursos, entre outras mudanças estruturais e curriculares. Os mecanismos de avaliação, que desempenharam importante papel durante o governo FHC, também receberam ampla cobertura, bem como as discussões acerca da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Nos âmbitos estadual e municipal, a cobertura de *políticas públicas* restringiram-se a projetos para combate à evasão escolar e à violência nas escolas, além de iniciativas como qualificação de professores e aumento salarial.

Em seguida, com um pequeno percentual (9%), vêm as reportagens de *denúncia*. Embora o número de reportagens sobre o corte e o não repasse de verbas do MEC para as instituições escolares apareçam em número considerável, o governo federal divide espaço similar com as redes municipal e estadual de educação, onde as denúncias referem-se a defasagem de número de professores, falta de estrutura nas escolas, uniformes superfaturados e cobrança de mensalidade na rede pública de ensino. Já a rede *privada* é alvo de denúncias em virtude das arbitrariedades que comete em nome do combate à inadimplência, como a retenção de documentos de alunos. As reportagens de *comportamento*, com abordagem genérica de temas como qualidade, liberdade, disciplina, estágio etc., aparecem em número reduzido (6%), superando apenas as reportagens de *serviço* (1%).

No que diz respeito às *redes de ensino* contempladas nas reportagens, não é possível fazer esta identificação em 24% dos textos publicados (Figura 2). Como dito anteriormente, estas reportagens correspondem às abordagens ou muito específicas – como o caso dos brasileiros que, à época, procuravam universidades bolivianas para cursar medicina –, ou genéricas, como a maioria das reportagens de *comportamento* e a divulgação de resultados de pesquisas. A rede *municipal* é contemplada em 32% das reportagens, seguida pela rede *estadual*, contemplada em 25% das reportagens. A rede *privada* aparece em 12% das ocorrências, seguida pela educação *federal* (7%). Contrariando os dados até então analisados, quando se toma por parâmetro a ocorrência de reportagens a partir da rede de ensino, a rede federal perde destaque. Acreditamos que isso se deva ao fato de que, quando o assunto abordado remete ao ensino propriamente dito, há menor interesse do jornal do que nos casos em que o enfoque é dado às políticas públicas.

⁵⁵ A TV Escola é a televisão pública do MEC criada para ser utilizada como ferramenta pedagógica pelos professores dos ensinos infantil, fundamental e médio. De acordo com o site do MEC <<http://tvescola.mec.gov.br>>, a TV Escola não é um canal de divulgação de políticas públicas da educação, mas uma política pública em si, com o objetivo de subsidiar a escola e não substituí-la, ou ao professor. Criada em setembro de 1995, a TV Escola foi ao ar oficialmente para todo o Brasil em março de 1996.

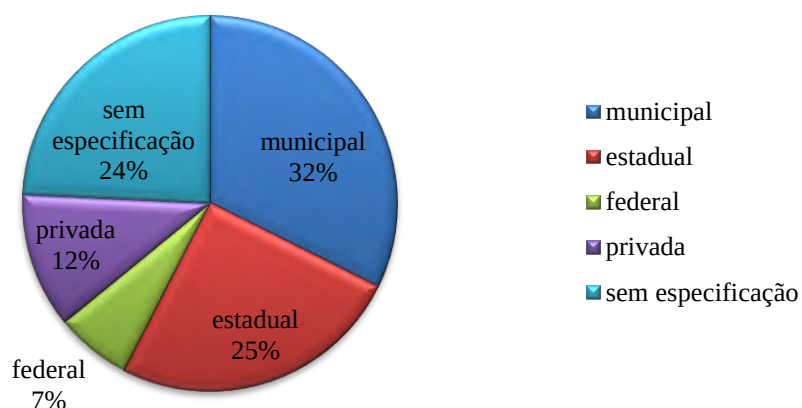


FIGURA 2 – Redes de ensino contempladas nas reportagens sobre educação no jornal O Popular em 1995

O número de reportagens sobre educação publicadas no jornal *O Popular* em 1995 não segue um padrão específico – em média, são publicadas 12 reportagens por mês, com exceção para o mês de julho, quando foram publicadas apenas cinco reportagens e, no extremo oposto, o mês de agosto, quando foram publicadas 25 reportagens, provavelmente em razão da retomada do ano letivo e dos problemas daí decorrentes (Figura 3).

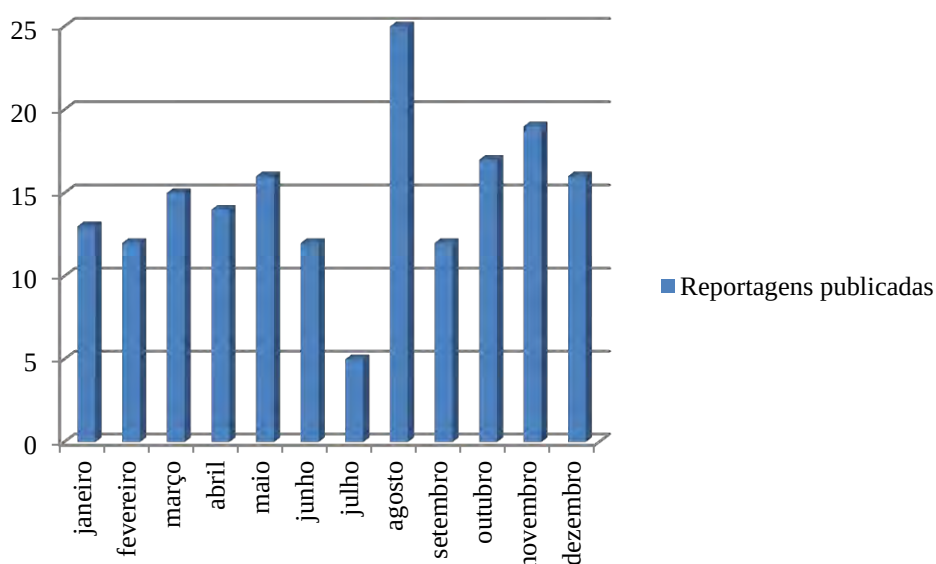


FIGURA 3 - Reportagens sobre educação publicadas no jornal O Popular em 1995

a) **1996** – Passado o primeiro ano do governo FHC e também do governo estadual, quando a mídia tende a acompanhar as adaptações a que todo governo passa em seu primeiro momento, restringindo sua cobertura à divulgação de planos e metas, o jornal *O Popular* parece não avançar na análise de políticas públicas, embora Vieira (2007) afirme que somente a partir do segundo ano de mandato do governo FHC é que se pode falar de “uma efetiva explicitação de rumos da política educacional” (2007, p. 166). Alheio a este fato, o jornal *O Popular* traz novamente um grande número de reportagens de *divulgação*, representadas por mais da metade das ocorrências (52%), conforme Figura 4.

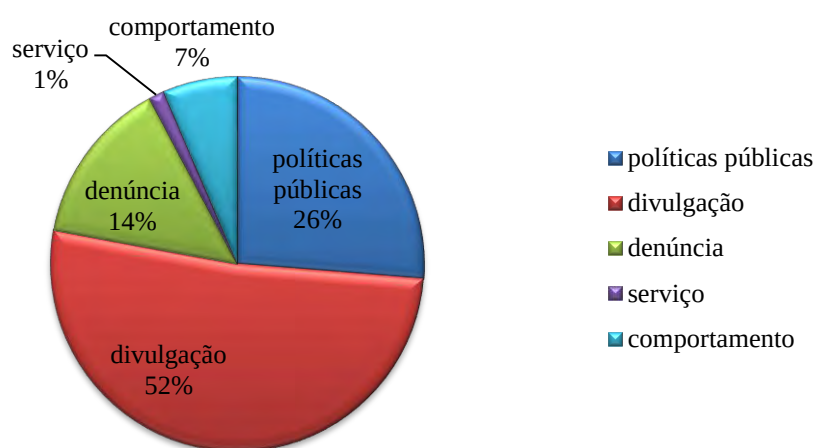


FIGURA 4 – Categorias das reportagens sobre educação publicadas no jornal *O Popular* em 1996

Na verdade, ainda transparece um clima de adaptação ao novo governo, com muitas críticas às políticas públicas, como a rejeição da UFG à nova legislação para escolha de reitores e ao programa de bolsas, e a onda de aposentadorias na instituição, também como uma forma de protesto à crise que se instaura na universidade. Há ainda a divulgação de protestos contra o Provão⁵⁶ e manifestações em defesa do ensino público – é interessante atentar para o fato de que as manifestações contrárias ao Provão não representam a posição da comunidade estudantil, mas aparecem de forma institucional, na figura da universidade, confirmando a vocação oficial do jornal.

⁵⁶ O Exame Nacional de Cursos, criado pelo MEC em 1995, mais conhecido como Provão, foi um exame aplicado aos formandos dos cursos de graduação da educação superior, no período de 1996 a 2003, com o objetivo de avaliar, no que tange aos resultados do processo de ensino-aprendizagem.

No ano anterior, diante das inúmeras críticas ao Provão, o ministro da Educação recorreu à imprensa e publicou no dia 26 de março, na seção “Tendências e Debates” do jornal *Folha de S. Paulo*, um extenso artigo intitulado *Um exame necessário*, onde rebatia as críticas e expunha seus argumentos. De fato, as colunas reservadas para artigos opinativos nos jornais impressos destinam-se a pessoas externas ao corpo editorial dos veículos, mas a escolha dessas pessoas atende às conveniências da empresa de comunicação. A escolha do ministro representa a busca constante dos agentes dos diversos campos – neste caso específico, do campo político – pela reprodução das estruturas das relações de força, em que a mídia faz a mediação, em uma estratégia utilizada para a manutenção de seu próprio capital no campo de poder.

A atitude que se seguiu por parte do jornal demonstra que o veículo assumiu uma posição explícita de apoio ao governo FHC – ao final do processo de comunicação envolvendo a divulgação do Provão,

[...] a poucas semanas do exame, a Folha de S. Paulo realizou uma pesquisa entre seus leitores, em que constatou que 95% deles estavam inteirados do tema de uma maneira adequada, 73% declaravam-se a favor do exame e 65% pediam que o jornal se manifestasse em um editorial a respeito. Como muitas poucas vezes fez em sua história, a Folha publicou um extenso editorial em sua primeira página alguns dias depois, defendendo muito claramente o sistema de avaliação e a realização do exame. Estava ganha a batalha. (SOUZA, 2005, p. 160).

No âmbito do governo estadual, as reportagens publicadas refletem descontentamento com o descaso com a educação em Goiás, simbolizado pelos baixos salários pagos e pelo fechamento do curso supletivo. A cobertura referente à rede *municipal* de ensino, no último ano de mandato do prefeito Darci Accorsi, ao lado da nova secretária de Educação, Vera Regina Barêa, é mais amena e refere-se à oferta de vagas, divulgação do calendário escolar e da abertura de concurso público na área. A rede *privada*, além das constantes reportagens sobre o valor da mensalidade escolar, aparece relacionada à intervenção da Justiça em virtude das arbitrariedades cometidas pelas escolas particulares para “punir” os casos de inadimplência.

As *políticas públicas* aparecem em 26% das reportagens, em que o MEC continua a ser o centro das atenções, com matérias relacionadas à reforma do ensino fundamental, à mudança do perfil das escolas técnicas e à LDB, aprovada naquele ano. Caixeta⁵⁷ afirma que

⁵⁷ O texto de Nely Caixeta, que compõe o livro *A era FHC – um balanço*, foi produzido com base em levantamento sobre o campo da educação realizado por José Roberto Rus Perez, professor da Faculdade de Educação da Unicamp e pesquisador do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (Nepp).

muitos especialistas concordam que o ministro Paulo Renato Souza demonstrou senso de oportunidade ao assumir o ministério em um momento muito favorável para o ensino, pois o Brasil já vinha discutindo a questão educacional com intensidade há anos. “O projeto da Lei de Diretrizes e Bases já tramitava no Congresso Nacional desde o final dos anos 1980, em meio de vivo debate a respeito das questões ali propostas” (CAIXETA, 2002, p. 541).

A autonomia da universidade é outra pauta recorrente, bem como a questão dos mecanismos de avaliação, dos recursos para a educação, a criação do ensino especial e a autorização para a abertura de universidades no interior do estado. Há também reportagens que tratam de projetos criados pelo MEC para evitar a onda de aposentadorias nas universidades. Na rede *estadual*, o que há de mais relevante é a mobilização para a eleição direta de diretores de escolas, enquanto na rede municipal, os novos diretores e conselheiros são empossados, estes últimos a partir da criação dos Conselhos Escolares neste mesmo ano.

As reportagens de *denúncia* quase dobram em relação ao ano anterior (14%) e a rede municipal, até então com discreta aparição nas reportagens, ganha destaque pelo descaso a que é submetida. Entre as denúncias estão falta de vagas, de carteiras, de material didático e de merenda nas escolas, além de fraudes envolvendo recursos⁵⁸ e sua perda em decorrência de exigências burocráticas. A rede estadual também enfrenta o problema de falta de vagas e de carteiras e é alvo de denúncias por fechar turmas com menos de 50 alunos, medida que afeta uma escola rural por inteiro. Na rede particular, continuam os casos de retenção de documentos de alunos inadimplentes, ao lado de casos de abuso na cobrança de mensalidade escolar e há a denúncia de um caso de racismo na escola.

Com metade das ocorrências de *denúncia*, vêm as reportagens de *comportamento* (7%). Com o avanço da informática e o uso da *internet* nas escolas, surgem várias reportagens sobre *softwares* educativos, mas as reportagens que mais chamam a atenção são aquelas que tratam do aumento da procura de alunos de classe média pela escola pública, embora os textos apontem para a preferência dos pais pela escola particular. Essa preferência, de acordo com Bourdieu (1996), baseia-se no fato de a instituição escolar contribuir para a reprodução da distribuição do capital cultural, perpetuando o capital social das famílias através da manutenção de suas relações com as diversas instituições sociais, entre elas, a escola.

⁵⁸ De acordo com a Fundação Carlos Chagas, a má gerência dos recursos destinados à educação culminou com um prejuízo de US\$ 1 bilhão ano, em 1996. In: CAIXETA, Nely. Educação: Acorda Brasil – chegou a hora da escola. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (orgs.). *A Era FHC – um balanço*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

Dessa maneira, reforça-se a manutenção das diferenças sociais, que se reafirmam por critérios como a escolha do curso ou da escola. No entanto, muitas vezes, essa decisão não é fruto de uma escolha, mas de uma contingência, como nos casos das reportagens, que revelam uma ação norteadas pelo cenário econômico. Bourdieu argumenta que a aptidão individual do sujeito não é suficiente para determinar seu capital cultural, é preciso que a ela seja somada a sua herança cultural, o que justifica a resistência das famílias em alterar seus *habitus*. As reportagens de *serviço* aparecem em 1% das matérias, trazendo informações sobre o preço de material escolar e chamadas para a oferta de bolsas no exterior.

Em 39% das reportagens publicadas, não é possível identificar a rede de ensino. Já as redes *estadual*, *federal*, *privada* e *municipal* de ensino aparecem de forma equilibrada durante o ano de 1996, com pequena diferença percentual entre as ocorrências que perfazem, respectivamente, 13%, 13%, 15% e 20% do total.

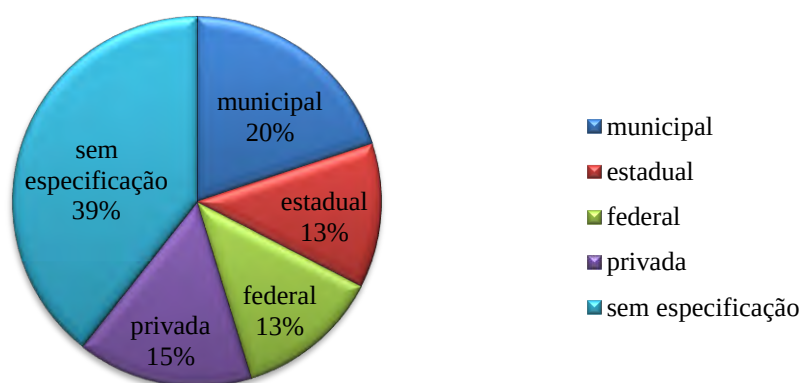
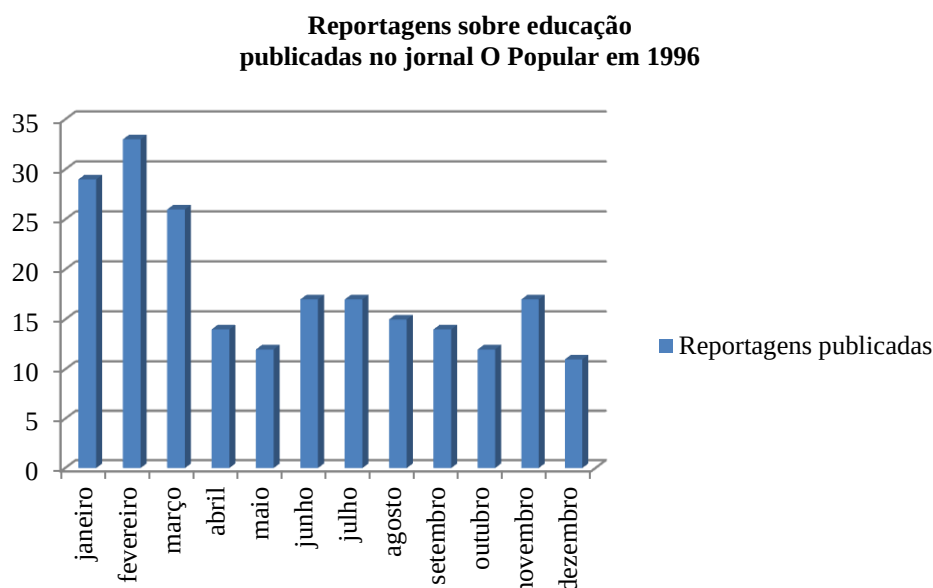


FIGURA 5 – Redes de ensino contempladas nas reportagens sobre educação no jornal *O Popular* em 1996

A publicação de reportagens sobre educação no jornal continua sem seguir um padrão específico – nos primeiros três meses do ano, foram publicadas, em média, 25 reportagens por mês e no restante do ano, essa média caiu para 12 reportagens por mês.



**FIGURA 6 – Redes de ensino contempladas nas reportagens
sobre educação no jornal O Popular em 1996**

- a) **1997** – Mais uma vez, as redes *municipal* e *estadual* não foram contempladas em reportagens de *divulgação* de forma significativa, enquanto as políticas públicas do governo FHC continuaram a gerar reportagens de repercussão, geralmente negativas. O Provão aparece como a política mais repudiada, tanto por parte dos alunos, até então invisíveis, quanto das próprias instituições. A reforma da educação superior, a LDB e o Fundef – este último considerado pelo ministro da Educação como a iniciativa mais importante na sua gestão em oito anos à frente do MEC – também aparecem como temas em destaque. No entanto, o que mais chama a atenção nesta categoria de reportagens – que novamente aparece em maior número (48%) – são os textos divulgando programas e *softwares* educativos. Vale lembrar que em 1997 a *internet* ainda não estava tão popularizada e as escolas começavam a ser informatizadas. Sem vinculação a uma rede de ensino específica, estas reportagens, provavelmente, foram pautadas a partir de *releases* enviados à imprensa pelas empresas fabricantes ou distribuidoras desses programas, o que revela a preocupação do jornal em atender aos interesses do mercado, provavelmente um anunciante importante (Figura 7).

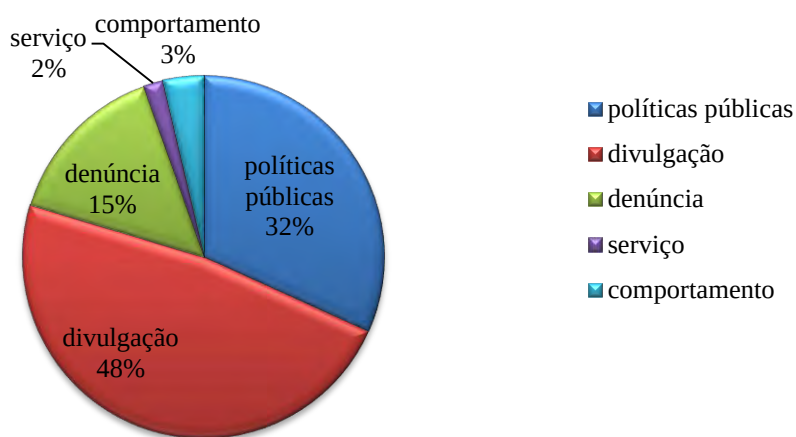


FIGURA 7 – Categorias das reportagens sobre Educação publicadas no jornal *O Popular* em 1997

Em seguida, mas com uma diferença menor em relação aos anos anteriores, vêm as reportagens que tratam das *políticas públicas* propriamente ditas (32%). No primeiro ano de mandato do prefeito Nion Albernaz (PSDB), cujo secretário de Educação era Jônathas Silva, a rede municipal de educação anuncia várias medidas pelas páginas do jornal, como a municipalização do ensino especial, a implantação do calendário de 200 dias letivos, definido pela LDB; projetos de combate ao analfabetismo e de erradicação da evasão escolar, ao lado de medidas pouco populares como o corte de verba para a educação e a redução de verba para a merenda escolar. No final do ano, a Secretaria Municipal de Educação compromete ainda mais o recebimento de recursos do MEC ao ficar inadimplente junto ao ministério.

O governo estadual traz reportagens que anunciam programas de qualificação docente, o aumento do piso salarial e a escolarização da merenda. No âmbito do governo federal, confirma-se a informatização das escolas da rede pública, com a distribuição de computadores pelo MEC. Os outros destaques do governo FHC referem-se à LDB, à reforma do ensino médio, à reforma da educação superior – que ilustra uma reportagem divulgando o decreto que autoriza as universidades particulares a terem lucro –, a criação do Fundo de

Fortalecimento da Escola (Fundescola)⁵⁹ e a descentralização da pesquisa nas universidades, proposta pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Na categoria de reportagens de *denúncia* (15%), a rede *municipal* aparece em maior número de ocorrências. Ao lado de problemas como falta de vagas, falta de carteiras nas escolas – fato que obriga os alunos a ficarem sem aula no início do ano letivo e persiste até o mês de outubro –, falta de funcionários e falta de merenda, há casos de fraude envolvendo a merenda e a denúncia dos baixos salários pagos aos professores da rede. A rede estadual de educação também protagoniza casos de fraude envolvendo o supletivo, denúncias de aplicação de verba inferior ao desejado – afetando a distribuição de merenda – e cobrança ilegal de taxa de matrícula em escolas estaduais nas cidades de Catalão e de Goianésia.

Relativas a assuntos pontuais, geralmente referentes à falta de recursos financeiros e materiais, as reportagens de denúncia refletem o baixo capital dos agentes do campo da educação frente à mídia, na medida em que não são ouvidos de modo a contextualizar os fatos, os quais continuam presos ao imediatismo da questão abordada (a reposição de carteiras, por exemplo, encerraria o assunto). Essa prática caracterizaria o que Bourdieu (1975) classifica como legitimação da violência simbólica, pois o jornal desfruta de autonomia para fazer o recorte que julgar mais conveniente na produção de notícias, sem que caibam questionamentos.

As reportagens de *comportamento* (3%) e de *serviço* (2%) trazem assuntos similares aos anos anteriores, como a crescente procura da classe média pela escola pública e o ensino pela *internet*, no primeiro caso, e o levantamento de preços de material escolar, no caso das reportagens de *serviço*.

Novamente, o número de reportagens em que não é possível especificar a rede a que se referem prevalece (40%). Em seguida, aparece a rede *municipal* (32%) que, apesar de ter tido poucas ocorrências na categoria de *divulgação*, é a mais citada nas categorias de *políticas públicas* e *denúncia* (Figura 8). A rede *estadual* está presente em 14% das reportagens, seguida pela rede *federal* (7%) e *privada* (7%).

⁵⁹ O Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola) é um programa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), com a interface das secretarias estaduais e municipais de educação das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e financiamento proveniente do Banco Mundial (Bird). Tem por objetivo promover um conjunto de ações para a melhoria da qualidade das escolas do ensino fundamental, ampliando a permanência das crianças nas escolas públicas, assim como a escolaridade nessas regiões do país. Disponível em: <www.fnde.gov.br/index.php/fundescola-apresentacao>. Acesso em: 11 jan. 2011.

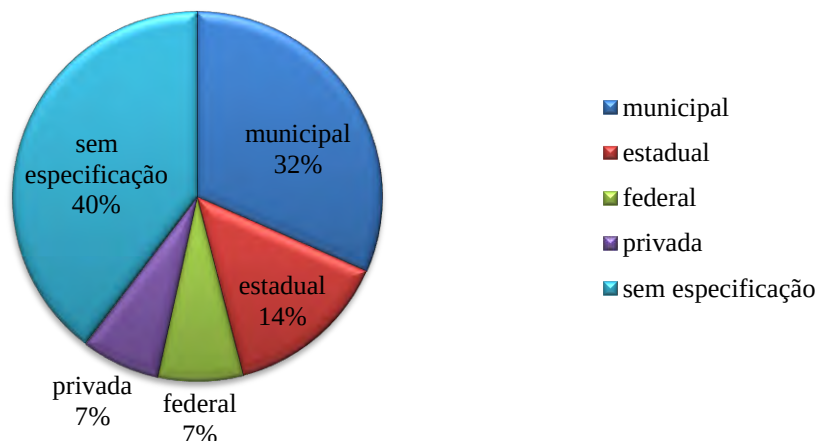


FIGURA 8 – Redes de ensino contempladas nas reportagens sobre educação no jornal *O Popular* em 1997

A distribuição das reportagens ao longo do ano continua irregular, com uma média de 12 reportagens publicadas por mês, com exceção para o mês de março, quando foram publicadas menos de cinco reportagens, e os meses de maio e agosto, quando foram publicadas mais de 20 reportagens.

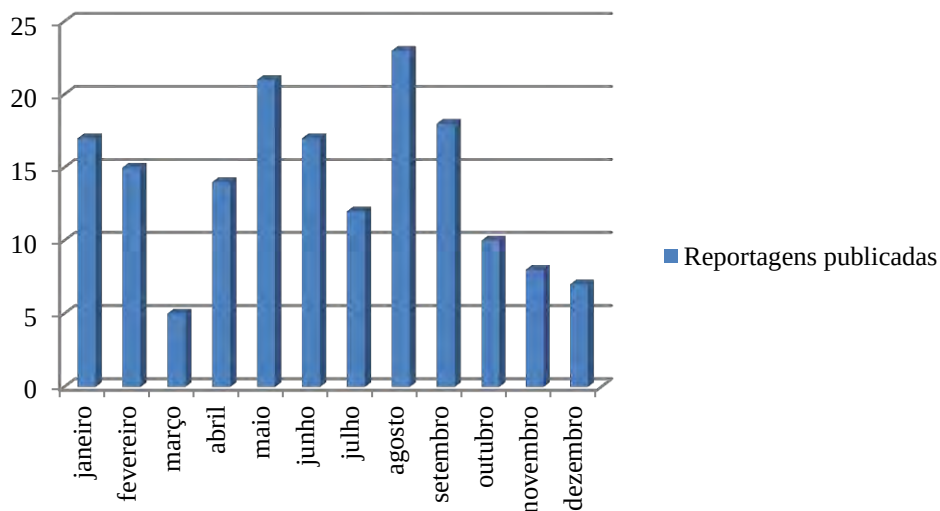


FIGURA 9 – Reportagens sobre educação publicadas no jornal *O Popular* em 1997

b) **1998** – Entre as reportagens de *divulgação*, que continuam representando o maior número de ocorrências (42%), os textos que trazem manifestações de repúdio ao Provão ainda são representativos, em termos quantitativos. Em menor número, há reportagens que trazem críticas às mudanças no ensino médio, por parte dos estudantes, e uma reportagem na qual o Conselho Nacional de Educação (CNE) se pronuncia de forma contrária aos abusos no ingresso às instituições de ensino superior (IES). Além das reportagens que ainda se alimentam da popularização da *internet* e do uso da informática nas escolas, há a controversa matéria sobre o projeto de lei proposto por vereador de Goiânia, sugerindo a realização de exame de urina em estudantes como medida para inibir o consumo de drogas (Figura 10).

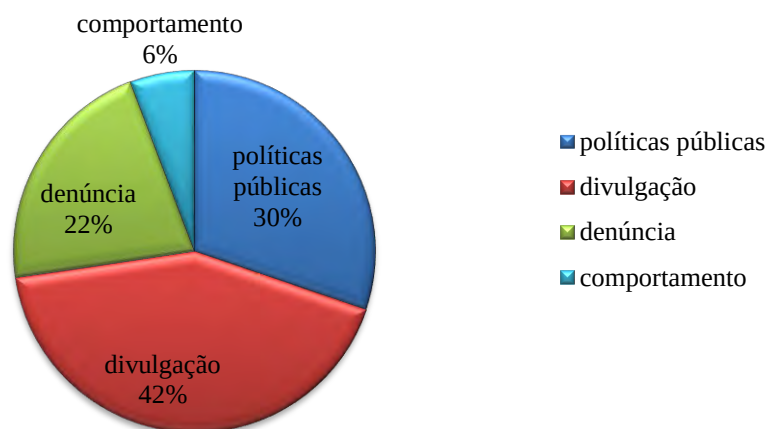


FIGURA 10 – Categorias das reportagens sobre educação publicadas no jornal *O Popular* em 1998

Com uma diferença porcentual ainda menor em relação aos anos anteriores, aparecem as reportagens sobre *políticas públicas* (30%). O governo federal sai à frente em relação ao número de reportagens publicadas nesta categoria, em que são contemplados principalmente assuntos relacionados à universidade. Em uma das reportagens, o presidente FHC garante que não pretende privatizar a universidade, mas outros textos divulgam projetos que aproximam a

educação da economia, como a regulamentação dos cursos sequenciais⁶⁰ no ensino superior, que tem como objetivo atender às exigências do mercado.

Em outra reportagem, vem a informação de que o MEC limitará os gastos anuais com as IES, condicionando a distribuição de recursos ao desempenho da instituição, confirmando a análise de Cury (2001, p. 20), no que se refere à LDB, de que, com a aprovação da nova lei, “o poder controlador do Estado se desloca para a avaliação de resultados e de fins”. Cury afirma que a lei coloca nas mãos da União um poder tão grande que governo algum jamais o obteve, através de uma avaliação sistêmica, sistemática e externa: do rendimento escolar, das instituições de ensino superior e do desempenho do docente. (p. 17).

Ainda como reportagens sobre *políticas públicas* implantadas pelo MEC, é possível citar a reforma do ensino técnico, a reforma do ensino médio, o fim do regime seriado aliado ao fim da reprovação, a criação do Fundescola, a aprovação do projeto que cria a gratificação de estímulo à docência no Magistério Superior (GED)⁶¹, a implantação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e reportagens sobre outras políticas públicas vinculadas à LDB, como a obrigatoriedade de formação superior para professores da educação básica e a aprovação de eleição direta para diretores. A profusão de assuntos relacionados ao MEC transforma o jornal quase em uma agenda do governo federal, demonstrando pouca autonomia na eleição de pautas e interesse reduzido na aproximação dos fatos com a realidade regional ou local.

Em um ano durante o qual o Estado de Goiás teve três governadores diferentes⁶², o jornal *O Popular* quase não se manifestou em relação às políticas públicas da rede estadual de ensino – a reportagem mais relevante trazia a possibilidade da matrícula ser feita por telefone, a partir do ano seguinte. No final do ano, o governador eleito, Marconi Perillo (PSDB), apresentou, por meio de reportagem, algumas propostas de ações nas áreas educacional e social que, segundo ele, receberiam atenção especial em seu governo.

⁶⁰ Os cursos sequenciais no ensino superior, regulamentados em dezembro de 1998, não são considerados cursos de graduação, mas cursos pós-médios, de nível superior. O interessado em cursar esta modalidade de ensino deverá ser portador de certificado de conclusão do ensino médio e poderá optar por uma formação que varia de dois semestres letivos a dois anos letivos. O curso tem destinação coletiva e abrange um campo de saber, isto é, um recorte específico de uma área do conhecimento, ou de suas aplicações, ou de uma área técnico profissional ou, ainda, de uma articulação de elementos de uma ou mais destas. A aprovação neste conjunto de disciplinas ensejaria a obtenção de um certificado. Disponível em: <www.mec.gov.br> Acesso em: 20 dez. 2010.

⁶¹ A Gratificação de Estímulo à Docência no Magistério Superior, aprovada em julho de 1998, foi criada para os ocupantes dos cargos efetivos de professor do 3º grau, lotados e em exercício nas instituições federais de ensino superior vinculadas ao MEC. Os valores atribuídos à gratificação correspondem à pontuação atribuída ao servidor, em função da avaliação de suas atividades na docência, na pesquisa e na extensão.

⁶² O governador em exercício Maguito Vilela (PMDB) deixa o cargo em maio de 1998 para concorrer a uma vaga no Senado. O vice-governador Naphhtali Alves de Sousa (PMDB) assume o cargo para entregá-lo a Helenês Candido (PP) seis meses depois, faltando um mês para terminar o mandato.

Na matéria, o governador afirma já ter recursos assegurados junto ao MEC para implantação dos programas salário escola⁶³, que deveria beneficiar 10 mil crianças no primeiro ano de governo, e bolsa universitária⁶⁴, cujo benefício deveria contemplar 1,5 mil estudantes carentes também no primeiro ano de governo. Além dos dois programas, a reportagem ainda aponta como meta do governo a implantação de escolas profissionalizantes na capital e no interior, sendo que 50 unidades já seriam implantadas no primeiro ano. Esta última medida já antecipa a linha de governo que seria adotada por Marconi Perillo, em consonância com a ideologia neoliberal do governo federal.

Entre as reportagens de *denúncia* (22%) é possível observar perspectivas diferentes acerca da crise na universidade, seja a partir de reportagem divulgando pesquisa que aponta que universidades federais podem entrar em colapso devido ao corte de verbas, seja pela denúncia de que professores de IES no interior não são concursados. Das quatro reportagens que abordam o ensino em escolas rurais⁶⁵ em 1998, três referem-se a denúncias – a outra refere-se a uma reportagem de divulgação de uma escola agrícola financiada pelo governo da Bélgica, que utiliza o método Paulo Freire. As reportagens apontam falta de escolas, falta de verba para o transporte escolar e baixa quantidade de estudantes sem terra.⁶⁶

A cobertura da rede *estadual* de ensino revela falta de vagas, fato que estava obrigando os pais a dormirem nas portas das escolas para garantirem vagas para seus filhos, e cobrança de taxas irregulares. Casos de violência aparecem de forma esporádica nas redes pública e *privada*, enquanto casos envolvendo conduta arbitrária por parte dos estabelecimentos de ensino aparecem exclusivamente em reportagens que contemplam a rede *privada*. As reportagens de *comportamento* indicam uma crise econômica, com matérias que

⁶³ O salário escola tem como objetivo combater a evasão escolar de alunos carentes de 7 a 17 anos matriculados na rede estadual de ensino, mediante pagamento mensal de R\$ 120,00 por família, desde que comprovem a frequência de seus filhos à escola.

⁶⁴ O programa Bolsa Universitária pagava, em 2008, a contribuição de até 250 reais do valor total da mensalidade para estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação em instituições privadas de ensino no estado de Goiás e que não possuem condições de arcar com as mensalidades. Em contrapartida, o aluno presta serviço voluntário em instituições governamentais ou não governamentais, com carga horária compatível com seus afazeres escolares, trabalho e, muitas vezes, de acordo com a sua área de formação. Disponível em: <www.ovg.org.br>. Acesso em: 3 fev. 2011.

⁶⁵ De acordo com o Censo Escolar de 2009, 87% dos alunos (cerca de 34 milhões) estudam em escolas urbanas no Brasil, enquanto 13% (cerca de cinco milhões de alunos) estudam em escolas rurais. No Estado de Goiás, esta divisão é ainda mais desproporcional, com 95% dos alunos (cerca de um milhão de estudantes) matriculados em escolas urbanas e 5% dos alunos (cerca de 52 mil) matriculados em escolas rurais.

⁶⁶ De acordo com reportagem publicada no jornal *O Popular* em 31 de outubro de 2010, algumas secretarias municipais de educação preferem investir em transporte para levar as crianças para escolas localizadas em municípios próximos em vez de construir e manter escolas nas zonas rurais, alegando falta de demanda. Segundo a reportagem, a falta de escolas e a ineficiência do transporte acabam gerando um alto índice de evasão escolar.

abordam o aumento da procura pelo livro didático usado e a migração de alunos da rede privada para a rede pública de ensino. Não foi registrada nenhuma reportagem de *serviço* neste ano.

Mais da metade das reportagens (52%) não remete necessariamente a uma rede de ensino específica. Nos textos onde há esta especificação, prevalece a cobertura da rede *municipal* (18%), seguida pelas redes *estadual* (14%), *privada* (10%) e ensino *federal* (Figura 11).

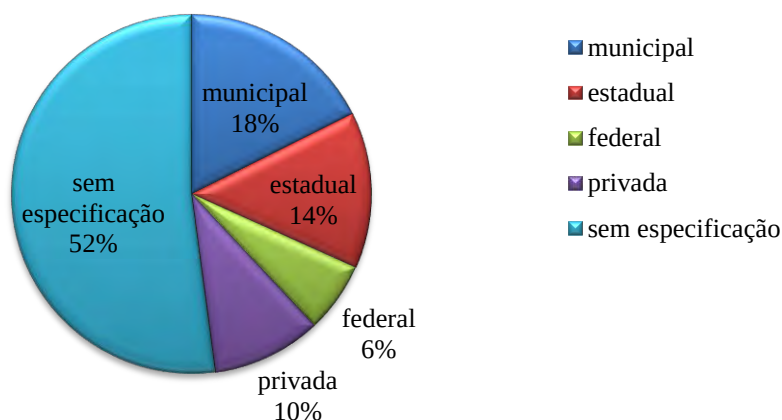


FIGURA 11 – Redes de ensino contempladas nas reportagens sobre educação no jornal *O Popular* em 1998

A publicação de reportagens sobre educação não manteve uma regularidade em 1998, a exemplo dos anos anteriores. Enquanto em fevereiro foram publicadas quatro reportagens, em dezembro foram publicadas 25 – desdobramento de uma cobertura crescente do tema pelo jornal *O Popular* a partir do mês de outubro, quando foram publicadas 15 reportagens abordando o tema, e em novembro, quando foram publicadas 20 reportagens. Vale lembrar que esse período coincide com a sucessão do governo do estado que, como dito anteriormente, apresentou os projetos da SEE nas páginas do jornal (Figura 12).

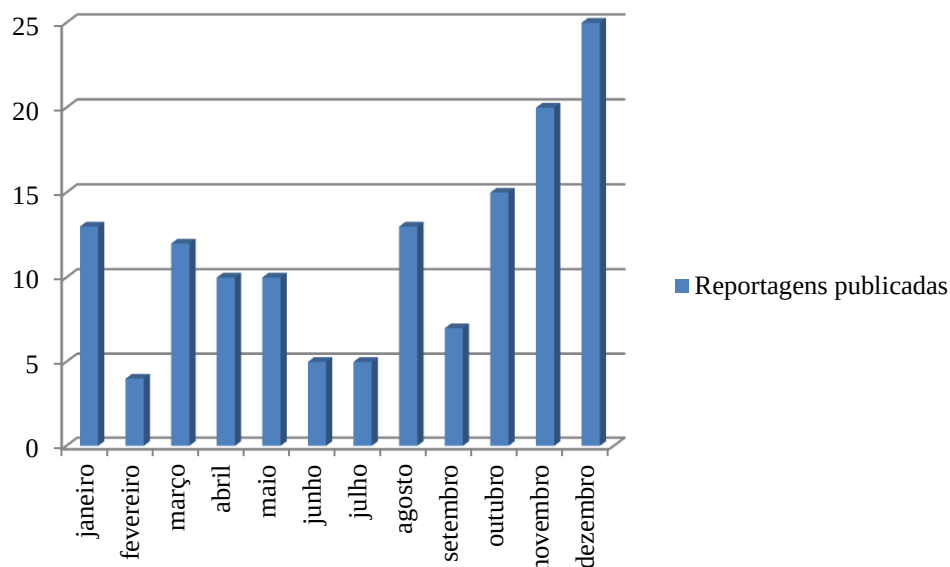


FIGURA 12 – Reportagens sobre educação publicadas no jornal *O Popular* em 1998

- c) **1999** – O levantamento das reportagens publicadas nesse ano mostram número similar de textos de *divulgação* e de cobertura de *políticas públicas* (38%). No primeiro ano do segundo mandato do presidente FHC, que continua tendo como ministro da Educação Paulo Renato Souza, as reportagens de repúdio às políticas educacionais do governo federal diminuem em relação aos anos anteriores. A partir do mês de outubro, o jornal publica duas manifestações negativas à política educacional, uma mais genérica e outra sobre a crítica dos reitores em relação à reforma universitária. Os demais textos de divulgação que remetem ao governo federal são de cunho institucional, ou seja, assuntos pautados provavelmente pelo envio de *releases* pelo próprio ministério, divulgando o Provão, a reforma do ensino médio e a expansão do ensino superior privado – neste último caso, é provável que a fonte não seja oficial ⁶⁷ (Figura13).

⁶⁷ No meio jornalístico, é considerada fonte oficial aquela vinculada a instituições como órgãos governamentais, empresas, institutos de pesquisa, institutos de educação ou qualquer outra instituição representativa de determinada categoria. As fontes não oficiais, ao contrário, são aquelas que, embora tenham conhecimento sobre o assunto pesquisado, ou estejam aptas a emitir juízo de valor sobre determinado assunto, não estão necessariamente vinculadas às instituições. Estas últimas, teoricamente, desfrutam de maior liberdade de expressão, na medida em que não representam formalmente a instituição em questão.

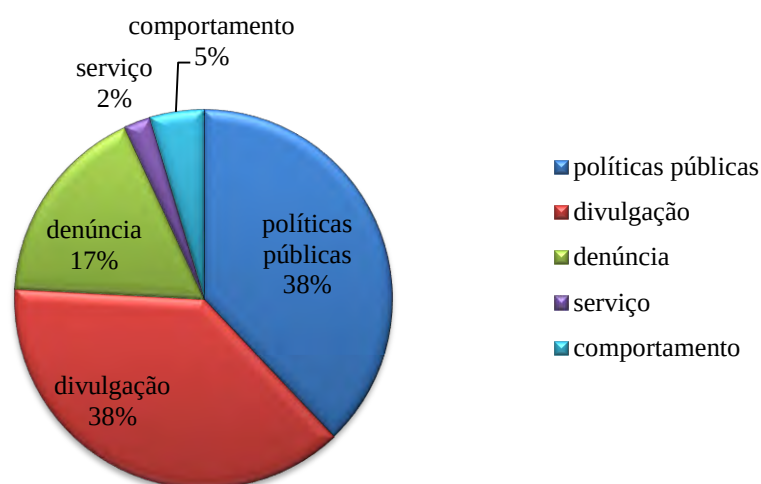


FIGURA 13 – Categorias das reportagens sobre educação publicadas no jornal *O Popular* em 1999

O governo estadual, representado por Marconi Perillo, em seu primeiro mandato, ao lado da secretária de Educação Raquel Figueiredo Teixeira, inicia o ano garantindo que nenhum aluno ficará sem vaga, para, logo em seguida, o jornal divulgar a falta de vagas na rede, problema que vai se repetir no segundo semestre, quando a falta de professores causará o adiamento do início do semestre letivo. O governo começa também a divulgar a Bolsa Universitária. As reportagens sobre o uso da informática na escola ainda aparecem em número significativo, sem especificação de rede, ao lado de matérias que divulgam o declínio da rede privada de ensino, apontado pelo Censo Escolar, e a premiação do projeto da rede municipal contra a evasão escolar, concedida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

Entre as reportagens que abordam *políticas públicas*, aquelas sobre a reforma do ensino médio prevalecem em termos quantitativos. Políticas públicas envolvendo mecanismos de acesso e de permanência nas instituições de ensino superior também aparecem em grande quantidade. Paulo Renato Souza protagoniza pessoalmente algumas destas reportagens – ao longo deste levantamento, várias informações referentes à política educacional do governo federal são publicadas de forma nominal, em referência ao ministro, e não de forma institucional, em referência ao MEC. Em um dos textos, ele apresenta

proposta de autonomia financeira para as IES e, em outro, divulga a reserva compulsória de vagas em IES para alunos oriundos da escola pública.

Ainda na perspectiva de aproximar universidade e mercado, o MEC informa sua intenção de fazer do setor privado o financiador do crédito educativo. Sobre a educação profissional, há reportagem na qual o presidente FHC anuncia assinatura de decreto transformando as escolas técnicas em Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets). Outras políticas públicas do MEC indicam a extinção das delegacias de ensino nos estados, a inserção do regime de ciclos no ensino fundamental, a implantação do ensino infantil em creches e a municipalização da educação. Mais do que a educação, como campo, as disputas pela manutenção da estrutura das relações de força estampam as páginas do jornal. A utilização sistemática de estratégias para aumento de capital no campo político por parte do governo federal – como instituição ou por meio de seus agentes – é explícita e se sobrepõe à questão do debate público e coletivo.

O governador Marconi Perillo concentra suas ações na implantação da Bolsa Universitária e, no rastro do governo federal, anuncia pretensão de firmar parceria com o empresariado para o financiamento das bolsas. A eleição direta para diretores de escolas e a abertura de concurso público para suprimimento de vagas também estão entre as políticas públicas anunciadas pela rede estadual de ensino.

Entre as reportagens de *denúncia* (17%), os textos referentes à rede estadual de ensino prevalecem sobre os demais, provavelmente em virtude da atenção que o governo do Estado atraiu para si ao ocupar de forma contundente os veículos de comunicação de massa. Há denúncias sobre o abandono das escolas, onde há falta de carteiras, falta de professores e falta de vagas. Em outra reportagem, há a notícia de que, embora o Estado tenha realizado concurso público para suprimimento de professores, os aprovados não puderam tomar posse por falta de vagas na rede. Há ainda casos de violência dentro da escola. Além disso, há casos denunciando excesso de alunos em sala de aula, a existência de escolas irregulares, a suspensão da merenda escolar por falta de pagamento e fraudes envolvendo a Bolsa Universitária. Outros casos de fraude recorrentes nas páginas do jornal dizem respeito ao Fundef.

Caixeta observa que o caso do Fundef é a constatação de que nem sempre os números correspondem à realidade – referindo-se ao “inequívoco progresso” apresentado pelos dados que revelam o aumento do número de alunos matriculados no ensino fundamental –, lembrando os vários episódios em que “municípios e estados caíram na tentação de inflar os números com o objetivo de engordar seus repasses, não apenas reduzindo a qualidade das

estatísticas, mas gerando distorção na alocação de recursos” (CAIXETA, 2002, p. 564). A autora lembra que, no caso do Fundef, os repasses são vinculados ao número de alunos matriculados na rede escolar, matemática que acabou dando origem a uma série de desvios dos recursos.

As reportagens de *comportamento* (5%) trazem a inusitada exigência dos pais de alunos de uma escola municipal de Goiânia para que o recreio seja suspenso, como forma de evitar que as crianças sujem o uniforme, e uma matéria sobre a evasão de alunos da rede *privada*. Na categoria das reportagens de *serviço* (2%), há chamadas para estágios, para inscrição à Bolsa Universitária e uma reportagem sobre legislação acerca da mensalidade escolar.

Mais uma vez, as reportagens que não trazem especificação de rede (41%) são maioria (gráfico 14). Em seguida, vêm as redes *estadual* (32%), *municipal* (12%), *privada* (10%) e *federal* (5%).

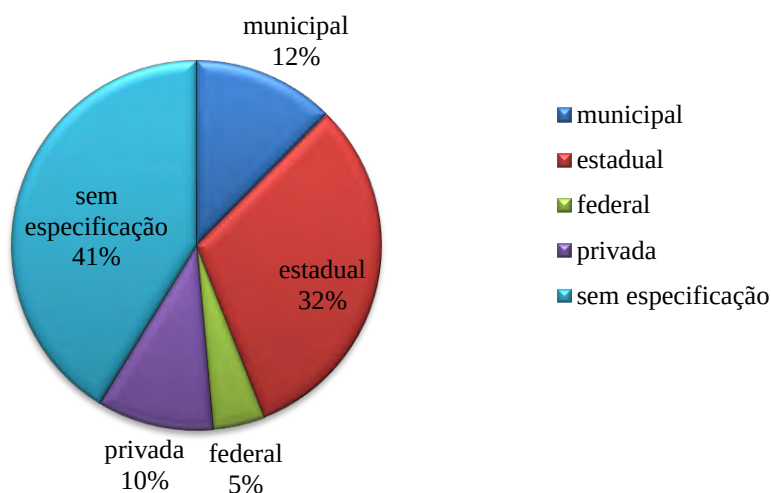


FIGURA 14 – Redes de ensino contempladas nas reportagens sobre educação do jornal *O Popular* em 1999

Com uma média de 11 reportagens sobre educação publicadas por mês, o jornal *O Popular* só apresentou variação nos dois primeiros meses do ano, quando foram publicadas, respectivamente, 26 e 20 reportagens, e em dezembro, quando foram publicadas 26 reportagens (Figura 15).

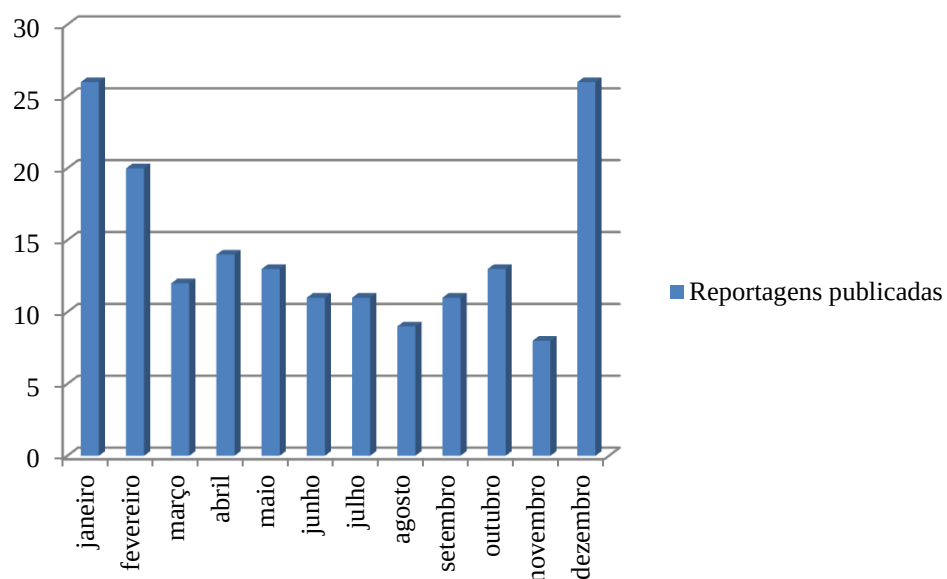


FIGURA 15 – Reportagens sobre educação publicadas no jornal O Popular em 1999

- d) 2000** – Pela primeira vez em seis anos, a cobertura do jornal *O Popular* é focada principalmente em *políticas públicas* de governo, representadas em 43% das ocorrências. O MEC aparece como uma das fontes mais recorrentes, principalmente no que diz respeito à questão dos mecanismos de avaliação impostos pelo ministério e à divulgação de projetos institucionais da pasta. A distribuição e o corte de verbas para a educação também são assuntos bastante explorados, enquanto os outros temas – violência e segurança nas escolas, qualificação de professores, matrícula e distribuição de vagas, combate à evasão escolar e merenda escolar, entre outros - aparecem de forma esparsa (Figura 16).

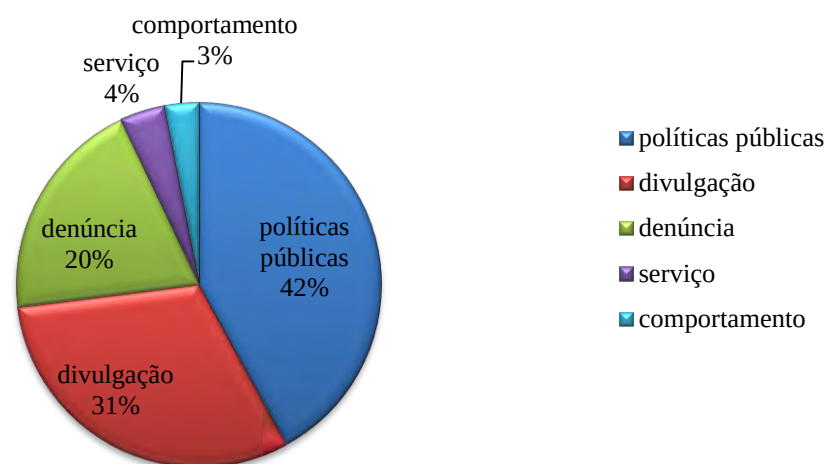


FIGURA 16 – Categorias das reportagens sobre educação publicadas no jornal O Popular em 2000

Em segundo lugar, aparecem as reportagens de *divulgação* (32%), em grande parte em decorrência da realização da primeira edição do Pensar XXI, evento voltado para a discussão da educação, promovido pelo jornal *O Popular* anualmente, durante o mês de outubro⁶⁸. De acordo com matéria de divulgação publicada no jornal, o congresso conta com palestras e minicursos, além de uma feira de educação, com estandes de produtos e serviços na área educacional. Segundo o jornal, o seu principal objetivo é “contribuir no planejamento das ações educacionais, propiciando a oportunidade de discutir a educação em seus diferentes níveis, sob a ótica das grandes transformações do conhecimento tecnológico”.

Além da divulgação do calendário e da programação do evento, as reportagens trazem resultados de pesquisas sobre os mais variados temas apresentados pelos palestrantes que participam do Pensar XXI – a divulgação de pesquisas que não estejam relacionadas ao evento, no jornal, é irrelevante em termos quantitativos. A distância que separa o jornal da universidade pode ser mensurada em termos quantitativos, mas também se reflete na qualidade das reportagens do jornal. Construídos com base em fatos isolados, os textos quase sempre se encerram em determinado acontecimento, sem que haja preocupação com as causas e consequências desse fato, gerando uma leitura descontextualizada que impede o debate público e uma possível mudança no quadro vigente.

⁶⁸ Em 2010, o evento foi realizado em junho, marcando a mudança no calendário do evento.

Em terceiro lugar, com a metade das ocorrências do assunto mais abordado – as *políticas públicas* –, vem as reportagens de *denúncia* (20%). As fraudes e o descaso envolvendo merenda escolar se destacam pelo número de ocorrências. Casos de fraude relacionados ao Fundef também aparecem em grande quantidade, seguidos de assuntos variados, que vão desde problemas de falta de estrutura nas escolas até falta de vagas e cursinhos fantasmas. Depois, aparecem as reportagens de *serviço* (4%), trazendo calendários de matrícula, informações sobre cursos e matérias relacionadas ao consumo, como preço de material escolar e valor de mensalidades. Por último, em menor número, vem as reportagens de *comportamento* (3%), com abordagem genérica de temas como qualidade, liberdade, disciplina, estágio etc.

No que diz respeito às redes de ensino contempladas nas reportagens, não é possível fazer essa identificação em mais da metade dos textos publicados (54%). Entre os registros, há exemplos de reportagens muito específicas, como o caso do procurador que reivindicava educação domiciliar para seus filhos, e as reportagens sobre o Pensar XXI – estas últimas, com expressivo percentual quantitativo em relação ao material levantado. A cobertura da rede *estadual* corresponde a 27% das reportagens, enquanto a rede *municipal* é contemplada em 14% dos textos. Matérias que abordam a rede *privada* aparecem em 4% das ocorrências, seguidas das reportagens que contemplam a rede *federal*, com um ponto percentual (Figura 17).

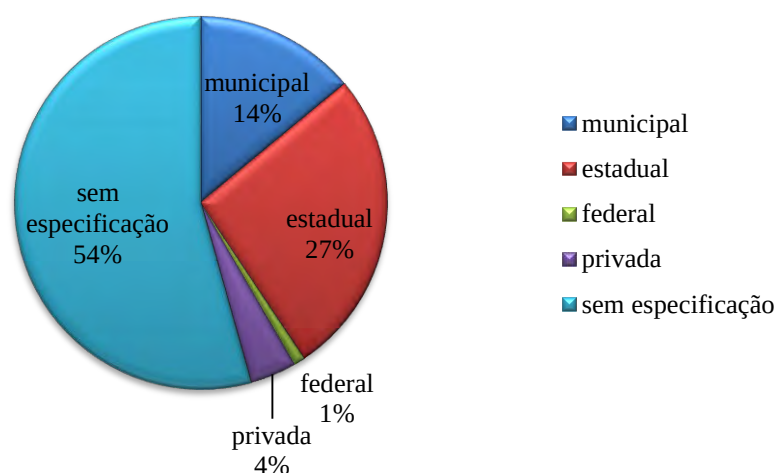


FIGURA 17 – Redes de ensino contempladas nas reportagens sobre educação no jornal O Popular em 1995

O jornal *O Popular* publicou, no ano de 2000, uma média de 20 reportagens sobre educação por mês. No mês de outubro, quando foi realizada a primeira edição do Pensar XXI, foram publicadas 78 reportagens sobre o tema, das quais 56 em um caderno dedicado ao evento, publicado no dia 5. No extremo oposto, é possível observar uma abordagem mais restrita no mês de julho, quando foram publicadas 11 reportagens sobre educação (Figura 18). Embora o jornal *O Popular* pretenda demonstrar preocupação com o campo da educação, por meio de evento dedicado à discussão do tema e da publicação de um caderno especial, fica clara a importância do anunciante em relação ao teor e tratamento do assunto. Geralmente, a publicação desses cadernos especiais é precedida de um intenso trabalho do departamento comercial do veículo, que busca angariar o maior número de anunciantes possíveis, na tentativa de viabilizar a empreitada.

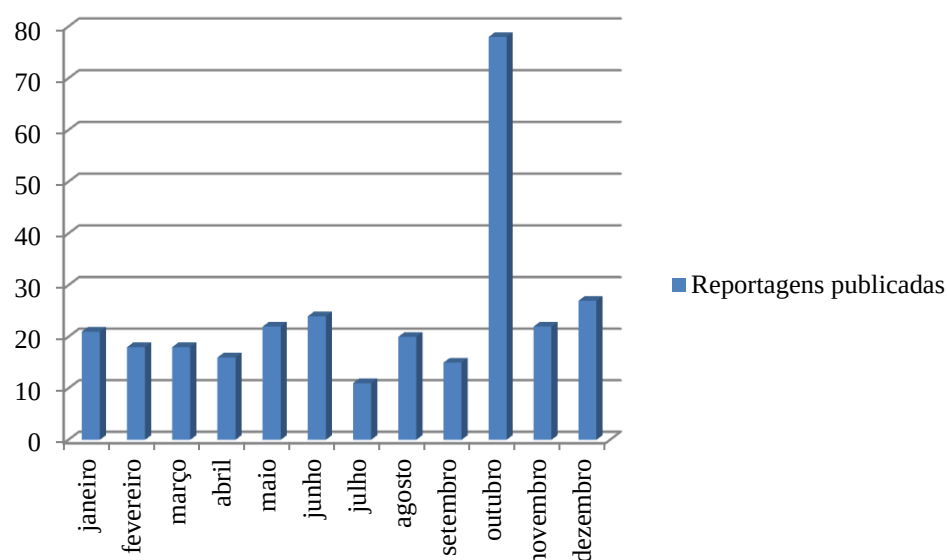


FIGURA 18 – Reportagens sobre educação publicadas no jornal *O Popular* em 2000

- e) **2001** – As reportagens de *divulgação* têm seu recorde de ocorrências nesse ano, perfazendo o total de 60% dos textos sobre educação publicados no jornal. Embora tenha sido realizada a segunda edição do Pensar XXI, o jornal não investiu de forma intensiva na divulgação do evento, em comparação à mobilização feita no ano anterior, quando foi publicado um caderno sobre o seminário, provavelmente em virtude na inviabilidade financeira da publicação. O que mais chama a atenção é a

grande quantidade de matérias sobre programas do governo estadual⁶⁹ e a divulgação de ações da SEE. A greve dos professores da rede *estadual* de ensino, que durou quatro meses – do início de junho ao final de setembro –, também foi assunto de várias edições, bem como a greve das universidades federais – ocorrida do final de setembro ao final de outubro –, estas últimas registradas em menor número de reportagens (Figura 19).

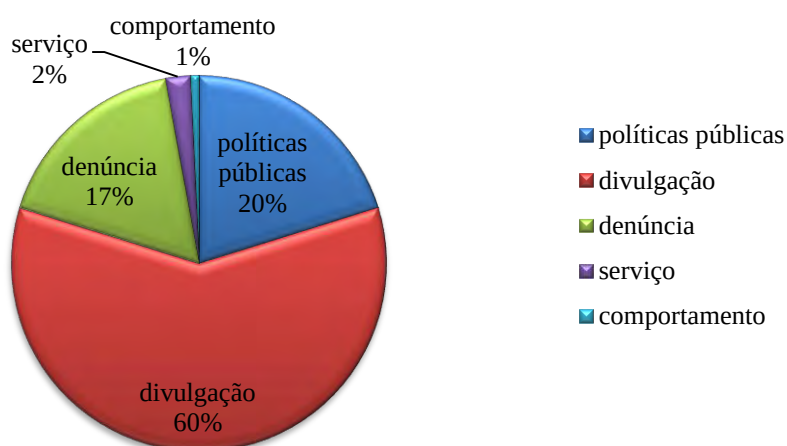


FIGURA 19 – Categorias das reportagens sobre educação publicadas no jornal *O Popular* em 2001

No âmbito do governo federal, o Provão ganha destaque entre as reportagens de divulgação e não há mais registro de manifestações contrárias à política de avaliação dos cursos superiores, indicando uma certa acomodação por parte da sociedade e da própria universidade. Reportagens sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)⁷⁰ também aparecem em quantidade considerável, ao lado de textos que revelam o aumento do número de vagas no ensino superior. Denúncias de fraudes envolvendo o MEC culminam na divulgação do afastamento do chefe de gabinete do ministério, por deslizes éticos no CNE, no

⁶⁹ Entre os programas mais citados destacam-se o Escreve Goiás, o Projeto Avançar, a Bolsa Universitária, o Supletivo e o Projeto Se Liga.

⁷⁰ O Enem é uma proposta do governo federal para a unificação do processo seletivo (vestibular) e pode ser utilizado pelas instituições de ensino superior como forma de seleção unificada nos processos seletivos das universidades públicas federais. A proposta tem como principais objetivos democratizar as oportunidades de acesso às vagas federais de ensino superior, possibilitar a mobilidade acadêmica e induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio. Disponível em: <www.enem.inep.gov.br>. Acesso em: 5 fev. 2011.

mês de maio⁷¹. Além da divulgação da realização do congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Goiânia, há várias reportagens sobre mensalidade escolar, e começam a surgir as primeiras reportagens sobre exclusão digital, no rastro da informatização escolar e da popularização da *internet*, já consolidada em 2001.

A informatização também está presente nas reportagens sobre *políticas públicas* (20%), com a proposta do Ministério das Comunicações de informatizar escolas, medida também anunciada pela Secretaria Municipal de Educação, cuja titular é Walderês Nunes Loureiro, em gestão do prefeito Pedro Wilson (PT)⁷². Em seu primeiro ano de mandato, o prefeito divulga, pelas páginas do jornal, no início do ano, seus projetos para a pasta. Em outubro, a SME anuncia reajuste salarial para os professores da rede – a medida também é adotada pela Secretaria Estadual de Educação – e, posteriormente, anuncia a implantação do sistema de ciclos.

Ainda no início do ano, FHC veta o aumento de gastos com a educação⁷³ – paradoxalmente, o MEC lança fundo para financiamento de projetos na área. Outra contradição pode ser observada no que diz respeito aos cursos de pós-graduação *strictu sensu* oferecidos por instituições estrangeiras, fechados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e, posteriormente, submetidos à tentativa de regularização pelo MEC. Também propostas pelo MEC, estão as alterações das regras para a educação superior, mudanças no Provão, e o lançamento de um projeto para aproximar os pais da escola, proposto “pessoalmente” por Souza. No âmbito estadual, é anunciado o início do curso de licenciatura para professores da rede básica na Universidade Estadual de Goiás (UEG), atendendo a orientação da LDB de que a formação em nível superior deve ser requisito para a atuação profissional na educação básica, além da implantação do programa de bonificação para professores por bom desempenho.

Na categoria de reportagens de *denúncia* (17%), destaca-se a rede municipal de ensino. No primeiro ano da gestão de Pedro Wilson são registrados problemas como falta de vagas, ensino infantil e creches irregulares, pagamentos atrasados, falta de merenda nas escolas em virtude de suspensão de recursos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e risco de perda de recursos pela não prestação de contas ao Programa

⁷¹ O chefe de gabinete do MEC, Edson Machado, foi destituído pelo ministro Paulo Renato Souza após reportagem intitulada “Ação entre amigos”, publicada pela revista Veja em 02/05/2001, sobre tráfico de influências para garantir autorização de funcionamento do Instituto de Educação Superior de Brasília (Iesb), de propriedade de Eda Machado, mulher de Edson Machado.

⁷² Pedro Wilson foi eleito no pleito de 2000 e exerceu o mandato de 01/01/2001 a 31/12/2004.

⁷³ O Plano Nacional de Educação (PNE) foi aprovado em 2001 com nove vetos, sobretudo nos itens que tratavam de aumento de recursos para a educação.

Dinheiro Direto na Escola (PDDE). A rede *estadual* de ensino apresenta superlotação em salas de aula e fraudes envolvendo merenda escolar. Ainda há denúncias sobre um esquema de venda de certificados falsos na cidade de Jataí, sobre a evasão escolar na UFG e acerca das escolas da rede *privada* que não se adequam aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Casos de violência na escola também chamam a atenção pelo número de ocorrências.

Entre as reportagens de *serviço* (2%), há chamadas para o cadastramento para o Programa de Financiamento Estudantil (Fies), para o supletivo da rede estadual de ensino, para o vestibular da UEG em Ipameri, para o Provão, além de uma reportagem divulgando o calendário da UFG após a greve. As reportagens de *comportamento*, que somam 1% do total, trazem reportagens sobre pós-graduação e sobre informática.

Novamente, as reportagens *sem especificação* de rede prevalecem (42%), seguidas pelas reportagens que contemplam as redes *estadual* (29%), *municipal* (14%), *federal* (8%) e *privada* (7%), conforme Figura 20.

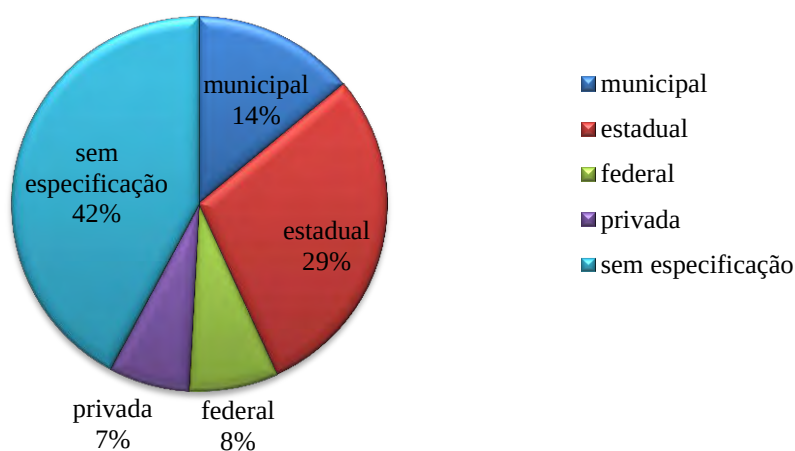


FIGURA 20 – Redes de ensino contempladas nas reportagens sobre educação no jornal *O Popular* em 2001

Com uma média de 20 reportagens sobre educação publicadas ao mês, é possível observar uma concentração maior de textos nos meses de maio, agosto e outubro – este último, o mês de realização do Pensar XXI –, quando foram publicadas cerca de 30 reportagens ao mês, e uma concentração menor nos meses de março, abril, junho e setembro, quando foram publicadas, em média, 15 reportagens ao mês (Figura 21).

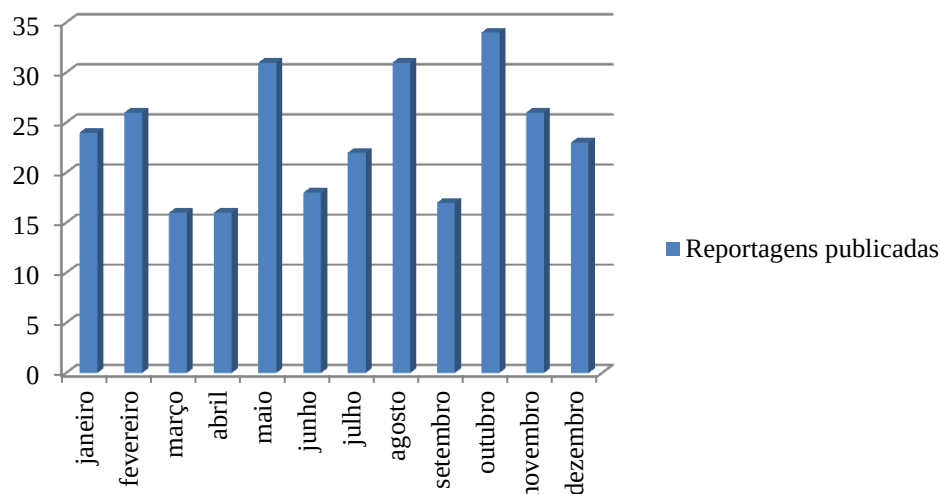


FIGURA 21 – Reportagens sobre educação publicadas no jornal O Popular em 2001

- f) **2002** – Ainda com grande percentual, as reportagens de *divulgação* (53%) colocam em destaque o governo estadual que, neste ano, teve como secretária estadual de Educação, Eliana França Carneiro⁷⁴. Os projetos desenvolvidos pela pasta tiveram ampla divulgação pelas páginas do jornal. O Pensar XXI, em sua terceira edição, também recebeu boa cobertura do veículo, perfazendo quase 30% do total das reportagens de *divulgação*. O MEC, usualmente contemplado com grande número de reportagens, teve matérias praticamente restritas à divulgação do Provão. Nos âmbitos municipal e estadual, as reportagens sobre falta de vagas deu lugar a reportagens revelando vagas ociosas em ambas as redes (Figura 22).

⁷⁴ Raquel Figueiredo Teixeira, que até então era a secretária de Educação do governo Marconi Perillo, afastou-se da SEE em seu último ano de mandato para disputar o cargo de deputada federal nas eleições.

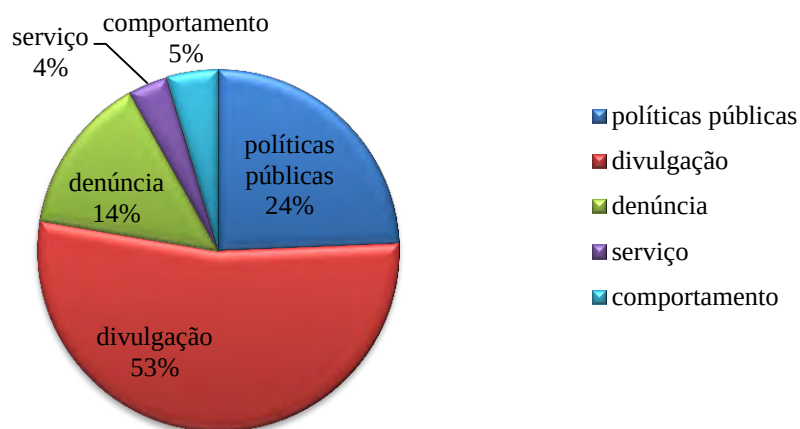


FIGURA 22 – Categorias das reportagens sobre educação publicadas no jornal *O Popular* em 2002

Alternativas aos problemas envolvendo merenda escolar, como o cultivo de hortas em escolas para complementação de lanche e o lançamento de um *software* para controle de merenda escolar também foram registradas entre as reportagens de *divulgação*. Já a rede *privada* de ensino, que durante algum tempo assistiu a evasão de seus alunos, demonstrou ter revertido a situação, com o aumento do número de matrículas e aumento do número de unidades de ensino. As faculdades privadas apresentaram como novidade a realização de vários exames vestibulares ao ano.

Entre as reportagens sobre *políticas públicas* (24%), percebe-se a repercussão do aumento de instituições de ensino superior autorizado pelo MEC, como a explosão de cursos de Direito no país e a proibição de matrícula sem a conclusão do ensino médio, medida que vinha sendo concedida a diversos estudantes que apelavam à Justiça. Outras políticas públicas implantadas pelo MEC referem-se à validação do Enem no mercado de trabalho, à realização do Provão para cursos supletivos e à contratação de professores para as universidades federais, além da municipalização do ensino. Na rede *estadual* de ensino, o governo opta pelo corte de verbas e suspende a bolsa-escola⁷⁵ para 60 mil crianças. Em um

⁷⁵ Lançado em 2001 pelo governo federal, o programa foi implantado inicialmente nos anos 1990 pela prefeitura de Campinas, sob gestão do PSDB, e pelo governo petista do Distrito Federal. O bolsa-escola é concedido a famílias cuja renda mensal *per capita* seja de até 90 reais bolsas, perfazendo 15 reais para cada criança com

ano marcado por vários casos de violência escolar, a Polícia Militar cria a patrulha escolar e as escolas da rede *estadual* implantam vigilância eletrônica e catraca nas escolas da rede.

Ao restringir a abordagem dos casos de violência escolar ao relato dos fatos e à medida adotada pela polícia, o jornal perde a oportunidade de discutir o assunto de maneira contextualizada, trazendo o assunto para uma perspectiva local. A publicação da notícia local não encerra em si a discussão do assunto, que deve abrigar outras vozes que não aquelas envolvidas diretamente no episódio, mas que estejam de alguma maneira relacionadas ao assunto. Ouvir as famílias e escolas envolvidas, buscar pesquisas acadêmicas sobre o tema e consultar organizações não governamentais ligadas à questão da violência seriam apenas algumas das alternativas possíveis para que o tratamento do tema se desse de forma menos maniqueísta. Nestes casos, é muito comum que a reportagem seja produzida apenas com base na ocorrência policial, o que torna o texto arbitrário.

As reportagens de *denúncia* (14%) revelam casos de violência, registrados em todas as redes de ensino, incluindo escolas do interior do estado. São casos de alunos flagrados com armas nas escolas – um deles, baleado por um policial militar – e ainda casos de estudantes mortos a tiros ou facadas por colegas de classe. Os outros casos de *denúncia* revelam crianças sem creche em Goiânia, matrícula de estudantes em instituições de ensino superior particulares sem certificado de conclusão do ensino médio, cancelamento de cinco mil cartões do bolsa-escola devido a pane no sistema, dificuldades de estudantes para receber o Fies e falta de professores na rede estadual de ensino.

As reportagens de *comportamento* (5%) também exploram o tema da violência nas escolas e trazem textos sobre Educação à Distância (EAD) e sobre as aulas-show⁷⁶ que acontecem nos cursinhos, ao passo que as reportagens de *serviço* (4%) trazem matérias sobre calendários de matrícula, chamadas para inscrições em cursinhos públicos e para o Enem, e sobre linha de crédito aberta pela Caixa Econômica Federal para a compra de material escolar.

Depois das reportagens *sem especificação* de rede (52%), aquelas referentes à rede *estadual* de ensino são as mais numerosas (26%), seguidas pelas redes *municipal* (12%), *privada* (6%) e *federal* (3%), conforme Figura 23.

idade entre seis e 15 anos matriculada e assídua no ensino fundamental. O valor máximo da bolsa é de 45 reais. O dinheiro é retirado por meio de cartão magnético, preferencialmente pelas mães.

⁷⁶ As aulas-show são caracterizadas por atuação performática do professor, onde as técnicas para chamar atenção dos alunos se sobrepõem ao conteúdo didático.

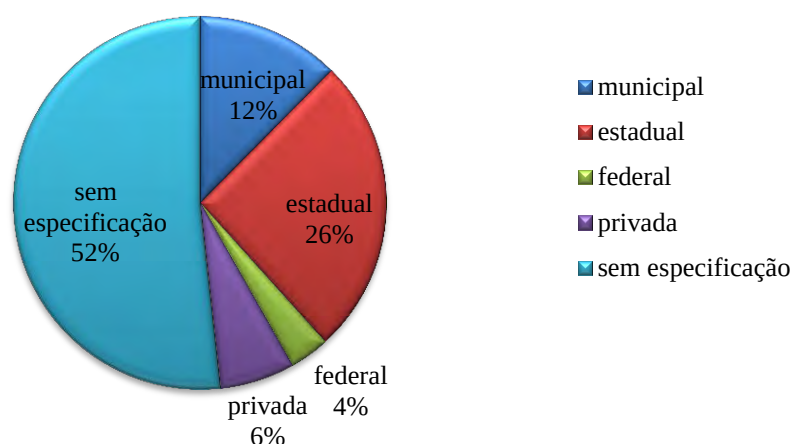


FIGURA 23 – Redes de ensino contempladas nas reportagens sobre educação publicadas no jornal *O Popular* em 2002

Mais uma vez, a realização do congresso Pensar XXI concentra o maior número de reportagens sobre educação publicadas no jornal. Durante o mês de abril, foram publicadas cerca de 25 reportagens. Os meses com menor número de publicações foram fevereiro, março, novembro e dezembro, com uma média de oito reportagens por mês. Em média, o jornal publicou 15 reportagens por mês (Figura 24).

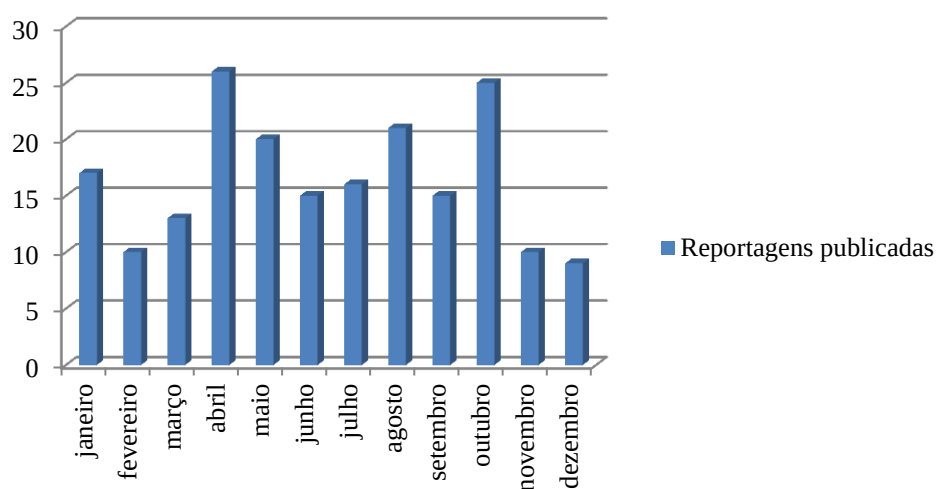


FIGURA 24 – Reportagens sobre educação publicadas no jornal *O Popular* em 2002

3.2.3. A informação jornalística e a influência governamental na pauta educacional

Ao fazer uma análise geral do período que vai de 1995 a 2002 no jornal *O Popular*, no que diz respeito à publicação de reportagens sobre educação, é possível perceber que, embora as reportagens classificadas como de *divulgação* prevaleçam em relação às demais – a única exceção foi observada no ano de 2000, quando as reportagens sobre *políticas públicas* superaram as de *divulgação* –, pode-se dizer que o tema *políticas públicas* seja o mais explorado pelo jornal, pois grande parte das reportagens de divulgação remete às medidas governamentais tomadas em relação à educação, sobretudo no âmbito do governo federal, seja na forma de repercussão, comentários ou de simples apresentação ao público leitor⁷⁷.

O governo federal, representado neste estudo pelo MEC, é a fonte mais recorrente do jornal e, não raro, o ministro Paulo Renato Souza protagoniza as reportagens, dando um tratamento mais pessoal e menos institucional às informações. O presidente Fernando Henrique Cardoso também lança mão deste artifício em algumas reportagens, mas de forma mais tímida que o ministro. A sistematização dos dados revela certa dependência do jornal em relação ao poder público – portanto, a uma instância oficial – para a produção de pautas. Não há autonomia na abordagem dos fatos, prevalecendo a reprodução da informação recebida em detrimento da análise.

Apesar da ampla cobertura que recebeu, o governo FHC, em seu primeiro mandato (1995-1998), desencadeou um grande número de reportagens de repúdio às suas políticas educacionais, principalmente no âmbito das universidades, instituições de cunho também oficial – que passaram a vivenciar uma profunda crise institucional. A partir do segundo mandato (1999-2002), diminuem as reportagens de cunho negativo em relação às políticas públicas de FHC, revelando certa acomodação por parte dos grupos ligados à educação e do próprio jornal (Tabela 1).

⁷⁷ Para efeito de classificação por categorias de reportagem, considera-se reportagem de *política pública* aquela que trata de sua implementação – a discussão prévia, o desdobramento e as consequências das políticas encaixam-se na categoria de reportagens de *divulgação*.

TABELA 1 – PORCENTUAIS DAS CATEGORIAS DAS REPORTAGENS SOBRE EDUCAÇÃO PUBLICADAS NO JORNAL O POPULAR (1995/2002)

	DIVULGAÇÃO	POLÍTICAS PÚBLICAS	DENÚNCIA	COMPORTAMENTO	SERVIÇO
1995	55	29	9	6	1
1996	52	26	14	7	1
1997	48	32	15	3	2
1998	42	30	22	6	-
1999	38	38	17	5	2
2000	31	42	20	3	4
2001	60	20	17	1	2
2002	53	24	14	5	4
MÉDIA	47,5	30	16	4,5	2

Com presença marcante nas páginas do jornal, o governo federal faz das reportagens nas quais não é possível especificar a rede de ensino a que se refere as mais recorrentes, já que muitas das políticas públicas não se restringem a determinada rede, mas a todas, de forma genérica, salvo nos casos em que as medidas são específicas (Figura 25).

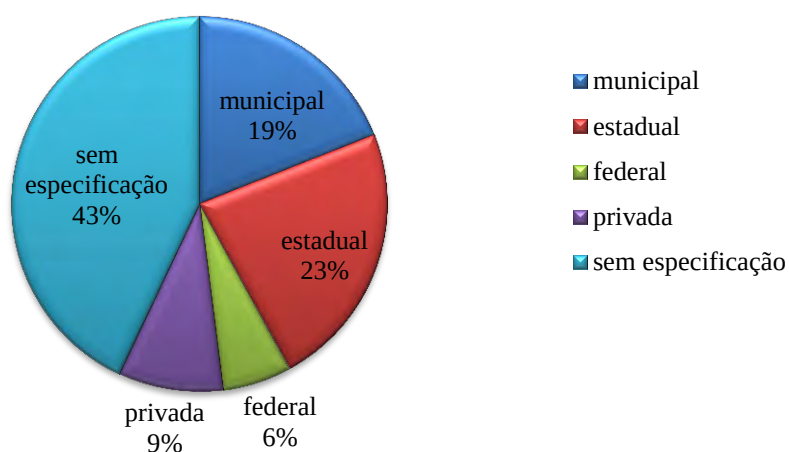


FIGURA 25 – Redes de ensino contempladas nas reportagens sobre educação publicadas no jornal *O Popular* durante governo FHC (1995-2002)

Em uma perspectiva local, percebe-se certo equilíbrio na produção de reportagens sobre educação. As redes *municipal* e *estadual* de ensino são as mais exploradas do ponto de vista jornalístico, com discreta vantagem da rede *municipal* em relação à rede *estadual* nos quatro primeiros anos de levantamento. A partir de 1999, com o início do governo Marconi Perillo, a situação se inverte. A cobertura da rede *estadual* quase dobra em relação à cobertura da rede *municipal* de ensino. A rede *privada* e a rede *federal* (denominação usada para universidades federais e centros federais de educação tecnológica) alternam-se em número de reportagens publicadas, com pequena diferença porcentual (Tabela 2).

TABELA 2 –PORCENTUAIS DAS REDES DE ENSINO CONTEMPLADAS NAS REPORTAGENS SOBRE EDUCAÇÃO PUBLICADAS NO JORNAL O POPULAR (1995/2002)

	MUNICIPAL	ESTADUAL	FEDERAL	PRIVADA	SEM ESPECIFICAÇÃO
1995	32	25	7	12	24
1996	20	13	13	15	39
1997	32	14	7	7	40
1998	18	14	6	10	52
1999	12	32	5	10	41
2000	14	27	1	4	54
2001	14	29	8	7	42
2002	12	26	4	6	52
MÉDIA	19	22,5	6,5	9	43

A rede *privada* de ensino também apresenta suas particularidades. Geralmente vinculadas a reportagens de *denúncia*, as escolas e faculdades particulares aparecem como instituições arbitrárias, cuja principal preocupação é financeira. Poucas reportagens abordando temas referentes à educação remetem à rede *privada* de ensino que, nos oito anos pesquisados, apresenta crescimento vertiginoso, sobretudo no âmbito da educação superior. Pode-se intuir que, nos casos específicos em que a abordagem recai sobre as instituições particulares, sejam as famílias dos estudantes que detêm maior capital no campo e, por isso, exerçam maior influência junto ao jornal, uma vez que o veículo é notadamente voltado para os interesses da classe dominante, reproduzindo a estrutura das relações de força por meio da abordagem das reportagens publicadas.

A categoria de reportagens de *denúncia* é a terceira mais recorrente, perfazendo cerca de 16% do total, seguida pelas categorias reportagem de *comportamento* e de *serviço*, que não ultrapassam 5% do total de textos publicados cada (Figura 26).

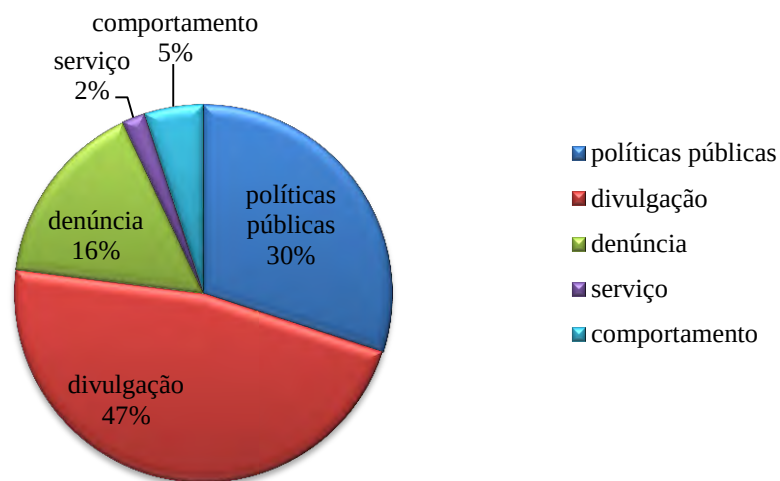


FIGURA 26 – Categorias das reportagens sobre educação publicadas no jornal *O Popular* (1995 - 2002)

O número de reportagens publicadas ao mês no jornal não segue um padrão específico e gira em torno de 15 reportagens mensais, apesar das variações – houve um mês em que foram publicadas quatro reportagens sobre educação (fevereiro de 1998) e outro em que foram publicadas 78 reportagens, em outubro de 2000, quando foi realizada a primeira edição do *Pensar XXI*, evento promovido pelo jornal (Figura 27). Os números remetem à dependência das pautas externas, já que não há uma periodicidade padronizada na publicação das reportagens, indicando que o número de textos produzidos depende da manifestação de interesses que, em primeira instância, não são necessariamente nem os do jornal, nem os da população a quem se destina a notícia.

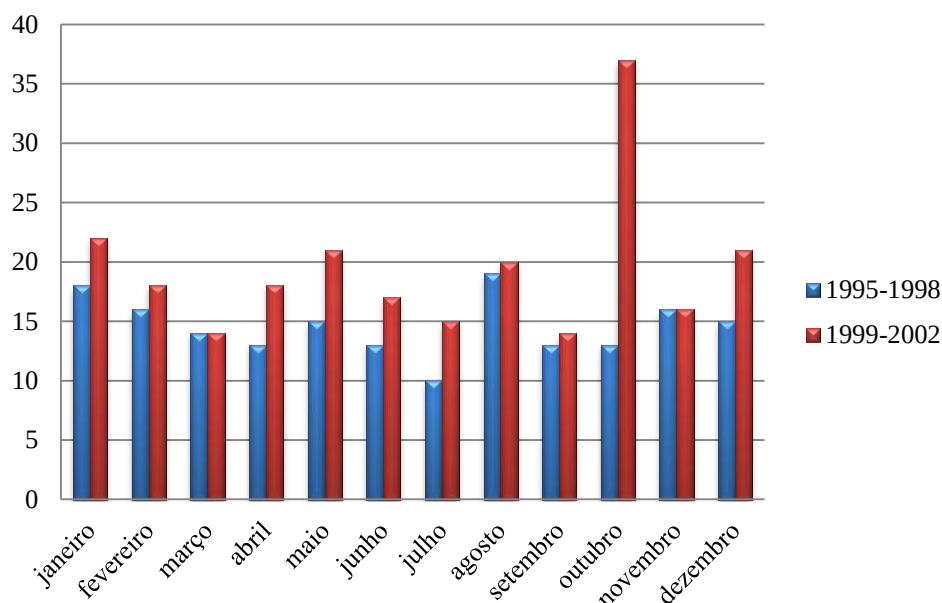


FIGURA 27 – Reportagens sobre educação publicadas no jornal *O Popular* (1995 - 2002)

O quadro político traçado para efeito de análise (ver Anexo) dos dados levantados, aparentemente, demonstra certa despreocupação dos governos em utilizar o jornal como canal de comunicação com a sociedade. À exceção do governo federal, por meio do presidente da República, mas principalmente por meio do ministro da Educação e do governo Marconi Perillo, os governantes ou seus programas de governo não ganham destaque em meio a reportagens de denúncia, comportamento ou serviço. As pesquisas sobre educação também não são exploradas a contento, revelando a distância existente entre a academia e a imprensa – na maioria dos casos, as pesquisas divulgadas são provenientes de instituições ou institutos de pesquisa, muitas vezes ligados aos governos.

Apesar de o jornal *O Popular* ser um jornal local que publica reportagens sobre educação tanto quanto os grandes veículos – se levarmos em consideração a pesquisa Mídia & Educação (2000), que aponta que os jornais de circulação nacional também registram a ocorrência média de 15 reportagens mensais sobre o assunto –, a divulgação do campo da educação ainda prioriza o formato de texto informativo, em prejuízo de reportagens analíticas e de repercussão. É fato que o domínio das estatísticas nos veículos de comunicação como um todo impera nos veículos brasileiros, trazendo como resultado uma cobertura com forte viés quantitativo. Somada a atração dos jornais pelos números à constante influência dos órgãos oficiais na pauta do jornalismo de educação, tem-se este resultado amplificado. No

caso do governo federal, essa articulação do poder junto à imprensa é nítida, a ponto de fazer do jornal *O Popular*, com muita frequência, um veículo de repercussão das políticas públicas nacionais.

Nos casos em que o factual local ganha destaque, é possível perceber uma atuação política enfática, como no caso do governo Marconi Perillo, que governou o estado de Goiás de 1999 a 2002 e, neste período, conseguiu redobrar as atenções da imprensa local para a sua gestão, repercutindo seu prestígio por meio do número de reportagens publicadas sobre os projetos do governo, sem, contudo, obscurecer a atuação do Ministério da Educação. Paradoxalmente, os meses em que mais reportagens sobre o campo da educação foram publicadas referem-se aos períodos em que o Pensar XXI, evento promovido pelo próprio jornal, foi realizado.

A divulgação realizada pelo jornal, entretanto, só ganha relevância na análise quantitativa das publicações, já que a maioria das reportagens vinculadas ao evento são extremamente genéricas – as abordagens vão desde a questão da cidadania até o excesso de liberdade nas escolas, passando por assuntos como formação humanística e uso de tecnologias, temas que caberiam melhor em revistas acadêmicas, para uma discussão mais aprofundada e contextualizada, ou em cadernos de variedades, no formato superficial em que se apresentam, até mesmo em consequência do espaço reservado a este tipo de reportagem nos veículos de comunicação. A ausência de uma metodologia de publicação, revelada por uma produção quase aleatória, marcada por concentração de ocorrências de reportagens em determinados meses do ano e quase inexistência em outros, demonstra uma dependência do jornal *O Popular* em relação às fontes externas e revela pouco esforço investigativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada para essa dissertação de mestrado mostrou que o interesse pela cobertura do campo da educação pelos meios de comunicação de massa no Brasil é uma manifestação recente, verificada a partir do final da década de 1990, e sua consolidação ainda está por vir. Como todo movimento que se inicia, o processo de apreensão do tema pela mídia não vem se dando de maneira uniforme e varia de acordo com a conjuntura política, econômica e social do país, bem como com o tipo de veículo que se dispõe a fazer a cobertura do campo, com sua respectiva linguagem, os seus modos de abordagem e poder de abrangência. Além disso, há ainda uma quase infinita gama de particularidades, que vão desde a conformação da empresa jornalística até as relações que ela estabelece com segmentos ligados ao governo e ao mercado.

No caso do jornal *O Popular*, que é um veículo regional, com distribuição restrita ao estado de Goiás, a cobertura tem se mostrado quantitativamente similar à dos veículos de circulação nacional de grande repercussão, na medida em que a média de reportagens publicadas por mês no jornal gira em torno de 15, número equivalente ao de jornais como *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*. Exceções à parte, a publicação das questões relativas ao campo da educação pelos veículos impressos, embora em maior número em relação aos anos anteriores, continua superficial e descontextualizada, a exemplo da cobertura do jornal *O Popular*. No caso específico do veículo, como já foi mencionado, é possível perceber que boa parte das reportagens publicadas é resultado da reprodução da cobertura nacional, sem uma contextualização que remeta os fatos à conjuntura local.

O grande volume de reportagens ligadas a ações do governo federal verificadas durante os oito anos relativos à realização da pesquisa, reafirma a tendência do jornal *O Popular* em reproduzir não apenas a “grande mídia”, como a inclinação ao alinhamento com a ideologia hegemônica do campo político. É importante ressaltar que o governo Fernando Henrique Cardoso, que se fez representar no campo da educação pelo ministro Paulo Renato Souza, investiu de forma maciça na utilização da imprensa como canal de comunicação do governo com a sociedade. Com o apoio contínuo de publicitários, além de uma assessoria de comunicação orientada para priorizar a “alimentação” da mídia de maneira contundente, o ministro da Educação conseguiu visibilidade até então inédita para o campo da educação na esfera governamental.

É bom lembrar que o governo, sobretudo nos anos 1990, tinha um “prato cheio” em mãos, já que o momento era de consolidação da política neoliberal no Brasil, em que,

pressionado por um contexto de novas exigências e de ajuste ao capitalismo, o Estado via-se diante de demandas e desafios no campo da educação. O novo modelo que se impunha naquele momento afetava profundamente a percepção acerca da educação e influenciava na definição de políticas públicas para o campo. No que diz respeito aos veículos de comunicação, o momento também era fértil, pois o modelo político exigia que o Estado fosse se retirando paulatinamente de seu papel executor que, por sua vez, deveria ser transferido para a sociedade – que, além de público-alvo dos jornais, era parte interessada no processo.

Nesse contexto, sob a perspectiva neoliberal, a sociedade era, muitas vezes, traduzida como o mercado, onde grande parte das políticas públicas voltadas para a educação era concebida para atender normas de organismos internacionais como o Banco Mundial, que se impôs como importante órgão financiador da educação no Brasil. Os meios de comunicação de massa, a exemplo dos jornais impressos, constituem espaços propícios para reforçar a necessidade de reformas que tornem o país mais competitivo, o que só seria possível, nessa lógica, com a redução do tamanho do Estado na produção de bens e serviços e, ainda, com a liberdade de mercado e com a adoção da administração gerencial. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, diz ter realizado, no período de 1995 a 2002, exatamente uma “revolução gerenciada” na educação brasileira. Nesse período, o que ocorreu no âmbito jornalístico foi, em geral, uma reprodução de textos de divulgação produzidos pelo governo e, no âmbito da educação, pelo próprio MEC. Textos estes que tinham como objetivo apresentar as propostas de projetos para o campo da educação sob uma perspectiva gerencial e tecnicista, que não davam a dimensão das possíveis consequências de sua implantação e dos seus efeitos, como o incentivo à competição e à busca de padrões de excelência inerentes ao mercado, que culminariam com a mercantilização do ensino.

Em âmbito regional, o protagonismo foi dado pelo jornal *O Popular* ao governador Marconi Perillo, cujo mandato coincidiu com o segundo mandato do governo FHC. Em consonância com a política neoliberal, que pregava o Estado gerencial e acabou contribuindo para a mercantilização do ensino, o governo Marconi Perillo, no entanto, se impôs na mídia menos por seu interesse em utilizar a comunicação de massa como veículo de comunicação social, como fez o ministro da Educação, do que como detentor legitimado do uso da violência simbólica. Em outras palavras, Perillo usou seu poder político e econômico para se fazer visível nas páginas do jornal. Assim, durante os quatro anos de sua gestão, o governo estadual foi anunciante contumaz do jornal *O Popular*, chegando a publicar anúncios de página dupla central, notadamente a mais cara do veículo.

Não que a estratégia de Paulo Renato Souza exclua o uso de violência simbólica, na medida em que, munido de alto capital político, o ministro adquiriu legitimidade para impor seu sistema de representação junto aos veículos de comunicação. O que diferencia as estratégias é que, no exemplo regional, o governante se despiu de quaisquer constrangimentos ao tornar explícitos os mecanismos que levaram os jornais a privilegiar a presença do Estado no noticiário. Em ambos os casos, é possível perceber o revés das estratégias. Ao colocar seus governos em evidência, tanto Perillo quanto o ministro da Educação, também atraíram o olhar dos veículos de comunicação para os aspectos negativos de suas gestões. Embora publicadas em menor número, as reportagens de *denúncia* cresceram proporcionalmente à visibilidade de cada um dos programas de governo.

O caso mais representativo diz respeito à divulgação do Provão que, durante todo o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi tema de reportagens de divulgação institucional, mas também de repúdio por parte da comunidade universitária. Em um primeiro momento, as matérias contrárias ao sistema de avaliação davam voz aos reitores, portanto, baseavam-se em fontes oficiais, preservando o tom oficialismo do jornal *O Popular*, que parecia ser pouco afeito a ouvir aqueles que não estavam de alguma forma ligados a entidades ou instituições formais. Em um segundo momento, no entanto, os estudantes também ganharam voz no debate, provavelmente em virtude de uma repercussão nacional.

Se o exemplo ainda não remete a uma autonomia por parte do jornal, pode ser tomado como uma pequena concessão ao seu poder de definição de pautas, não aplicável no exemplo regional, em que as críticas ao governo estadual permaneceram restritas a uma divulgação pontual dos fatos, geralmente referentes à falta de recursos financeiros e materiais. Publicadas de forma descontextualizada, as denúncias continuaram presas ao imediatismo das questões abordadas, em um processo de legitimação da violência simbólica, sofrida e exercida pelo jornal *O Popular*, na medida em que se deixava subjugar pelo Estado – sob ameaças (veladas) políticas e econômicas –, ao mesmo tempo em que colocava a sociedade em posição de receptor passivo, ao fazer os recortes que julgava mais convenientes para o veículo, ao produzir notícias que excluía possibilidades de questionamento e aprofundamento.

Já a quase invisibilidade dos outros agentes políticos que integraram seus respectivos cargos governamentais, a exemplo de prefeitos, governadores e secretários de Estado, se deve à sua pouca articulação política com os meios de comunicação. No caso do jornal *O Popular*, a cobertura da rede municipal de ensino se mostrou acanhada e baseada apenas em reportagens factuais, pontuais e superficiais, sem qualquer contextualização com a realidade

local. Publicadas assim, desvinculadas do cotidiano da sociedade, essas reportagens passam quase despercebidas do público leitor, pois não despertam interesse e caem no esquecimento quase que de forma instantânea. Não seria o caso de afirmar que, no âmbito do governo federal e estadual (tomando-se a gestão de Perillo como exemplo), essas reportagens tenham recebido outro tratamento. No entanto, a grande quantidade de matérias publicadas acaba por minimizar os impactos de uma abordagem descompromissada com o debate público.

É interessante observar a cobertura da rede federal de ensino no jornal *O Popular*. Relegada a um porcentual ínfimo de reportagens publicadas em face das outras redes, quando, em virtude do alto capital do governo federal diante da mídia, deveria ser uma das mais abordadas, revela, contraditoriamente, o baixo capital desfrutado pelos agentes do campo da educação, a despeito da posição que ocupam nas esferas governamentais. Conclui-se que, quando o assunto abordado remete ao ensino propriamente dito, há menor interesse por parte do jornal do que nos casos em que o enfoque é dado às políticas públicas.

O mesmo ocorre nos exemplos que remetem à educação rural. Praticamente invisível nas páginas de *O Popular*, a comunidade que trabalha e estuda nas escolas rurais é vítima de duplo abandono – ignorada pelo poder público, ela também permanece esquecida pela sociedade, se levarmos em consideração que aquilo que a imprensa não mostra, deixa de existir, já que, parafraseando Hanna Arendt, o espaço público é construído pela ação e pelo discurso e é o lugar que preserva a ação do esquecimento, onde todas as coisas não comunicadas e incomunicáveis deixam de existir, pois não há para elas um lugar permanente na realidade.

Com base nesse quadro, podemos inferir que a cobertura que o jornal *O Popular* faz do campo da educação é incipiente e peca pela generalização, ao se basear em documentos oficiais, como os *releases* produzidos pelas assessorias de comunicação dos órgãos governamentais para produzir suas reportagens. A utilização dos *releases* não é, em si, um erro. O erro consiste na limitação da reportagem ao conteúdo desses documentos, excluindo a possibilidade de democratizar a informação com a inclusão de fontes alternativas àquelas impreterivelmente ligadas ao poder. À medida que as vozes dissonantes são excluídas, como a sociedade ou a própria comunidade escolar –estudantes, pais, professores e gestores que atuam na linha frente da educação –, cria-se um jornalismo arbitrário, de conteúdo maniqueísta.

A pouca autonomia do jornal em relação à escolha de pautas e de fontes, instrumentos imprescindíveis à configuração de uma reportagem, pode ser exemplificada de forma clara por dois extremos da cobertura do campo da educação no âmbito do governo estadual. De um

lado, os quatro anos do governo Marconi Perillo, com ampla exposição, e de outro, o ano de 1998, quando Goiás teve três governadores distintos, portanto, governos transitórios em que não há interesse significativo por parte dos agentes do campo em aumentar seu capital, em decorrência do próprio caráter transitório da situação. No segundo caso, *O Popular* quase não se manifestou em relação à rede estadual de ensino, demonstrando, além da dependência externa na elaboração de pautas, pouco esforço investigativo por parte do veículo.

O número reduzido de denúncias publicadas pelo jornal é outro reflexo da falta de autonomia, da dependência externa e pouco esforço investigativo de *O Popular*. Uma vez que os órgãos governamentais, por meio de suas assessorias de comunicação, não vão divulgar fatos que não lhes sejam favoráveis, as denúncias só podem partir da sociedade, conjunto praticamente ignorado pelo jornal como fonte. A cobertura da rede privada de ensino, no entanto, se apresenta de forma paradoxal. Contemplada de forma superficial pelo jornal, grande parte das reportagens que remete à rede traz uma abordagem negativa, geralmente por meio de denúncias envolvendo arbitrariedades cometidas pelas escolas contra os estudantes como forma de combater a inadimplência e o abuso na cobrança de mensalidade escolar.

O paradoxo se estabelece à proporção que o jornal *O Popular* é um veículo assumidamente voltado para a classe dominante. O que se pode ponderar, neste caso, é que os agentes do campo da educação ligados à rede particular tenham menor capital do que aqueles ligados à rede pública e, portanto, ligados ao poder público. Some-se a isso, o alto capital das famílias dos estudantes da rede particular que, ao se sentirem prejudicadas, encontram no jornal um veículo para tornar público os problemas que enfrentam. Mesmo quando o assunto em pauta é o aumento da procura de alunos de classe média pela escola pública, os textos apresentam viés elitista, pois apontam para a preferência dos pais pela escola particular, reforçando a manutenção das diferenças sociais.

Historicamente, e de maneira generalizada, a mídia brasileira tem gozado de considerável autonomia para, por meio do discurso estampado nas páginas de jornais e revistas, veiculado nos programas de televisão ou pelo rádio e pela *internet*, moldar uma realidade que atenda aos interesses da classe dominante. O poder econômico – impreterivelmente ligado ao poder político – tem feito dos meios de comunicação palanque de ideologias totalizantes, não apenas reproduzindo a realidade, mas (re)criando-a através da manipulação das massas. Oligárquica, a mídia reproduz as relações de poder vigentes no país, sem que a presença ou ausência de uma lei que regule o setor traga diferenças significativas – a inexistência de quaisquer restrições à propriedade cruzada amplia ainda mais a concentração e a oligopolização da mídia.

A recente revogação da Lei de Imprensa, em 30 de abril de 2009, que colocou o Brasil em posição de exceção no cenário mundial, não chegou sequer ao conhecimento da população. Pelo menos, não da maneira como deveria ter chegado, gerando debate público e repercussão social. Chegou de forma “discreta”, em pequenas notas que passam despercebidas da maioria das pessoas, como se a produção e divulgação da informação não fosse um interesse comum. Em um sistema no qual a comunicação de massa beira o oligopólio, a ausência de uma lei de imprensa parece não trazer desconforto e há até quem comemore o fato a partir de análises parciais.

Em Goiás, esse oligopólio dá lugar a um monopólio explícito, personificado na figura da Organização Jaime Câmara, empresa familiar proprietária da retransmissora da TV Globo e da Rádio CBN, além de dois jornais diários, o *Daqui* e *O Popular*. Com uma estrutura midiática altamente concentrada e portadora de um discurso profundamente conservador, traz como consequência uma imprensa de baixa qualidade, ancorada em um modelo comercial de jornalismo, voltado para a administração das tensões entre os campos econômico e político, pouco adepto do compromisso público.

A transformação que os meios de comunicação de massa vêm experimentando com a crescente consolidação dos veículos virtuais, que imprimiram velocidade e instantaneidade ao acesso e à apreensão da notícia, fazendo com que a assimilação da informação se dê de forma superficial, tem levado alguns jornais impressos da Europa e dos Estados Unidos a buscar um modelo de jornalismo mais analítico, explorando as causas e consequências dos fatos em vez de encerrar as notícias no acontecimento, como já fazem os veículos que contam com a simultaneidade como recurso de busca pela audiência – a exemplo da *internet*, da televisão e do rádio –, em que o espectador tem acesso à informação em tempo real.

Como nos veículos impressos essa simultaneidade é impossível, em virtude do tempo de produção do jornal, algumas empresas de comunicação entenderam que o diferencial em relação aos outros veículos seria justamente a contextualização dos fatos a partir de uma análise capaz de repercuti-los, e tenham algum tipo de ligação com a notícia factual e de prever desdobramentos que possam influenciar diretamente a vida dos leitores. O texto analítico, mais denso e, portanto, de leitura mais difícil, não seria um problema para o público leitor dos jornais, apontado por pesquisas em todo o mundo como um público provido de maior capital econômico e cultural, com disposição e interesse em ter acesso a uma informação mais detalhada.

Entretanto, esse movimento não tem sido seguido no Brasil, salvo raras exceções, entre as quais podemos citar o jornal diário *Folha de S. Paulo* e a revista semanal *Carta*

Capital. A mídia impressa brasileira ainda se encontra presa a modelos superados de jornalismo, privilegiando a abordagem imediatista dos demais veículos. A cobertura jornalística da educação em Goiás vai ao encontro desses modelos, ao realizar uma abordagem superficial e pautada por clichês, alinhada aos interesses mercadológicos das empresas de comunicação.

O que se apresenta como tendência no país é a espetacularização da notícia, em que as pautas que privilegiam fatos relacionados a violência, sexo e amenidades se sobrepõem a uma abordagem dita “mais séria”, que propicie de fato o exercício da cidadania ao trazer o leitor para o debate público. Os jornais populares, como são conhecidos, são vendidos a preços também populares, que giram em torno de 50 centavos, como o jornal *Daqui*, vêm atender à demanda financeira das empresas de comunicação, na medida em que o número de exemplares vendidos apresenta crescimento vertiginoso em um mercado tradicionalmente conhecido por atender preferencialmente o público das classes A e B, com formação superior e, conseqüentemente, com nível de exigência maior, ao ampliar para as classes menos favorecidas o consumo de jornal. A tendência, prontamente assimilada pelos anunciantes, facilita o crescimento desse tipo de jornalismo, uma vez que a venda de exemplares nas bancas não representa percentual significativo na receita das empresas de comunicação, ao contrário da receita proveniente dos anúncios, que efetivamente torna viável a produção dos jornais.

O seminário sobre educação Pensar XXI, promovido pelo jornal *O Popular*, é outro exemplo de estratégia utilizada pelo veículo para aumentar sua receita por meio da captação de anúncios. Sob a alegação de que o evento pretende discutir a educação no estado de Goiás, o jornal publicou um caderno especial sobre o tema por ocasião da primeira edição do evento, realizada em 2000. Com reportagens superficiais, que tratavam do assunto de forma genérica e descontextualizada, priorizando aspectos comportamentais, em uma abordagem que mais se adequaria a revistas de amenidades, a publicação era claramente comercial. Tanto que, nos anos posteriores, a divulgação do evento se restringiu a publicações de reportagens no próprio corpo do jornal, provavelmente em virtude de uma restrição financeira.

De fato, a transformação da imprensa em mercadoria já contabiliza mais de um século e, nas últimas décadas, a velocidade conferida à informação pelos avanços tecnológicos potencializou a superficialidade, a instantaneidade e, por conseqüência, a espetacularização da mídia. A lógica de mercado, que abre espaço para o sensacionalismo, parece colocar a mídia acima do bem e do mal, em uma manobra cruel orquestrada pelos “donos do poder”. A violência simbólica ganha legitimidade no monopólio da informação, reproduzida pelas

mídias regionais em consonância com um modelo nacional, tomado como parâmetro. Mais do que a educação, como campo, as disputas pela manutenção da estrutura das relações de força direcionam a produção jornalística em Goiás e no Brasil. A utilização sistemática de estratégias para aumento de capital, tanto no campo político quanto no econômico, é explícita e se sobrepõe à questão do debate público e coletivo, deixando em segundo plano a construção de uma educação pública de qualidade social para todos.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Márcia Ângela. O conselho nacional de secretários de educação na reforma educacional do governo FHC. In: *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23 n. 80, set. 2002.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDI. *Mídia e educação: perspectivas para a qualidade da informação*. Brasília, 2000.
- AZEVEDO, Janete Maria Lins de. Implicações da nova lógica de ação do Estado para a educação municipal. In: *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 23 n. 80, set. 2002.
- BARDANACHVILI, Eliane. *O Enem e a cobertura da mídia*. Texto publicado no site do Observatório da Imprensa em 28 jul. 2009. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=548CID001>. Acesso em: 20 mai. 2011.
- _____. *Educação na mídia*. Entrevista a Marcus Tavares publicada no site do Observatório da Imprensa em 14 set. 2010. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=607CID003>. Acesso em: 20 mai, 2011.
- BARROSO, João. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. In: *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 26, n. 92, out. 2005. Especial.
- BERNARDES, Carmo. *Memórias do vento*. São Paulo: Marco Zero, 1986.
- BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras lições sobre a sociologia de Pierre Bourdieu*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BORGES, Altamiro. *A mídia é um grande poder, mas está mais vulnerável*. Publicado em 26 ago. 2009. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=552JDB010>>. Acesso em: 26 ago. 2009.
- BORGES, Rosana Maria Ribeiro; LIMA, Angelita Pereira de. *História da imprensa goiana: dos velhos tempos da colônia à modernidade mercadológica*. In: *Dossiê 200 anos da imprensa no Brasil*. Revista UFG, Goiânia, ano X. n. 5, dez. 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. *Contrafogos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. A dinâmica dos campos. In: _____. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo/Porto Alegre: Edusp/Zouk, 2007.

_____. *O campo científico*. In: ORTIZ, R. *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983. (Col. Grandes Cientistas Sociais).

_____. A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. In: _____. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2002.

_____; PASSERON, Jean-Claude. *A reprodução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2001.

CAMARGO, Elizabeth de Almeida S. Pompêo de; PINO, Ivany Rodrigues; PACHECO, José Augusto, et al. *Educação e Sociedade: políticas públicas para a educação – olhares diversos sobre o período de 1995 a 2002*. Campinas, SP, v. 23 n. 80. Cedes, 2002.

CAIXETA, Nely. Educação: Acorda Brasil – chegou a hora da escola. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). *A Era FHC – um balanço*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

CAVALCANTI FILHO, José Paulo. *Por uma lei de imprensa*. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=536IPB009>>, publicado em 7 mai. 2009. Acesso em: 10 jun. 2009.

CORTES, Verônica Aravena. *A imprensa e a problemática construção de um mundo comum no Brasil*. In: HOHLFELDT, Antonio; BARBOSA, Marialva (Org.). *Jornalismo no século XXI: a cidadania*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

COSTA, Luciano Martins. Só a qualidade garante a sobrevivência dos jornais/ entrevista a Matias Molina. Observatório da Imprensa. Publicado em 18 jan. 2008. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=468IMQ004>. Acesso em: 24 abr. 2011.

CUNHA, Luiz Antônio. Nova reforma do ensino superior: a lógica reconstruída. In: Cadernos de pesquisas n. 101. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, jul. 1997.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Reforma universitária na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional? Cadernos de Pesquisas n. 101. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, jul. 1997.

_____. *LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

DOURADO, Luiz Fernandes; CATANI, Afrânio Mendes (Orgs.). *Universidade Pública: políticas e identidade institucional – polêmicas de nosso tempo*. Campinas, SP: Autores Associados. Editora UFG, 1999.

FONSECA, Marília. A gestão da educação básica na ótica da cooperação internacional: um salto para o futuro ou para o passado? In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília (Orgs.). *As dimensões do projeto político pedagógico*. Campinas: Papirus, 2001.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Construção Jornalística e dizer social. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell. *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília, DF: Paralelo 15, 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1997.

GAMBOA, Silvio. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: FAZENDA, Ivani (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1997.

HERZ, Daniel. *Quem são os donos da mídia no Brasil*. Entrevista. In: Observatório da Imprensa. Disponível em:

<<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/cadernos/cid240420021.htm>> Acesso em 26 fev. 2011.

JOSÉ, Emiliano. Lei de imprensa e liberdade . *Carta Capital*, 6 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/app/coluna.jsp?a=2&a2=5&i=4504>>. Acesso em: 15 jul. 2009.

KRAWCZYK, Nora Rut. Políticas de regulação e mercantilização da educação: socialização para uma nova cidadania. In: *Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 26, n. 92, out. 2005. Especial.

LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (Orgs.). *A Era FHC – um balanço*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

MONTEIRO, Silvana Rodrigues. Queixas de uma cidade: entre a pauta e a ação política. In: *Comunicação e Informação*. Goiânia, v. 6, n. 1, p. 99-110, UFG/Facomb, 2003.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. In: Revista Debates, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 54-77, jan-jun.2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/viewFile/12420/8298>>. Acesso em: 14 fev. 2011.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas consequências para os trabalhadores docentes. In: *Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 26, n.92, out. 2005. Especial.

_____. A gestão democrática da educação no contexto da reforma do Estado. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. (Orgs). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

PERONI, Vera Maria Vidal. *O Estado brasileiro e a política educacional dos anos 90*. 23ª Reunião Anual da Anped, 2000. Disponível em: <www.anped.org.br>. Acesso em: 06 fev. 2011.

RAMONET, Ignácio. *A tirania da comunicação*. Petrópolis,RJ: Vozes, 1999.

RÜDIGER, Francisco. A trajetória da comunicação como campo de conhecimento. In: *Ética e Comunicação*. São Paulo, MAM, 2000.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis. Reflexões sobre as mudanças nas instituições da república e a acentuação do pragmatismo no Brasil. In: SILVA JÚNIOR, João dos Reis. *O pragmatismo como fundamento das reformas educacionais no Brasil*. Campinas, SP: Alínea, 2007.

SINGER, Suzana. Menos opinião, mais informação. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 9 mai. 2010.

SIQUEIRA, Ângela Carvalho de. *O novo discurso do Banco Mundial e o seu mais recente documento de política educacional*. 24ª Reunião Anual da Anped, 2001. Disponível em: <www.anped.org.br>. Acesso em 6 fev. 2011.

SOUZA, Paulo Renato. *A revolução gerenciada: Educação no Brasil 1995-2002*. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. *Política educacional no Brasil – introdução histórica*. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

TÉTU, Jean-François. A informação local: espaço público local e suas mediações. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell. *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. Sobre a liberdade de imprensa. In: Carta Maior/edição do dia 1 nov. 2006. Disponível em: <cartamaior.com.br>. Acesso em: 26 fev. 2011.

Endereços eletrônicos

- Donos da Mídia. Disponível em: <www.donosdamidia.com.br>. Acesso em: 26 fev. 2011.
- Fundação Getúlio Vargas. Disponível em:
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/darcy_ribeiro>. Acesso em: 05 jan. 2011.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em:
<www.fnde.gov.br/index.php/fundescola-apresentacao>. Acesso em: 11 jan. 2011.
- Ministério da Educação. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 20 dez. 2010.
- Organização das Voluntárias de Goiás. Disponível em: <www.ovg.org.br>. Acesso em: 03 fev. 2011.
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em:
<www.enem.inep.gov.br>. Acesso em: 05 fev. 2011.
- Diagrama – Blog do Núcleo de Pesquisa em Jornalismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://nupejor.blogspot.com/2007/11/leitor-da-folha.html>>. Acesso em: 20 dez. 2010.
- Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão. Disponível em:
<abert.org.br/site/index.php?/noticias/todas-noticias/abert-e-mec-renovam-parceria-para-divulgacao-de-mensagens-educativas-no-radio.html>. Acesso em: 26 dez. 2010.
- Secretaria da Educação do Estado de Goiás. Disponível em:
<http://www.educacao.go.gov.br/educacao/gestao/planejamento/programas_salario.asp>. Acesso em: 03 fev. 2011.
- Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Disponível em:
<<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2011.

ANEXO

REPRESENTANTES POLÍTICOS (1995/2002)

PRESIDENTE: Fernando Henrique Cardoso (PSDB) – 1995/1998; 1999/2002

MINISTRO DA EDUCAÇÃO: Paulo Renato de Souza – 1995/1998; 1999/2002

GOVERNADORES/SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO ESTADUAL:

Maguito Vilela (PMDB) – 1995/1998 (maio)

Naphtali Alves de Sousa (PMDB) – 1998 (maio a novembro)

Helenês Cândido (PP) – 1998 (novembro a dezembro)

Terezinha Vieira dos Santos –
1995/1998

Marconi Perillo (PSDB) – 1999/2002

Raquel Figueiredo Teixeira – 1999/2001

Eliana França Carneiro – 2002

PREFEITOS/ SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL:

Darci Accorsi (PT) – 1993/1996

Athos Magno - 1995

Vera Regina Barêa - 1996

Nion Albernaz (PSDB) – 1997/2000 → Jônathas Silva – 1997/2000

Pedro Wilson (PT) – 2001/2004 → Walderês Nunes Loureiro – 2001/2004